



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

KÁSSIO LEAL VILHENA

**IGREJA E PODER: FÉ E POLÍTICA NO ÂMBITO DA IGREJA CATÓLICA NO
AMAPÁ (2009 a 2021)**

Macapá – AP

2022

KÁSSIO LEAL VILHENA

**IGREJA E PODER: FÉ E POLÍTICA NO ÂMBITO DA IGREJA CATÓLICA NO
AMAPÁ (2009 a 2021)**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Área de Concentração: História Social. Linha de pesquisa: Poder, Memórias e Representações.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis
Coorientador: Prof. Dr. Fábio Py Murta de Almeida

Macapá - AP

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Jamile da Conceição da Silva – CRB-2/1010

V711i Vilhena, Kássio Leal.
Igreja e poder: fé e política no âmbito da igreja católica no Amapá (2009 a 2021) /
Kássio Leal Vilhena. – 2022.
1 recurso eletrônico. 160 folhas : ilustrada (coloridas)

Dissertação (Mestrado em História) – Campus Marco Zero, Universidade
Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História,
Macapá, 2022.

Orientador: Professor Doutor Marcos Vinícius de Freitas Reis
Coorientador: Professor Doutor Fábio Py Murta de Almeida

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

Inclui referências e anexos.

1. Igreja e Estado – Amapá (AP). 2. Religião e política. 3. Igreja católica – História
- Amapá. I. Reis, Marcos Vinícius de Freitas, orientador. II. Almeida, Fábio Py Murta
de, coorientador. III. Título.

Classificação Decimal de Dewey, 22 edição, 282.8116

VILHENA, Kássio Leal. **Igreja e poder**: fé e política no âmbito da igreja católica no Amapá (2009 a 2021). Orientador: Marcos Vinícius de Freitas Reis. Coorientador: Fábio Py Murta de Almeida. 2022. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Campus Marco Zero, Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, Macapá, 2022.

FOLHA DE APROVAÇÃO

KÁSSIO LEAL VILHENA

IGREJA E PODER: FÉ E POLÍTICA NO ÂMBITO DA IGREJA CATÓLICA NO AMAPÁ (2009 a 2021)

Aprovada em: 31 / 03 / 2022

Banca Examinadora:

Marcos Vinicius de Freitas Reis

Prof. Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis
Orientador - Presidente da Banca - PPGH/UNIFAP

Lara Vanessa de Castro Ferreira

Prof.^a Dra. Lara Vanessa de Castro Ferreira
Avaliadora Interna - PPGH/UNIFAP

Sérgio Ricardo Coutinho

Prof.^a Dr. Sérgio Ricardo Coutinho
Avaliador Externo – Departamento de História/UnB

Eduardo Gusmão de Quadros

Prof.^a Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
Avaliador Externo – PUC/GOIÁS

Macapá - AP

2022

À minha avó/mãe Maria de Nazaré Souza.

Aos meus pais Sebastião Vilhena e Keila Vilhena

AGRADECIMENTOS

Nossas redes humanas coletivas impulsionam a vida em sociedade e utilizadas para o bem comum, promovem as relações mais autênticas e vigilantes às pessoas que nos cercam, especialmente aquelas que foram invisibilizadas socialmente.

Ao Deus da vida, companheiro na caminhada. Amém. Axé. Awerê. Aleluia. Saravá.

À minha família pelos passos em conjunto, confiança na estrada e por inspirar a minha existência. Nas conexões da vida, Macapá: à minha esposa Bruna Mara e ao meu filho Vicente, aos meus pais Sebastião Vilhena e Keila Vilhena, meus irmãos Klécio Vilhena e Kleber Vilhena, minha cunhada Daniele Vilhena e meu sobrinho Daniel Cizino. Nas conexões da vida, Laranjal do Jari: quero lembrar de cada um/a nas figuras do meu sogro Benedito da Conceição, da minha sogra Maria das Graças e dos meus/minhas sobrinhos/as Celina Mara, Paulo Eduardo, Luiz Miguel e Manuela.

Aos amigos/amigas/padrinhos/madrinhas e agentes da Igreja Católica pelas discussões, partilhas de sonhos e ações concretas por uma sociedade mais justa e fraterna.

Aos professores Marcos Vinicius de Freitas Reis e Fábio Py Murta de Almeida pela forma agradável e promotora de trocas de saberes posta nas orientações. Além da relação de orientando-orientador, criou-se uma relação de companheirismo, que necessita ser vivenciada no âmbito universitário.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) e aos colegas da primeira turma do PPGH (2019) pelas experiências e intensas trocas de conhecimentos.

E com tantos rostos, utopias, vidas, seria impossível mencionar todos/as que constituíram este itinerário, todavia a memória nos conforta e retém cada SER e APRENDIZADO por onde andei (rios, comunidades, cidades, estados e países). Ao eterno que construímos.

Absolutamente ninguém deveria caminhar de forma solitária.

Pai nosso dos mártires

(Cirineu Kuhn)

Pai nosso, dos pobres marginalizados

Pai nosso, dos mártires, dos torturados.

Teu nome é santificado naqueles que morrem defendendo a vida. Teu nome é glorificado, quando a justiça é nossa medida. Teu reino é de liberdade, de fraternidade, paz e comunhão. Maldita toda a violência que devora a vida pela repressão.

RESUMO

As primeiras décadas do século XXI foram marcadas por novas configurações nas estratégias de atuação política implementadas pela Igreja Católica na Amazônia, em específico no Estado do Amapá. Sob a liderança das pastorais sociais e o Conselho diocesano de leigos/as, as práticas de formação política desta instituição religiosa ganharam ênfase e desembocaram em uma organização pedagógica das atividades no extremo norte do país. Neste viés, este trabalho tem como objetivo estudar a constituição e proposta formativa da Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini no âmbito da Igreja Católica no Amapá. A metodologia adotada baseia-se na história oral e análise documental. O recorte temporal, período entre 2009 e 2021, corresponde à efetivação da escola de formação política e vincula-se ao bispado de Dom Pedro José Conti. As discussões sobre estas ações formativas repercutiram no interior da Igreja Católica, bem como na sociedade local e levaram a reflexões sobre avizinhamo ou distanciamento em relação à Teologia da Libertação.

Palavras-Chave: Amazônia. Amapá. Igreja Católica. Religião. Política

RESUMEN

Las primeras décadas del siglo XXI estuvieron marcadas por reformulaciones en las estrategias de acción implementadas por la Iglesia Católica en la Amazonía, específicamente en el Estado de Amapá. Bajo la dirección las pastorales sociales, las prácticas de formación política de esta institución religiosa ganaron énfasis y han dado lugar a una organización pedagógica de las actividades en el extremo norte del país. En esta línea, este trabajo tiene como objetivo estudiar la propuesta formativa de la Escuela de Fe y Política Pe. Luis Carlini en el ámbito de la Iglesia Católica en Amapá. La metodología adoptada se basa en la historia oral y el análisis documental. El marco temporal, el periodo entre 2009 y 2021, corresponde a la efectucción de la escuela de formación y está vinculada al obispado de Mons. Pedro José Conti. Las discusiones sobre estas acciones formativas tuvieron repercusión dentro de la Iglesia Católica, así como en la sociedad local y llevó a reflexiones sobre acercamiento o distanciamiento de la Teología de la Liberación.

Palabras clave: Amazonía. Amapá. Iglesia Católica. Religión. Política

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organizadores, candidatos e público da mesa redonda	64
Figura 2 - Candidatos e apresentadores no debate ao governo do Estado do Amapá	65
Figura 3 - Arte de divulgação ao debate ao governo do Amapá	67
Figura 4 - “Santinho” do candidato a vereador – Professor Rodrigo	72
Figura 5 - “Santinho” do candidato a governador- Cirilo Fernandes	74
Figura 6 - Mapa da Escola de Fé e Política no Brasil	79
Figura 7 - Bispo Dom Pedro e formandos do curso de Fé e Política	84
Figura 8 - Arte para divulgação do Curso de Fé e Cidadania.....	86
Figura 9 - Participantes do Curso de Fé e Cidadania	84
Figura 10 - Programação de um módulo do Curso de Fé e Cidadania	88
Figura 11 - Folder da aula inaugural da Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini	91
Figura 12 – Logomarca da Escola de Fé e Política	92
Figura 13 - Folder do Curso de Formação de Fé e Política para cristãos e cristãs	93
Figura 14 - Conteúdo programático	95
Figura 15 - Conteúdo programático	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB Ação Católica Brasileira

CEBs Comunidades Eclesiais de Base

CEFEP Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara

CELAM Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho

CIMI Conselho Indigenista Missionário

CJP Comissão Justiça e Paz

CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT Comissão Pastoral da Terra

IPAR Instituto de Pastoral Regional

JAC Juventude Agrária Católica

JEC Juventude Estudantil Católica

JOC Juventude Operária Católica

JUC Juventude Universitária Católica

LEC Liga Eleitoral Católica

PIME Pontifício Instituto das Missões Exteriores

PJB Pastorais da Juventude do Brasil

TL ou TdL Teologia da Libertação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DO CATOLICISMO NO BRASIL (1962 a 1980)	17
1.1 CONTEXTOS E EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO POLÍTICA.....	17
1.2 RELIGIÃO, POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DO SABER CIENTÍFICO.....	21
1.3 REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES NO CATOLICISMO	25
1.4 CONFERÊNCIAS LATINOAMERICANAS E PROTAGONISMO DE LEIGOS/AS.....	31
1.5 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E PASTORAIS SOCIAIS.....	38
2 FÉ E POLÍTICA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE (1980 a 2021)	44
2.1 ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO ECLESIAL E POLÍTICA NO AMAPÁ.....	44
2.2 CAMPO RELIGIOSO CATÓLICO AMAPAENSE.....	55
2.3 AÇÕES, SABERES E APRENDIZAGENS DAS PASTORIAS SOCIAIS.....	63
2.3.1 Mesa redonda com candidatos católicos ao cargo de deputados estaduais.....	63
2.3.2 Debate entre candidatos ao cargo de governador do estado do Amapá.....	65
2.3.3 Nota pública, carta compromisso e carta aberta.....	67
2.3.4 “Candidaturas católicas” no Amapá.....	71
3 ESCOLA DE FÉ E POLÍTICA NO AMAPÁ (2009 a 2021)	75
3.1 AS ESCOLAS DE FORMAÇÃO POLÍTICA.....	75
3.2 CURSO DE FÉ E POLÍTICA (2009 a 2011)	81
3.3 CURSO DE FÉ E CIDADANIA (2018 a 2019)	85
3.4 ESCOLA DE FÉ E POLÍTICA PE. LUIS CARLINI (2021)	90
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
FONTES	104
ENTREVISTAS	104
FIGURAS	104
DOCUMENTOS ON-LINE	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS	111

INTRODUÇÃO

As pastorais sociais e o conselho de leigos/as da Igreja Católica no Amapá, especialmente nas primeiras décadas do século XXI, buscaram intensificar atividades de formação para tentar reconfigurar sua atuação social e política. Essa estratégia representou uma “nova” forma de posicionamento destes grupos e desta instituição religiosa na Amazônia amapaense, seguindo uma agenda nacional houve a constituição de um fundamental instrumento: a Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini.

As escolas de formação da Igreja Católica no contexto brasileiro são espaços de instrução política. Geralmente, estão vinculadas a uma diocese ou regional, universidades, movimentos, centros ou institutos da própria Igreja Católica, apresentam contínuos momentos formativos, com organização pedagógica/técnica dos temas abordados, possuem um grupo de assessores e coordenadores que reúnem leigos e leigas, religiosos, religiosas, diáconos, padres e, em alguns casos, o bispo. Membros da sociedade civil também corroboram neste processo, sendo professores, juízes, membros de movimentos sociais, sindicatos e associações. Para Alves (2010) essa conjuntura favoreceu as proposições de educação, discussão e formação política no âmbito da Igreja Católica, além de conduzir as escolas a assumir como principal intuito a preparação dos católicos para atuação em diversos cenários no campo social.

Entre os anos 1991 e 2021, as Escolas de Fé e Política efetivaram-se em todas as regiões do país, imbuídas nas características formativas visualizadas nas décadas anteriores na organização das Comunidades Eclesiais de Bases e Pastorais Sociais. Com o avanço destas experiências, Alves (2010) destaca que nos anos 2000 formou-se uma assessoria política nacional e a partir da realização de um “Seminário Nacional de Fé e Política” lançou-se uma proposta de inauguração de um Centro Nacional de Fé e Política. Em suas linhas de atuação, enquadravam-se o acompanhamento das escolas de formação e a proposição de uma rede nacional de assessores. O Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara (CEFEP) iniciou as suas atividades no ano de 2005.

Como marco temporal e institucional no Amapá, entre os anos de 2009 e 2011, com uma articulação entre conselho de leigos/as e as pastorais sociais, houve a execução de um curso de fé e política. Reunindo cerca de 75 participantes inscritos, este curso foi considerado o primeiro voltado inteiramente às nuances da discussão política e, definitivamente, atrelou as atividades das tendências radicais amapaenses às escolas de formação política da Igreja Católica. Expressando a conexão com o laicato brasileiro e bases populares da Igreja Católica

resistentes nas figuras de tendências radicais como as CEBs e as pastorais sociais do Brasil, notadamente, pela esteira do vínculo entre Igreja e política (OLIVEIRA, 2011).

Entre os anos de 2012 e 2017, concomitantemente, outras iniciativas estiveram em voga, apresentando e reutilizando uma série de instrumentos. Foram palestras, encontros aos finais de semana, envios de representantes para cursos em âmbito nacional, cartas, cartilhas, livros, lançamento de candidaturas na política partidária e conselho tutelar, fomentos de debates envolvendo candidatos a cargos eletivos – vereadores/as, deputados/as, senadores/as, governadores/as.

Em 2018, com recursos financeiros adquiridos pela Cáritas diocesana de Macapá, através do Fundo Nacional de Solidariedade vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Conselho de leigos/as e as pastorais sociais promoveram o embate institucionalizado sobre a pauta fé e política, o que gerou discussões, acarretando na implementação de outro curso de formação, desta vez intitulado “Fé e Cidadania”, organizado em módulos, estendeu-se entre 2018 e 2019. Vale destacar que houve um curso de “Fé e Política” entre 2009 e 2011 e outro, de mesmo nome, entre os anos de 2018 a 2019, que permitiu a implantação de uma escola de “Fé e Política” no Amapá.

A consolidação da Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini no Amapá se deu pela articulação das pastorais sociais e conselho de leigos/as, os resultados das formações locais e nacionais fizeram com que o Amapá entrasse no processo brasileiro de institucionalização das escolas de formação, despontando como estratégia local de ação e assumindo estudos técnicos sobre assuntos políticos. A escola tornou-se um espaço oficial de construção de direcionamentos sobre a política amapaense, atribuindo uma vertente horizontalizada e de inter-relacionamento das pastorais sociais, serviços eclesiais e movimentos católicos.

Neste contexto, o objeto de pesquisa deste trabalho volta-se à Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini da Igreja Católica no Amapá, tendo como recorte temporal o período entre 2009 a 2021, abordando as iniciativas que levaram a institucionalização da escola de formação e o bispado de Dom Pedro José Conti. Os objetivos englobam analisar a formação da Igreja Católica no Amapá a partir das contribuições da Escola de Fé e Política; verificar as influências da Escola de Fé e Política na formação, conscientização e atuação social da população local; e compreender o tipo de formação implementada. Nesta razão, intencionamos responder aos seguintes questionamentos: qual o processo de constituição da Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini? Quais são os seus objetivos e perfis de formações? Por qual razão a Diocese de Macapá delegou essa estrutura de formação política às pastorais sociais?

Neste sentido, perante a contribuição dos integrantes das pastorais sociais e com o apoio do bispo diocesano, a Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini pode ter iniciado um “novo” processo, de forma interna, de retomada das ações primordiais desenvolvidas pelas comunidades eclesiais de bases (CEBs) e pela Teologia da Libertação (TdL). E, de forma externa, na busca por uma retomada de sua influência social e política.

De pronto, vislumbrou-se a importância de manifestar as formas de abordagens da religião como objeto de pesquisa no campo da História. Com a intenção de compreender este fenômeno religioso, buscou-se um aporte teórico, primeiramente, no âmbito da História Cultural. Roger Chartier (1990), Le Goff (1990), Peter Burke (1992), Albuquerque (2007), Barros (2011) e Pesavento (2012) apontam as modificações latentes na maneira de compreender a religião na historiografia tradicional das religiões, Escola dos Annales e a Nova História. Desta forma, Londoño (2013), Brito (2003) Pereira e Silveira (2018) enfatizam que os resultados no Brasil puderam ser notados nos importantes trabalhos da escola metódica, Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina (CEHILA) e dos “brasilianistas”.

Na historiografia da Igreja Católica, as reflexões de Frei Betto (1985), Leonardo Boff (1994), Gustavo Gutiérrez (2000) e João Libanio (2013) oportunizam as leituras do contexto de formalização das Comunidades Eclesiais de Bases e da Teologia da Libertação. Maria da Glória Gohn (2011) e Irinéia Santos (2006) lançam análises sobre as experiências recentes e singulares entre fé e política na Igreja Católica, bem como a aproximação das pautas junto aos movimentos sociais.

Para elucidar a organização das escolas de fé e política, Antônio Alves (2010) desenvolve relevantes estudos no Brasil. Pedro Ribeiro de Oliveira (2011), José Ernane Pinheiro (2006) e Ivo Lesbaupin (2010), estabelecem discussões sobre cristãos em ação na política, cidadania e a opção pelos pobres no século XXI. As reviravoltas designadas pelas classes populares e aderidas pelo catolicismo são alvos importantes destes autores. Para compreender a relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, apontamos Márcio Moreira Alves (1979) e Roberto Romano (1979).

A compreensão das relações da Igreja Católica no Amapá serviu-se das discussões colocadas por Dorival dos Santos (2001), Sidney Lobato (2013), Walbi Pimentel (2015), Marcos Reis (2016). Para marcação temporal, escolheu-se a fundação do Território Federal do Amapá em 1943, pois as atividades estatais e eclesiais foram notórias neste período, nesta mesma década, houve a criação da Prelazia de Macapá em 1949. Ensejou-se realizar este caminho histórico até alcançar as formas recentes de organização das pastorais sociais e escola de formação.

Os aspectos metodológicos estão imbuídos na análise documental e a História Oral. A abordagem qualitativa refere-se à análise documental visando materiais que auxiliem na compreensão do contexto amazônico e levantamento de documentos do acervo da Igreja Católica. Existe uma relação crescente de trabalhos acadêmicos que buscaram discutir a relação pormenorizada entre política e religião na Amazônia. São relevantes experiências históricas oriundas da participação de grupos religiosos nas atividades políticas e sociais. Nas análises de documentos, dentre eles os eclesiais, torna-se indispensável observar as fontes e suas conjunturas. As nuances, lapsos e deliberações são decorrentes dos interesses de seus escritores (BACELLAR, 2008).

A aceitação da História Oral no Brasil acompanhou o transcurso da redemocratização do país. O término da ditadura civil e militar trouxe à tona indivisivelmente questões políticas na nova conjuntura democrática. Este é um divisor importante em relação à História Oral Latino-americana, pois há uma vinculação ao processo histórico e a diferencia daquelas desenvolvidas na Europa ou América do norte (BONAZZI, 2006).

Com a finalidade de obter informações pormenorizadas sobre os acontecimentos que envolveram o projeto da escola de fé e política no Amapá, optou-se por entrevistar Dom Pedro José Conti (bispo diocesano), Benedito de Queiroz Alcântara (professor e agente da Comissão de Justiça e Paz), Oscar Filho (professor e agente da Pastoral da Comunicação), Rodrigo Gomes (professor, ex-presidente do Conselho de leigos/as e ex-vereador de Macapá), Claudia Cristina (advogada e assessora da escola de fé e política), Ângelo Da Maren (padre e assessor escola de fé e política), Rossilda Barbosa (ex-presidente do Conselho de leigos/as), Ana Maria (agente da Comissão Pastoral da Terra) e Sandro Gallazzi (agente da Comissão Pastoral da Terra). A escolha destes personagens para algumas entrevistas, deu-se pelo fato das suas atuações protagonistas tanto no âmbito da Igreja Católica em prol da constituição da escola de formação quanto pela notoriedade política em outros espaços como sindicatos, partidos políticos e associações. As propostas metodológicas da História Oral, sobretudo na seleção da testemunha, potencializam a sistematização do trabalho desenvolvido (TOURTIER-BONAZZI, 2006).

O acesso às fontes, tanto da análise documental quanto da história oral, será viabilizado também pelas minhas vivências no interior das comunidades eclesiais de bases em Macapá, além da experiência em diocesanas, com destaque a Pastoral da Juventude, que me fizeram conhecer diversas realidades dos municípios do Amapá, além de compor o grupo de assessores da Cáritas diocesana de Macapá, curso de fé e cidadania e escola de fé e política. Deste modo, criou-se uma rede de contatos e mesmo de articulação política que auxiliaram na obtenção das fontes como atas das reuniões, fichas de inscrição, programação e projetos dos cursos de

formação política, “santinhos” de campanhas políticas, registros fotográficos, cartas, acervo documental e bibliográfico das pastorais sociais e entrevistas com os sujeitos da escola de fé e política.

Os documentos produzidos (cartas, notas, organizações de eventos) pelas pastorais sociais da Igreja Católica são importantes para notar as ideias, os critérios para escolhas de assessores, a estrutura e os conteúdos estudados adotados pela escola de formação dada a bagagem trazida pelos organizadores e participantes. Os projetos dos cursos indicam a sistematização das ideias reconhecidas pela escola de formação e ao analisar estes documentos busca-se notar os direcionamentos dados pelos grupos que conduzem os trabalhos. Registros fotográficos e “santinhos” de campanhas políticas auxiliam na apreensão das repercussões das atividades da escola de formação na sociedade amapaense. Por fim, o acervo das pastorais sociais e as fontes orais devem elucidar sobre estas ações no tempo presente e da história local, discutindo a organização da escola, seus objetivos e o motivo de sua criação.

As aborgagens deste trabalho estendem-se por três seções. No primeiro capítulo a abordagem terá como foco a ilustração do desenvolvimento agitado do catolicismo no Brasil. Para tanto, elucidamos a forma de abordagem acionada pela História Cultural à religião, as importantes transformações na Igreja Católica no transcorrer do século XX, o modelo das CEBs, a influência da Teologia da Libertação e a constituição das experiências de formação no Brasil.

No segundo capítulo a ênfase será a tônica entre fé e política na Amazônia amapaense. A partir do processo de redemocratização do país e da criação do Estado do Amapá, a análise será vinculada a perceber as nuances da Igreja Católica nesta região do país, iniciando os balanços das entrevistas, bem como notar a repercussão das agendas nacionais na formação. Percorrer o itinerário das escolas de formação auxiliará na apreensão do protagonismo das pastorais sociais na Amazônia amapaense.

Destarte, através da entrevista baseadas na História Oral, projetos dos cursos de fé e política (2009 a 2011) e fé e cidadania (2018 a 2019), o terceiro capítulo discutirá sobre a trajetória e instauração da Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini no Amapá. Inicialmente apresenta-se a constituição das escolas de formação, em seguida, os primeiros embates, as discussões, a efetivação e as perspectivas com a fundação da escola de formação tanto na Igreja Católica quanto sociedade amapaense, especialmente nas primeiras décadas do século XXI, destacando a história do tempo presente, período do bispado de Dom Pedro José Conti.

1 CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DO CATOLICISMO NO BRASIL (1962 a 1980)

Na segunda metade do século XX no Brasil as precariedades vivenciadas pelas camadas populares eram observadas sob os mais variados prismas e não foram acompanhadas pelas políticas estatais nos campos sociais, macroeconômicas, administrativas e setoriais. O período de Ditadura Civil-Militar (1964-1985) impulsionou mazelas sociais como falta de emprego e moradia, cerceamento de direitos individuais, sociais e políticos, especialmente nas camadas populares da sociedade.

A redemocratização do país, tendo como grande marco a promulgação da Constituição Federal (1988), questões relativas ao debate sobre pobreza, distribuição de renda, colapso econômico, político e lutas por direitos humanos, cidadania e justiça social disseminavam-se pelas representações da sociedade civil como movimentos sociais, sindicais, associações e as tendências radicais ou esquerda católica no Brasil.

Desta forma, intenciona-se discutir neste capítulo a organização da Igreja Católica nos seguintes aspectos: 1. Contextualização da participação política católica no Brasil e abordagens da História Cultural sobre o campo religioso; 2. Influências e transformações do contexto brasileiro a partir do quadro internacional com o Concílio Vaticano II e Latinoamericano nas Conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho; 3. Organização do laicato no Brasil nas CEBs, pastorais sociais e Teologia da Libertação.

1.1 CONTEXTOS E EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO POLÍTICA

A partir da segunda metade do século XX, as discussões e ações entre fé e política tiveram contornos potencializados no interior da Igreja Católica. Inúmeros espaços formativos e combativos surgiram, motivados pelo protagonismo de leigos/as e instituições, como as organizações das juventudes católica, as CEBs, as pastorais sociais e as contemporâneas escolas de formação política.

Para Sofiati (2009), os frutos de um processo histórico de tendências no catolicismo geraram separação entre tradicionalistas, modernizadores/conservadores, reformistas e radicais, onde esta instituição religiosa assumiu inicialmente papéis diversos como dependência, cordialidade e conflitante perante o Estado. Esta relação secular evocou alinhamentos às decisões do Estado em troca da hegemonia religiosa no território nacional (ALVES, 1979).

Alves (1979) afirma que as primeiras estranhezas geradas entre as instituições logo foram substituídas por uma tentativa de reaproximação. O contexto da economia cafeeira e

fundiária, ligadas às pautas conservadoras e tradicionais das elites, facilitou o propósito da Igreja Católica. No início do Século XX, com a ascensão da figura de Dom Sebastião Leme (arcebispo de Olinda e Recife) ao posto de liderança católica, a Igreja Católica manteve as conexões estatais.

Neste período, apesar dos acordos institucionais, a Igreja Católica estava carente de outras aproximações. O baixo poder de persuasão em relação à população acompanhava igualmente as discussões por eles junto ao Estado. Nas bases da Ação Católica, período do governo Vargas, década de 1930, a participação dos leigos na hierarquia desta instituição resultou em um movimento fundamental à estrutura religiosa conservadora. A implementação, por exemplo, da Liga Eleitoral Católica teve o objetivo de defender os interesses políticos desta instituição religiosa (ALVES, 1979).

No período do Estado Novo no Brasil, a Igreja Católica apoiou a ampliação do poder central do governo, os representantes das forças católicas reunidas no Centro Dom Vital apoiavam fortemente o sentido de uma sociedade corporativista defendida por Vargas e em contrapartida, o governo ofertava compensações ao afastar adversário ou inimigos da fé católica das jurisprudências brasileiras. (ROMANO, 1979).

A derrocada corporativista, as divergências entre as classes sociais e as crises do sistema capitalista mundial criam uma inquietação. O panorama das décadas seguintes, sob o enfoque popular, estaria assentado em uma face de burocratização modernizante desta religião. A posição coadjuvante da Igreja no Brasil inclinava-se à resolução dos problemas sociais, políticos e econômicos através da ordem e o progresso, refletindo um caráter atrasado. (ROMANO, 1979).

Alguns marcos foram importantes, especialmente a partir de 1950, para ruptura com o caráter submisso perante o Estado, como a inauguração da CNBB, a organização da primeira Conferência Geral Episcopal Latino-americano e início das atividades da Confederação de Religiosos da América Latina. Além destas ações, a participação de leigos/as na organização popular da Ação Católica Especializada tornou-se significativa, pois alvoreceu as mobilizações da Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), atuando na formação política e participação nos movimentos organizados (SANTOS, 2006).

Forjou-se uma tônica diferenciada da Ação Católica inaugurada com Pio XI (1922 a 1939) à frente da Igreja Católica a partir da encíclica *Ubi Arcano Dei* (1922), nos formatos geral e especializado, caracterizando-se pela ideia de recristianização e intervenções em pautas geradas pela modernidade. A perspectiva institucional lançada oficialmente na Ação Católica

indicava para uma maior participação dos leigos na reestruturação desta religião, objetivando um retorno ou reafirmação da hierarquia católica, recristianizando e reconfigurando a influência desta instituição na sociedade (PIMENTEL, 2015).

Santos (2006) destaca que no Brasil, os anos de 1930 seriam marcados pela dinâmica da Ação Católica. Em 1935, Dom Sebastião Leme criou a Ação Católica Brasileira (ACB). A perspectiva seguiu a instrução papal e aderiu ao formato “geral”. Com o Apoio do governo de Getúlio Vargas, as determinações conservadoras e adversas ao comunismo foram alastradas. No âmbito da Igreja Católica, este período se caracterizou pela desaprovação à modernidade e às mazelas surgidas a partir do capitalismo europeu, bem como enfrentamento às ideias comunistas e socialistas.

A Ação Católica configurou-se em dois modelos então conhecidos pelos países católicos: o padrão geral, com os ramos fundamentais por gênero e idade, e o padrão especializado, com os ramos fundamentais divididos por gênero, idade e segmentos sociais. Em alguns países, como Portugal e Brasil, o modo geral e especializado realizaram-se de maneira conjugada. Segundo seus estatutos, em 1935, a Ação Católica Brasileira foi instituída como quatro ramos fundamentais – adulto (masculino e feminino) e juventude (masculina e feminina) - e alguns segmentos sociais – estudantil, operário e universitário. Em 1946, forjou-se o segmento agrário nos ramos adultos e juvenis (FERNANDES, 2018, p. 46).

Foi a partir de 1946 que se iniciou o estabelecimento das concepções que moveram a Igreja Católica ao longo do restante do século XX. A reformulação do estatuto da ACB com uma nova perspectiva de estrutural e funcional dando maior criticidade sobre a visão da ACB ao apoio institucional, curso nos espaços de formação dos seminaristas e padres, especificações para atuações no interior da Igreja e na sociedade. A nomeação e atuação do padre Hélder Câmara, entre os anos de 1946 a 1962, incorreu como fundamental para Ação Católica Brasileira, notadamente com a adoção da Ação Católica Especializada em 1956 (FERNANDES, 2018).

Ao longo deste período, as discussões no interior da Igreja Católica davam-se a partir dos embates entre tradicionalistas, modernizadores/conservadores, reformistas e radicais. Na radical, a JAC, JEC, JOC e JUC consolidaram expressiva atuação no campo social e político, especificamente na área estudantil, agrária, operária e universitária. A figura de Dom Helder Câmara, ordenado bispo em 1952, continuava a suscitar articulações, desta vez junto aos bispos da região nordeste do país.

Segundo Pimentel (2015), o método criado na Ação Católica por Joseph Cardijn, fundador da Juventude Operária na Bélgica, intitulado “ver, julgar e agir”, foi construído e

condicionado tanto à vida prática quanto aos documentos da Igreja Católica. Em suma, primou-se por compreender a realidade social através de uma leitura crítica e libertária (ver), posteriormente, a partir desta compreensão, analisar a conjuntura tendo por base as sagradas escrituras (julgar) e, por fim, atuar por modificações na sociedade, na economia e na política (agir). O modelo Belga fomentou uma transformação e ampla participação social, utilizado pelas juventudes católicas no Brasil, máxime com a JOC e JUC.

Alves (2010) esclarece que é nesta configuração que a JOC e a JUC assentam-se na década 60: educação dos católicos no aspecto da transformação das estruturas sociais. A construção de uma Igreja Católica ligada a classes populares atravessa o fazer da JOC nas suas entradas em espaços operários e habilidades pedagógicas e, por sua vez, a JUC manteve nas experiências de fé como um combustível para ações concretas, especialmente pelo seu vulto mais elitizado.

No campo social, o protagonismo destes sujeitos da JOC e JUC, como cristãos leigos/as no interior da Igreja Católica, trouxe um aporte relevante para vivência das alas radicais desta religião, movimentos sociais, sindicais, associações e partidos políticos. Na década de 1970 e 1980, por exemplo, alguns setores católicos empenharam-se, junto a estes grupos citados, em lançar um partido político que estivesse alinhado às demandas da classe trabalhadora e em defesa da redemocratização, a proposição permeava a lógica de um “partido popular” (MACHADO, 2010).

No campo político partidário, a organização destes grupos sociais auxiliou na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no início da década de 1980 como ofensiva por espaços, direitos políticos, direitos sociais e a fim de deliberar sobre os projetos sociais em desenvolvimento ou a necessidade de criação de novas políticas. Apesar das contraposições e aproximações, este partido trazia na essência reivindicações de sindicatos, Igreja Católica, movimentos sociais e outros (MACHADO, 2010).

Corroborar Sofiati (2004), uma das principais colaborações dos movimentos sociais acentua-se na propagação cultural da democracia, valorizando a pluralidade social e o espírito de cidadania nas camadas populares, nesta vertente as classes trabalhadoras lançaram instituições com vistas à representação, com os exemplos mais claros na fundação do Partido dos Trabalhadores e Central Única dos Trabalhadores.

Com a ascensão de João Paulo II (1978) ao papado, apesar desta efervescência social e eclesial visualizada nas américas do sul e central, subsidiados pela TdL da Igreja Católica começaram a ser fortemente criticadas pelo Vaticano nas décadas de 1980 e 1990. Dois clássicos episódios reportam-se às interferências na conferência do CELAM em Puebla e as

perseguições e sanções impostas a sujeitos alinhados a estes grupos, como Leonardo Boff, sendo visto como uma liderança, um dos principais intelectuais da Teologia da Libertação e defensor das vivências das CEBs. (REIS, 2016).

Reis (2016) destaca que estas ações institucionais, dentre elas a restauração conservadora, deveriam atingir todos os setores da Igreja Católica. Além dos condicionantes eclesiais, neste período, são capitais os acontecimentos social e políticos como a instabilidade do socialismo, a derrubada do muro de Berlim, avanço das democracias liberais, o processo revolucionário de finalização dos regimes autoritários e redemocratização de países na América Latina.

Essa retomada, do ponto de vista eclesial, conservadora e, sob a ótica social e política liberal, evidencia-se ao longo da década de 1980, 1990 e 2000. No Brasil, cada região respondeu de maneira diferente às ondas e novos paradigmas. A região norte do país permaneceu como uma espécie de refúgio das CEBs e Pastorais Sociais, adotando o lançamento de cursos de formação com o propósito de discutir sobre temáticas políticas.

Isto posto, no século XX, as experiências de investimento em formação no laicato comportaram-se de maneiras diferenciadas. Na década de 1930, na Ação Católica e governo Vargas, o Centro Dom Vital serviu como apoio católico às atividades estatais, de outro modo, a Ação Católica Especializada abordou frentes juvenis que iriam valorizar a formação política com eixo popular, como a Juventude Agrária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica. A partir da década de 1960, as experiências das CEBs, TdL e Pastorais Sociais abarcaram outras práticas de ações políticas que culminaram, por exemplo, no apoio aos sindicatos de classe e fundação do Partido dos Trabalhadores, demonstrando a participação efetiva destes grupos no cenário político nacional.

1.2 RELIGIÃO, POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DO SABER CIENTÍFICO

Como observou-se, a partir da década de 1960 se designam no Brasil uma arena social no campo religioso e político, de um lado com os avanços das tendências reformistas e radicais do catolicismo e, de outro lado, os governos de João Goulart e militares na ditadura. Estes acontecimentos estão inseridos em um processo historiográfico que admitiu a discussão sobre a maneira como os historiadores percebiam a temática da religião, seus métodos e suas técnicas.

As abordagens foram realizadas de maneira peculiar pela historiografia tradicional das religiões, Escola dos Annales e a Nova História. As fragilidades da historiografia ao trabalhar modelos de narração de fatos e exposição de ideias foram questionadas pela inovação da

história-problema reclamada pelos Annales e, concomitantemente, se destacou as possibilidades para uma nova história (BARROS, 2011).

Albuquerque (2007), ao analisar três maneiras diferenciadas de tratamento da História efetivada pela tradicional historiografia das religiões, destaca que primeiramente nas suas abordagens metodológicas e teóricas, no começo do século XX, a dualidade tradicionalista apontou para os estudos relativos as origens das crenças e das instituições na sociedade. As reflexões giravam em torno dos fatos históricos na confirmação as crenças e a laicização ou desaparecimento da religião como resultado do avanço científico.

O segundo enfoque tratou sobre a história das religiões e os diálogos interinstitucionais em cada país. No terceiro momento, seriam versados apenas os grandes personagens e realizações oficiais da Igreja. Assim, tanto na formação confessional quanto nas abordagens da teologia, baseavam-se os estudos sobre religiões (ALBUQUERQUE, 2007).

Burke (1992), debruçando-se sobre a Escola dos Annales aponta que os fenômenos culturais foram constantemente buscados pelos historiadores. Na segunda metade do século XX, com a preponderante influência da terceira geração da Escola dos Annales, ocorreu uma efervescência a relação entre o campo da História e o estudo das religiões, essa geração adentra definitivamente na História Cultural ao preconizar mudanças administrativas, intelectuais, inserções femininas, abertura para autores de outros países e o retorno à política.

Segundo Le Goff (1990) a História pulsava no campo das memórias. As buscas por fontes em espaços como arquivos, bibliotecas, museus e associações permaneceriam mantidas como locais ou memoriais de/com história. O direcionamento metodológico, em uma nova tendência, seria voltado aos construtores ou proponentes da vida social como as comunidades, os meios sociais e políticos.

A nova história enfatizou para uma leitura das temporalidades em espaços curtos para estudos e a abordagem do objeto de pesquisa no campo da religião, enquanto construção histórica e social, estaria vinculada a cultura. Logo, a discussão sobre as mentalidades foram dando lugar ao viés cultural e essa tônica permeou o meio historiográfico a partir da década de noventa (ALBUQUERQUE, 2007).

De acordo com Pesavento (2012) a abordagem da cultura com significados comunitários e edificados socialmente, permitiu uma inovação na acepção valorativa e tradução da realidade constituída enquanto tal. Assim, a Nova História Cultural expos novidades no tratamento das pesquisas no âmbito cultural.

Esse avanço das práticas no intuito de compreender as experiências de pessoas comuns, sobretudo nas suas visões de mundo, proporcionou aos historiadores uma forma diferenciada

de observar o tema religião. Destaca-se as análises voltadas à representação, narrativa, ficção, sensibilidade e o imaginário. Segundo a autora:

Todas essas questões epistemológicas representam mudanças significativas, marcando a entrada em cena de um novo patamar para a reflexão da História. Essa espécie de giro teórico opera como uma espécie de novos óculos para enxergar a realidade, a partir de um corpo articulado de conceitos que passam a explicar o mundo de uma outra forma (PESAVENTO, 2012, p. 32).

Imbuída no acervo da História Cultural a história do tempo presente destaca-se como campo de pesquisa nestas inovações epistemológicas, os historiadores assumem a função de compreender o objeto pesquisado enquanto os fatos ainda estão em pleno desenvolvimento, neste tocante, remete-se a uma nova maneira de abordagem sobre a contemporaneidade das histórias políticas sob o enfoque dos aspectos culturais (PESAVENTO, 2012).

Para Burke (1992) este escopo de novas práticas evidencia o paradigma da nova história cultural, o sentido das práticas responderia aos problemas e desafios desta abordagem metodológica, reflexão alicerçada na maneira de lidar com o objeto, adotando, por exemplo, as práticas das religiões, sublinhando a potencialidade da nova história cultural no alcance de novas construções da realidade social.

De acordo com Roger Chartier (1990) notou-se a transição da História Social da Cultura à uma História Cultural do Social atentando a variedades dos prismas culturais. A reconstrução atentou-se aos modos de abordagens das leituras e um distanciamento prévio dos recortes espaciais. Nesta concepção, a metodologia seria uma aliada importante nos estudos culturais dos fenômenos sociais.

Ao encampar as tônicas das mentalidades nas pesquisas, os historiadores anexaram as pautas dos excluídos sociais na história. Desta forma, oportunizou-se as leituras sobre as religiões. No percurso da Nova História Cultural, os estudos de grupos desconhecidos foram potencializados a partir destas análises (MATOS, 2010).

Estas tendências influenciaram as produções brasileiras. Os trabalhos iniciam na escola metódica, transitam pelas contribuições da Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina (CEHILA) e alcançam os trabalhos dos “brasilianistas”. Os estudos acadêmicos complementam este processo. (PEREIRA e SILVEIRA, 2018).

Este dinamismo traça um perfil, em um primeiro momento, da história oficial desta religião indicando conquistas tão somente da estrutura hierárquica clerical. Em seguida, pós-concílio vaticano II, adotando a tônica reflexiva acerca das classes menos privilegiadas (pobres), a CEHILA provocou novas e fundamentais reflexões sobre o cristianismo. Por fim,

ocorreram as contribuições dos autores estrangeiros que se especializaram nas matérias brasileiras, sobretudo pelas transformações e peculiaridades das experiências da Igreja Católica nos países da América do Sul e da América Central (PEREIRA e SILVEIRA, 2018).

Para Brito (2003), a escola metódica apresentou uma tentativa de aproximação do modo acadêmico ao fazer historiográfico. Esse primeiro esforço de sair de um campo “fluído” e adotar uma “grade” para história, alcançou a proposição de reconstrução dos fatos a partir da reunião de documentos, porém sem a necessidade de reflexão teórica. A tentativa de estruturação metodológica, científica acarretou ao campo da História algumas possibilidades e limitações. Os entres da escola metódica acabaram influenciando na forma de lidar com a religião.

Londoño (2013) enfatiza que as aspirações e produções dos historiadores da CEHILA consideraram os momentos específicos dos países da América Latina. Levou-se em consideração as mazelas geradas pelas ditaduras militares, os direcionamentos indicados na segunda conferência geral do episcopado latino-americano em Medelín (1968) e as inspirações em uma teologia da libertação.

Neste viés, notou-se esforços por modificações internas na Igreja Católica. Na década seguinte, anos oitenta, as assinalações da terceira conferência geral do episcopado latino-americano em Medelín (1979) e a consolidação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) ocasionaram profundas transformações no comportamento organizacional da Igreja Católica, especialmente nas alas reformistas e radicais (LONDOÑO, 2013).

Nos anos noventa, com a redemocratização no Brasil (1988), a inquietação girou em torno da divisão geopolítica mundial entre norte e sul (ricos e pobres) e os impactos dessa nova ordem na América Latina. Ao longo das décadas, as questões sobre indígenas, negros, mulheres e pobres estiveram em destaque nos trabalhos da CEHILA (LONDOÑO, 2013).

Pereira e Silveira (2018) destacam que inegavelmente os brasilianistas trouxeram valiosas contribuições pra discussão sobre a temática da religião no país, no primeiro momento ocorreu um estranhamento em relação a estes estudiosos que se debruçavam a entender as nuances da religião, porém os marcos das atuações destes pesquisadores evidenciaram-se nas relevantes pesquisas sobre o cenário nacional. As gerações dos “brasilianistas” alcançaram as abordagens recente, no período da redemocratização brasileira, na figura de Kenneth P. Serbin ao observar no modelo eclesial empregado no Brasil sob o ângulo da Teologia da Libertação.

As configurações epistemológicas que atingiram a História Cultural provocaram reflexões acerca da abordagem sobre religião. Os lócus estratégicos foram condicionados nos campos sociais, culturais, religiosos, econômicos e políticos. Estas especificidades acarretam

estudos primordiais sobre os fenômenos religiosos imbuídos na presença da Igreja Católica no Brasil.

1.3 REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES NO CATOLICISMO.

Postas as contextualizações anteriores, a emblemática década de 1960 no Brasil foi abalada por acontecimentos no campo político e ideológico nas aspirações populares por reformas de base e nas reações elitistas pela manutenção da hegemonia. Nestes conflitos, assinalando o final da quarta república no país, no governo João Goulart (1961-1964), as propostas por reforma agrária, eleitoral, tributária e educacional eram defendidas por movimentos de trabalhadores urbanos, rurais, estudantes, camadas sociais populares e rejeitadas pela ação reacionária das elites brasileiras.

Nas esteiras destas disputas forjou-se um golpe de Estado, em 1964, mergulhando o país em uma ditadura civil e militar, apoiada amplamente pelas classes dominantes, companhias de televisão e comunicação, empresários e pelas alas conservadoras da Igreja Católica. Com a fixação do regime militar, a Igreja Católica estava fracionada em grupos defensores das moções de Jango pelas reformas de base e apoiadores da ditadura, pois, estes últimos defendiam a manutenção da ordem no país, o que beneficiaria a estrutura católica (ESTEVEZ, 2013).

Estevez (2013) ainda aponta que houve naquele momento a confirmação de uma supremacia conservadora entre os dirigentes desta religião, ajudando o aparato militar na sustentação do poder estatal, definindo convicções pela repulsa ao comunismo e arguindo por uma doutrina baseada em ordem, disciplina e hierarquia. Este apoio religioso a ditadura civil e militar excetuou as linhas radicais da Igreja Católica, desta maneira o ambiente gerado uma ruptura drástica no interior desta instituição no Brasil reproduzindo a separação que estava posta na sociedade brasileira nas figuras dos agrupamentos que lutavam contra o regime e dos conjuntos que os defendiam.

Siqueira (2019) argumenta que ao longo de duas décadas a divisão católica estiveram posta entre bispos, padres, religiosas e leigos/as, subdividindo-se em três vertentes, sendo um grupo reformistas e radicais liderado pelo arcebispo Dom Hélder Câmara, um aglomerado conservador ligado ao arcebispo Dom Geraldo de Proença Sigaud e um grupamento moderado que expressava a defesa dos interesses institucionais e, por isso, ora somava com reformistas e radicais e outrora estava unificado aos conservadores, a depender da pauta e dos interesses organizacionais católicos.

Sofiati (2009), implementando as construções Michael Lowy e Antônio Gramsci, acentua uma distinção dos movimentos no interior do catolicismo no Brasil ao conceber uma formulação por “tendências católicas” envolvendo um quadro entre tradicionalistas, modernizadores, reformistas e radicais. Sendo classificados por inúmeras divergências eclesiais, de concepção poder e organização no campo social.

Tipificando cada tendência, o autor ressalta que tradicionalistas são voltados ao fundamentalismo religioso e avessos a ideias radicais; por sua vez, modernizadores conservadores são ligadas às classes sociais altas e à conservação de valores tradicionais no âmbito das instituições sociais, além de manter um diálogo com a sociedade moderna; no caso dos reformistas, o vínculo central é a atuação por garantia dos direitos humanos; e os radicais apoiam e/ou estão inseridos nos movimentos populares e são adeptos à Teologia da Libertação (SOFIATI, 2009).

Segundo Lowy (2000), com os grupos de tendência tradicionalista e modernizadores conservadores, esta segunda turma sendo abastecida de maior número, força política e detentores dos pareceres corporativos, serviram de aparelhos ideológicos disseminando instruções e enveredando pelo apoio ao regime militar. Já com reformista e, especialmente radicais, os combates e as formações políticas se intensificaram solidificando um Cristianismo da Libertação.

Na segunda metade do século XX no Brasil, as disputas pelas representações políticas criadas no país de forma hegemônica e contra hegemônica detinham por contexto a ditadura civil e militar, acarretando à Igreja Católica duas iniciativas: apoio ou rejeição. Ao analisar as construções de representações a partir da ambição grupal que as instituem, são imprescindíveis as verificações individualizadas, pois as estratégias e práticas usadas são imposições de autoridades e legitimações de poder sobre outros grupos (CHARTIER, 1990).

Alves (1979), evidencia a pretensão de negociatas entre as hierarquias militares e religiosas, fato materializado nos primeiros anos de regime quando Castelo Branco (1964 a 1967) determinou que padres somente poderiam ser detidos com autorização expressa pela presidência da República.

Ao longo dos anos seguintes, nos governos de Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Médici (1969 a 1974), o posicionamento oficial dos governos militares brasileiros refletia-se no contato entre os presidentes e representantes da hierarquia católica para demonstrar publicamente o vínculo entre as instituições, logo puderam ser visualizados incentivos das atividades religiosas que homenageavam santas do catolicismo, além da liberação de recursos públicos para edificação de igrejas e a catedral em Brasília (ALVES, 1979).

Chartier (1990) discorre que as representações estão incessantemente postas em ações concorrenciais, acionando mecanismos na tentativa de imposição de leituras de mundo. E desta forma, observaram-se conflitos violentos pela legitimação da representação política de autoritarismo, com aparatos de repressão, subserviência institucional e de elites em apoio ao regime militar e manutenção de *status quo*. E, de igual modo, as organizações civis arquitetaram uma batida contra hegemônica a partir das mobilizações populares, surgindo os acirramentos dos confrontos e, no campo da religião, houve a tomada de posicionamento de bispos e padres, demonstrando uma certa ruptura com a hierarquia católica.

Para Siqueira (2019), Dom Hélder Câmara destaca-se como uma das figuras emblemáticas das tendências radicais da Igreja Católica. O bispo adotou uma postura diferenciada ao questionar a repressão ditatorial de maneira eloquente nos seus discursos e organizar os bispos do nordeste brasileiro para o lançamento de um manifesto, documento que marcava posição contrária à ditadura militar.

Nesta esteira, informa Alves (1979), que os componentes do Movimento de Educação de Base (MEB), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC) produziram inúmeras declarações em favor da população reprimida, apontando o desvinculo entre a doutrina social da Igreja Católica e a censura, tortura produzida pelo regime militar e, por consequência, denunciando o aumento das desigualdades sociais, endividamento do país, corrupção e alta na inflação.

Alves (2010) destaca que é neste bojo que se focalizam as experiências de formação política no âmbito da Igreja Católica na segunda metade do século XX. Tais formações inerentes às tendências radicais, sob um paradigma libertador das estruturas opressoras, utilizaram-se de instrumentos variados e suscitaram uma geração de militantes políticos.

Observa-se a continuação ou readequação de instrumentos como documentos, cartas, cartilhas, livros e as mobilizações a partir da organização dos/as leigos/as em encontros nacionais, discursos e palestras. Outro elemento significativo remete que os levantes destes grupos, característicos das realidades latino-americana e, conseqüentemente, brasileira, tomaram por base uma interpretação dos documentos eclesiais em uma perspectiva de libertação das mazelas sociais, econômicas, políticas e espirituais (ALVES, 2010).

Para Santos (2006) alguns marcos na América Latina serviram para iniciar certas modificações ou renovações das práticas da Igreja Católica no Brasil, tanto no seu interior quanto em relação à sociedade, como a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, que remeteu a uma certa autonomia à Igreja local, em seguida, a I

Conferência Geral Episcopal Latino-americana, sediada na cidade do Rio de Janeiro (1955) e a abertura da Confederação de Religiosos da América Latina (1958).

Apesar do crescimento das ações em prol da estrutura da religião católica, especialmente com a fundação da CNBB, a realidade episcopal (bispos) estava atrelada à baixa formação teológica e isolamento nas respectivas dioceses/regiões do Brasil. Ou seja, sob as dimensões continentais brasileiras e mazelas que atingiam sobretudo as regiões periféricas do país, não seria possível uma modificação desta conjuntura sem um movimento que questionasse a estrutura do catolicismo. Neste viés, as balizas primárias, que levaram à modificação institucional visível, materializam-se a partir de dois elementos: a organização dos/as leigos/as e o Concílio Vaticano II, que acarretaram modificações teológicas, estruturais, pastorais, sociais e políticas no interior da Igreja Católica (ALVES, 1979).

O Concílio Vaticano II (1962 a 1965) representou uma iniciativa vital para Igreja Católica no século XX. Prestes a completar 60 anos de sua realização, nota-se uma memória e, de certo modo, uma atemporalidade quanto aos ecos da assembleia no interior desta instituição. Em proposição de dialogar com a sociedade moderna, visando, dentre outros fatores, a reaproximação junto às classes populares através do compromisso social e maior participação popular no âmbito eclesial, foram produzidos 4 (quatro) documentos que ganharam destaque: Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*, e a Constituição Dogmática *Dei Verbum*.

Dentre estes materiais, 1 (um) chamou atenção pela forma de lidar junto às classes populares, os/as leigos/as, gerando ponderações sobre a Igreja no mundo atual. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* apresentou temas próprios das organizações sociais e ressaltou a importância dos debates e participações nos campos sobre cidadania, política, democracia em vistas à justiça social e igualdade. Esta ação impulsionou completamente a forma de lidar com a política adotada pelas alas reformistas e radicais da Igreja Católica. Estes processos de repensar as atividades eclesiais atravessam dois paradigmas, articulando o campo antropológico-teológico e ético-social, visando romper o distanciamento da sociedade moderna e voltando olhares para os benefícios à religião dada a participação dos cristãos leigos no campo social e político (ALVES, 2013)

O papel dos/as leigos/as, ao longo de séculos de religião católica, foi apenas de figurantes, essencialmente em posição de subserviência e alheios ao processo de deliberações, podendo ser visualizada nas primeiras normas da Ação Católica geral na primeira metade do século XX, nos formatos de igreja de massas, voltadas a atos devocionais e pequenos rituais,

além de grupos de elite subsidiando mecanismos paternalistas e mantenedores dos privilégios à cúpula da hierarquia (ALVES, 1979).

Por outra via, é marcante no Brasil a nucleação de grupos populares em comunidades ou bases sociais. São experiências que contrapõem a realidade dada e provocam uma transformação tanto no interior da Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II, quanto nos rumos políticos da sociedade brasileira, pelo combate ao regime militar e no processo de redemocratização (ALVES, 1979).

Para Aquino Júnior (2013), o evento conciliar reuniu tendências divergentes da Igreja Católica e obteve como um dos documentos finais a constituição pastoral intitulada *Gaudium et Spes*, esboçando a importância da alteração das ações desta instituição diretamente e especialmente no campo político, compreendendo como um processo imediato a ser adotado na relação entre Igreja e política.

Um olhar minucioso acerca da *Gaudium et Spes* expõe a modificação de postura da Igreja Católica e a passagem dos sujeitos leigos “figurantes” para “linha de frente” no embate político moderno. Confirmou-se a tentativa e necessidade desta instituição em abrir-se para o diálogo com os seus grupos e a sociedade. É possível encontrar no documento, por exemplo, em relação à natureza e fim da comunidade política:

Os indivíduos, as famílias e os diferentes grupos que constituem a sociedade civil, têm consciência da própria insuficiência para realizar uma vida plenamente humana e percebem a necessidade duma comunidade mais ampla, no seio da qual todos conjuguem diariamente as próprias forças para cada vez melhor promoverem o bem comum. E por esta razão constituem, segundo diversas formas, a comunidade política. A comunidade política existe, portanto, em vista do bem comum; nele encontra a sua completa justificação e significado e dele deriva o seu direito natural e próprio. Quanto ao bem comum, ele compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição. (*Gaudium et Spes*, 1998, p.39)

Primeiramente ao tratar sobre os grupos que constituem a sociedade civil, a Igreja Católica manifestou a preocupação em dialogar com vários segmentos sociais e que tem seu ponto de partida os inúmeros sujeitos, independente de classe social ou nacionalidade, acolhendo de certa forma o modo de atuação de cada indivíduo no campo social e político, como atributo da comunidade política, sob o objetivo da garantia dos direitos e do bem comum na materialização de oportunidades na vida profissional e econômica. Mesmo sendo o último material deferido, há uma alteração abrupta nos direcionamentos eclesiais sobre de tratar sobre

política e o próprio leigo que é tornado um sujeito eclesial, causando impulso para ação social (SEGNORELLI, 2013).

Já mencionamos o papel de figurantes dispensados aos leigos/as e, deste modo, a reviravolta e novidade da *Gaudium et Spes* está centrada por ser um ato político eclesial de valorização destes sujeitos. A história protagonista do laicato é constituída institucionalmente a partir do Concílio Vaticano II, pois outrora eram reconhecidamente subalternizados e não mencionados pela estrutura católica, sendo adotados outros termos como “nação santa”, fadados ao silenciamento e obediência (SEGNORELLI, 2013).

Obviamente que os interesses postos na entrada de sujeitos católicos na formação da comunidade política estão conectados a ocupar espaços de tomadas de decisão, estimulando a possibilidade de adequar a relação histórica desta instituição na esfera política. Atrelada a esta perspectiva, as ideias apresentadas não atacam diretamente a relação entre Igreja e o Estado, expondo um cuidado para evitar conflitos institucionais e cientes da eclosão dos movimentos e organizações sociais mundo afora. Para Signorelli (2013), o zelo e a estratégia pensada na formatação da autonomia do laicato se deram pela reclamação popular e necessário diálogo com a modernidade.

A *Gaudium et Spes* fomentou a reflexão sobre a participação social de leigos/as nas estruturas jurídico-política como uma atitude de cidadania, motivando o protagonismo nos processos eleitorais, no exercício na perspectiva do voto, na gestão democrática da coisa pública, na valorização dos cargos dos representantes nas instituições política, em especial os governantes, nos serviços à coletividade humana. Ao assumir estes posicionamentos na forma oficial, materializada documentalmente, a Igreja Católica inaugurou uma atitude propositiva e diferenciada, motivando até certa medida e não discriminando as ações dos sujeitos leigos na vida social e política:

É plenamente conforme com a natureza do homem que se encontrem estruturas jurídico-políticas nas quais todos os cidadãos tenham a possibilidade efetiva de participar livre e ativamente, dum modo cada vez mais perfeito e sem qualquer discriminação, tanto no estabelecimento das bases jurídicas da comunidade política, como na gestão da coisa pública e na determinação do campo e fim das várias instituições e na escolha dos governantes. Todos os cidadãos se lembrem, portanto, do direito e simultaneamente do dever que têm de fazer uso do seu voto livre em vista da promoção do bem comum. A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, em serviço dos homens. (*Gaudium et Spes*, 1998, p. 40)

De acordo com Aquino Junior (2013), ao considerar indivíduos, famílias e associações no processo do exercício de cidadania, a Igreja Católica forjou um certo diálogo com a modernidade e redirecionou o pensamento eclesial acerca da política, todavia as percepções divergentes do clero no Concílio Vaticano II trouxeram à baila uma resistência aos textos finais, destinando apenas às tendências radicais do catolicismo uma atitude proativa sobre os documentos.

A imersão social para obtenção e garantia de direitos passaram a ser, teoricamente, assegurados como atividade própria dos sujeitos que se identificavam como católicos, valorizando a participação nas estruturas sociais com um propósito humano e coletivo. Neste requisito, a América Latina, com o protagonismo dos sujeitos leigos em voga, evidenciou-se como palco das maiores recepções destas ideias na atuação popular, logo, os efeitos do Concílio Vaticano II serviriam como suporte para essa efervescência continental de educação sociopolítica (AQUINO JUNIOR, 2013).

Desta forma, visualizou-se na segunda metade do século XX um cenário extremamente diversificado e conflituoso na conjuntura social, econômica e política brasileira e no interior da Igreja Católica. A organização e o protagonismo dos/as leigos/as ganharam novos impulsos com os resultados do Concílio Vaticano II e a elaboração de documentos, com destaque a *Gaudium et Spes*, provendo mudanças significativas como a valorização do laicato na estrutura eclesial, a necessária aproximação destes grupos às realidades sociais e o incentivo à participação política. A Ditadura civil e militar acentuou disputas de poder no interior do catolicismo, estrategicamente a esquerda católica construiu representações políticas valorizando a derrubada do regime ditatorial, promovendo a imagem de Dom Helder Câmara, construindo os embriões dos instrumentos formativos das CEBs e Pastorais Sociais como documentos, cartas, cartilhas, livros e as mobilizações a partir da organização dos/as leigos/as.

1.4 CONFERÊNCIAS LATINOAMERICANAS E PROTAGONISMO DE LEIGOS/AS

Após 3 (três) anos da realização do Concílio Vaticano II, as recepções das suas principais ideias desaguaram nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano. Primeiramente, as discussões deram-se na conferência sediada em Medellín (1968), na Colômbia, reunindo potencialidades, mas também as limitações do Concílio Vaticano II, pensadas em uma realidade “centro-europeia”, que ainda seriam experimentadas e adequadas nas diversas culturas e realidades pelo mundo (AQUINO JUNIOR, 2013).

Em Medellín, efetuou-se a definição da forma que a América Latina assumiria a proposta do Concílio Vaticano II, consoante à relação de forças e poder, ao vislumbrar que a aproximação com as questões sociais, sobretudo as mazelas geradas pelas ditaduras nos países do continente, deveriam ser combatidas e com a adoção de um posicionamento ao lado dos pobres e oprimidos, contra as estruturas injustas e opressoras (AQUINO JÚNIOR, 2013).

No documento conclusivo da II Conferência geral do episcopado latino-americano são abordados inúmeros assuntos que versam sobre as múltiplas realidades deste continente, na seguinte estrutura: Igreja visível e as suas estruturas, evangelização e crescimento na fé e a promoção humana. Em relação à promoção humana, analisaram-se temáticas como justiça, paz, família e demografia, educação e juventude. A partir dessas temáticas, analisou-se, por exemplo, a organização dos trabalhadores, reforma política, tensões entre classes, aspectos econômicos e políticos. A abordagem em relação à organização civil levou a um enfoque sobre a organização da sociedade civil, tanto nas áreas urbanas quanto rurais:

Por isso, na estrutura intermediária profissional, a organização sindical rural e operária deverá adquirir a força e a presença suficiente a que os trabalhadores têm direito. Suas associações deverão ter uma força de solidariedade e responsabilidade capaz de fazer valer o direito de sua representação e participação nos meios de produção e no comércio nacional, continental e internacional. Assim deverão exercer, igualmente, o direito de se fazerem representar política, social, e economicamente, onde quer que sejam adotadas decisões relativas ao bem comum. Simultaneamente, as organizações sindicais deverão lutar com todos os meios ao seu alcance, para formar moral, econômica e sobretudo tecnicamente, aqueles que forem designados para o exercício dessas responsabilidades (Documento Final Medellín, 1998, p.6).

Para Alves (2013), o emblemático posicionamento da Igreja Católica em Medellín, ao lançar as concepções do documento final favorável às camadas populares, corroboraram nas disputas pela hegemonia das representações políticas, com a idealização peculiar do avanço das tendências radicais, na formalização das CEBs e da Teologia da Libertação, por outro lado, definiram lugar contrário ao avanço das ditaduras com caráter civil e militar nos países da América Latina no bojo autoritarismo, limitação, retirada e negação de direitos.

O embate contra a ditadura civil-militar e o processo de redemocratização impulsionaram questionamentos sobre a estruturação urbana, agrária e acesso ao trabalho, pois tanto no campo social quanto político impactavam diretamente no cotidiano dos sujeitos pobres. É neste viés que Medellín auxiliou no direcionamento das ações católicas por delimitar as indicações do Concílio Vaticano II. A “opção pelos pobres” definida pela conferência seria o núcleo essencial por onde perpassariam as demandas sociais e eclesiais, incluindo uma

novidade na teologia latino-americana, firmando os contornos do ideal de “libertação”. (AQUINO JÚNIOR, 2013).

Queiroz (2021) aponta outra faceta da conferência gerada pelos acirramentos de posicionamentos entre as tendências católicas; foram registrados logo após Medellín, a partir do documento final da segunda conferência do CELAM e as suas argumentações enlaçadas ao viés de libertação e ensaios marxistas, houve o avizinhamo de padres e leigos a grupos conservadores como Opus Dei, Legionários de Cristo e Solidatum Christianae, assumindo uma ação dialogal juntos a elites e a expectativa de livrar o âmbito eclesial de agrupamentos radicais.

Neste tocante, algumas caracterizações de tendências radicais em voga nos países da América Latina tiveram que ser reconhecidas e acolhidas nos moldes das bases do documento final de Medellín, mesmo com uma forte e ascendente ideologia conservadora no âmbito institucional católico. Ao tratar sobre atividades iminentes como reforma política, notam-se os seguintes argumentos:

Em face da necessidade de uma transformação global nas estruturas latino-americanas, julgamos que esta transformação tem como requisito a reforma política. O exercício da autoridade política e suas decisões têm como única finalidade o bem comum. Na América Latina tal exercício e decisões frequentemente aparecem favorecendo sistemas que atentam contra o bem comum ou favorecem grupos privilegiados. A autoridade deverá assegurar eficaz e permanentemente, através de normas jurídicas, os direitos e liberdades inalienáveis dos cidadãos e o livre funcionamento das estruturas intermediárias. A autoridade política tem a missão de proporcionar e fortalecer a criação de mecanismos de participação e de legítima representatividade da população, ou o estabelecimento de novas formas de participação do povo se isso se tornar necessário. Queremos insistir na necessidade de vitalizar e fortalecer a organização municipal e comunal como ponto de partida para a vida departamental, provincial, regional o nacional. A carência de uma consciência política em nossos países torna imprescindível a ação educadora da Igreja, com vistas a que os cristãos considerem sua participação na vida política da nação como um dever de consciência e como o exercício da caridade em seu sentido mais nobre e eficaz para a vida da comunidade. (Medellín, 1998, p. 7).

Com este posicionamento, as organizações leigas que já desenvolviam as suas respectivas atividades, aproveitam o apoio institucional e seguem com as formações políticas para contribuir na estruturação das representações civis, dentre elas as sindicais. Subsidiadas pelas CEBs e Pastorais Sociais, nasceram sindicatos rurais e a tomada de consciências sobre a valorização dos direitos humanos e construções de políticas públicas (ESTEVEZ, 2013).

Outro ponto relevante do documento para tendências radicais católicas, baseia-se na argumentação sobre reforma política. Em uma tonalidade moderada, houve a proposição de

modificação geral do sistema no continente, dado que remete a uma transformação social em um panorama de regime ditatorial:

Em face da necessidade de uma transformação global nas estruturas latino-americanas, julgamos que esta transformação tem como requisito a reforma política. O exercício da autoridade política e suas decisões têm como única finalidade o bem comum. Na América Latina tal exercício e decisões frequentemente aparecem favorecendo sistemas que atentam contra o bem comum ou favorecem grupos privilegiados. A autoridade deverá assegurar eficaz e permanentemente, através de normas jurídicas, os direitos e liberdades inalienáveis dos cidadãos e o livre funcionamento das estruturas intermediárias. (Medellín, 1998, p. 7)

Ao questionar o propósito da autoridade política, o documento final de Medellín corrobora com as ponderações das organizações da sociedade civil. E segue apontando eloquentemente que sistemas postos nos países da América Latina “atentam” contra o bem comum, além de “favorecer” grupos privilegiados. Por fim, a estabilidade democrática é reivindicada através de dispositivos jurídicos, direitos e liberdades para os cidadãos.

Estes dois trechos são questionadores. Um aborda as decisões que atentam ao bem comum e a carência de uma consciência política e também marca postura sobre a necessidade de garantias fundamentais de direitos a partir de uma ação cidadã e com a intensificação da participação na vida política.

A autoridade política tem a missão de proporcionar e fortalecer a criação de mecanismos de participação e de legítima representatividade da população, ou o estabelecimento de novas formas de participação do povo se isso se tornar necessário. Queremos insistir na necessidade de vitalizar e fortalecer a organização municipal e comunal como ponto de partida para a vida departamental, provincial, regional o nacional. A carência de uma consciência política em nossos países torna imprescindível a ação educadora da Igreja, com vistas a que os cristãos considerem sua participação na vida política da nação como um dever de consciência e como o exercício da caridade em seu sentido mais nobre e eficaz para a vida da comunidade (Medellín, 1998, p. 7)

Com a designação institucional de uma “opção pelos pobres” em Medellín, a Igreja Católica motivou ao combate às mazelas sociais, baseadas nas orientações do Concílio Vaticano II e observando a libertação dos regimes ditatoriais como viés teológico e social. Existia uma militância sociopolítica latino-americana caracterizada pela ação política dos sujeitos locais na busca por reforma das estruturais sociais vigentes. E com as tendências radicais familiarizadas com os movimentos sociais, os documentos do CELAM tornaram-se fontes e inspirações de formação política (ALVES, 2013).

O ano de 1979 na América Latina foi marcado fortemente pela conferência do CELAM, sediada em Puebla de Los Angeles, no México, e a eleição do Papa João Paulo II. Ao considerar que a conferência anterior, em Medellín, apresentou linhas radicais em defesa dos mais pobres da sociedade e que Puebla seria uma espécie de herdeira desta perspectiva, o panorama em Puebla seria grifado pelo andamento dos intensos conflitos notadamente realizado pelo recém-eleito Papa, adotando um perfil mais conservador (QUEIROZ, 2011).

Segundo Queiroz (2011), a Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho (CELAM) em Puebla, passados 10 anos da Conferência de Medellín, mostrou-se uma considerável na marcação por disputadas internas, notadamente pela prosperidade da TdL na América Latina e a busca por uma retomada conservadora na cúpula e nos continentes desta religião. Fato que pode ser comprovado desde a introdução do documento final com o discurso do Papa João Paulo II na abertura da Conferência do CELAM em Puebla.

Em outros casos se pretende mostrar a Jesus como comprometido politicamente, como um lutador contra a dominação romana e contra os poderes, e inclusive implicado na luta de classes. Esta concepção de Cristo como político, revolucionário como o subversivo de Nazaré não se coaduna com a catequese da Igreja (Puebla, 1998, p. 9).

O Papa João Paulo II lança duras críticas às leituras marxistas difundidas nas CEBs pelos agentes leigos/as, direcionando suas orientações para que a América Latina se volte para uma catequese da Igreja e perceber como errada a afirmação da proximidade entre os ensinamentos de Jesus Cristo e sua vinculação à libertação vista como integral, sociopolítica e econômica (REIS, 2016).

Em outro trecho, na “Introdução a uma leitura do documento a partir da opção preferencial pelos pobres”, Pe. Beni dos Santos coaduna com o Papa:

Não podemos nos esquecer também que o marxismo coletivista e a ideologia da segurança nacional são também condenados. Aquele, por seu caráter materialista e idolátrico com respeito à riqueza (cf. 543). Esta, por estar “vinculada a um determinado modelo econômico-político, de características elitistas e verticalistas, que suprimem a participação ampla do povo nas decisões políticas (Puebla, 1998, p. 44)

Queiroz (2021) indica um posicionamento sobre uma base conservadora no documento final de Puebla ao demonstrar um formato comedido e duvidoso, somado a certa preocupação com aspecto dogmático. Fato este que pode ser visualizado inicialmente no modo exibição da estrutura do material com abordagem sobre “Visão pastoral da realidade latino-americana”, “Desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina”, “Evangelização da Igreja da América

Latina”, “Igreja Missionária a serviço da evangelização na América Latina” e “Sob o dinamismo do Espírito: opções pastorais”.

Adentrando os capítulos, focalizando o capítulo II “Visão sociocultural da realidade latinoamericana”, busca-se a contextualização da situação de pobreza nos países da América Latina. Apesar da abordagem branda, assume que as misérias são causadas pelos sistemas econômicos, políticos e sociais e estes devem ser transformados demasiadamente visando alcançar a justiça social:

Ao analisar mais a fundo tal situação, descobrimos que esta pobreza não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja também outras causas da miséria. A situação interna de nossos países encontra, em muitos casos, sua origem e apoio em mecanismos que, por estarem impregnados não de autêntico humanismo, mas de materialismo, produzem, em nível internacional, ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres. Esta realidade exige, portanto, conversão pessoal e transformações profundas das estruturas que correspondam às legítimas aspirações do povo a uma verdadeira justiça social; tais mudanças ou não se deram ou têm sido demasiado lentas na experiência da AL (Puebla, 1998, p. 69).

No capítulo 5 “Evangelização, ideologias e política”, subseção “Conceitos de político e de compromisso político”, aborda-se:

Devemos distinguir dois conceitos de política e de compromisso político: primeiro, a política em seu sentido mais amplo que visa o bem comum, no âmbito nacional e no âmbito internacional. Corresponde-lhe precisar os valores fundamentais de toda a comunidade - a concórdia interna e a segurança externa - conciliando a igualdade com a liberdade, a autoridade pública com a legítima autonomia e participação das pessoas e grupos, a soberania nacional com a convivência e solidariedade internacional. Define também os meios e a ética das relações sociais. Neste sentido amplo, a política interessa à Igreja e, portanto, a seus pastores, ministros da unidade. É uma forma de dar culto ao único Deus, dessacralizando e ao mesmo tempo consagrando o mundo a Ele (LG 34). (Puebla, 1998, p. 167).

Alves (2013) pondera que apesar das diferenças entre as conferências, sobre as linhas aplicadas ao documento final de Puebla, a despeito das controvérsias, ainda se visualizou a sustentação do método ver, julgar e agir, além de nutrir a “opção pelos pobres” com o termo “preferencial”, também se valorizou a lógica do avanço rumo ao exercício do poder político atribuído aos leigos/as nas votações eleitorais, atividades partidárias e representação em cargos públicos.

E Continua:

Segundo: a realização concreta dessa tarefa política fundamental se faz normalmente através de grupos de cidadãos que se propõem conseguir e exercer o poder político para resolver as questões econômicas, políticas e sociais segundo seus próprios critérios ou ideologias. Neste sentido se pode falar de “política de partido”. As ideologias elaboradas por esses grupos, embora se inspirem na doutrina cristã, podem chegar a diferentes conclusões. Por isso, nenhum partido político, por mais inspirado que esteja na doutrina da Igreja, pode arrogar-se a representação de todos os fiéis, já que seu programa concreto nunca poderá ter valor absoluto para todos (João Paulo II, Discurso Inaugural, I, 4-AAS, LXXI, 1998, p. 167-168). (Puebla, 1998, p. 167).

Ainda se atribui à participação do laicato as entradas na política partidária e restringe-se o envolvimento de padres e diáconos às vias de militância. Na visão de Medellín, a incumbência cristã não poderia assumir modos violentos e apelar a conciliação entre os agentes sociais e instituições.

Nossa responsabilidade de cristãos é promover de todos os modos os meios não violentos para restabelecer a justiça nas relações sócio-políticas e econômicas, segundo a doutrina do Concílio, que vale tanto para a vida nacional como para a vida internacional: “Só podemos calorosamente aplaudir aqueles que, para reivindicar os seus direitos, renunciam ao emprego da violência e recorrem aos meios de defesa, que aliás estão ao alcance também dos mais fracos, contanto que isso seja viável sem lesar direitos e obrigações de outros ou da comunidade” (GS 78). (Puebla, 1998, p. 170).

A opção pelos pobres também pode ser visualizada através do compromisso social manifestados através das CEBs, Teologia da libertação, pastorais sociais, ações políticas e sociais de leigos/as e religiosos. E são exatamente estas vertentes que estarão no cerne do debate eclesial, político e social na segunda metade do século XX (ALVES, 2013).

Destarte, nota-se o posicionamento político da Igreja Católica nas Conferências do Conselho Episcopal Latino-americano. A segunda atividade com sede em Medellín trouxe ao debate o compromisso da “opção pelos pobres” no documento final. Considera-se a mais provocativa das conferências pela emergência e clareza dos encaminhamentos endereçados à participação e legitimação dos mecanismos de participação e de legitimação de representatividade política. Na terceira conferência sediada em Puebla, ainda que as interferências conservadoras tenham dado uma tonalidade mais branda ao texto final, conduziu-se a “opção preferencial pelos pobres”. Estas conferências basearam uma forte inclinação ao laicato no Brasil na Teologia da Libertação, nas comunidades Eclesiais de Base e nas Pastorais Sociais.

1.5 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E PASTORAIS SOCIAIS

Aludindo aos momentos históricos onde ocorreram os estabelecimentos das mazelas sociais profundas resultantes da improdutividade das políticas estatais tanto no viés urbano quanto no rural, alas radicais do Catolicismo no Brasil encabeçaram um movimento no interior da própria Igreja e na sociedade, visando atender as classes mais pobres da sociedade.

Estas vertentes ou estes sujeitos históricos iniciam um processo que tem como protagonistas os subalternos (leigos) e causaram uma certa ruptura ao estilo enrijecido/hierárquico eclesial, apesar do fortalecimento recebido pelas ações institucionais no Concílio Vaticano II e nas conferências do CELAM em Medellín e Puebla. Os movimentos sociais, com destaque aos movimentos de base, são fundamentais nestas mudanças de ótica com a valorização de práticas eclesiais com foco nas classes populares (PIMENTEL, 2015).

Para Santos (2006), esse contexto de reorganização da Igreja Católica e realidade social na América Latina serviu como alicerce para o avanço da Teologia da Libertação (TdL) e das Comunidades Eclesiais de bases (CEBs) no país. O modelo organizacional das CEBs, sob a égide da TdL, foi adotado como modelo a ser desenvolvidos/vivenciados por diversas regiões do Brasil.

No âmbito das CEBs, a discussão política ganhou os contornos de formação sistematizada, organização social e atuação frente às mazelas sociais e pleitos eleitorais. A TdL serviu como embasamento teórico às CEBs e contribuiu, teológica e ideologicamente, nas discussões conjunturais e ações protagonizadas pelas comunidades (SANTOS, 2006).

Betto (1985) aponta que as CEBs se desenvolveram tanto nas áreas rurais quanto urbanas, geralmente em pequenos grupos, reunidos em torno de uma paróquia ou capela, atuando de forma comunitária. Além disso, impulsionadas pela fé, expressavam as esperanças nas lutas pela libertação dos problemas sociais (mazelas), sobretudo pelo alinhamento das classes populares (donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, indígenas, peões e seus familiares).

Esses agentes, além de desempregados ou subempregados, no máximo somavam quatro salários como renda mensal. Estas condições refletiam em numerosas demandas sociais, como a busca por moradias alugadas nas áreas periféricas e/ou invasões das regiões urbanas e nas zonas rurais. (BETTO, 1985).

A realidade vivenciada condicionou os membros das CEBs ao semi-analfabetismo, mas também à articulação para formação/estudo na própria comunidade. As CEBs destacaram-se tanto pelo viés de organização quanto pela reflexão crítica sobre o conflito de classes, a necessidade de resistência e modificação da estrutura econômica dominante (BETTO, 1985).

Para Betto (1985), as formações políticas foram evidenciadas nas atividades das CEBs. Seus participantes, leigos, padres, religiosos/as, e bispos, defendem a libertação integral do ser humano, tanto nas questões da religião quanto nas sociais. Para estes sujeitos, a libertação no campo religioso significa romper com qualquer estrutura limitante da ação popular e no cunho social a fim de superar as mazelas geradas na estrutura eclesial e no sistema capitalista de produção.

No bojo das ações tomadas pelas CEBs houve uma aproximação com os movimentos populares. De modo geral, estes movimentos sociais destacaram-se pelas frentes que buscaram melhorar diversos aspectos da vida em sociedade e pela sensibilização dos agentes para assumir o protagonismo das atuações coletivas (GOHN, 2011).

Os movimentos conseguem analisar a realidade social, no intuito de construir propostas. Atuam em redes, arquitetam ações grupais que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Essa conjuntura social e política, especialmente nas pautas em relação a trabalho, moradia e garantia de direitos gerou, por exemplo, o fortalecimento dos movimentos operário e sindical no Brasil (GOHN, 2011).

Segundo Estevez (2013), as ações dos movimentos sociais da década de 1980 foram alicerçadas nas bases teóricas do que se convencionou definir como “novo”, tanto novo sindicalismo quanto novos movimentos sociais. O novo sindicalismo lançou-se em contraposição ao “sindicalismo tutelado” pela Ditadura Civil e Militar, da mesma forma os novos movimentos sociais alinharam-se às pautas identitárias de juventude, mulheres, negros, trabalhadores, povos tradicionais e originários e outros, além da frente contra o catolicismo tradicional e conformismo político. Desta forma, as lutas contra as injustiças sociais, ao lado dos oprimidos e dominados, foi a locomotiva das alas radicais da Igreja Católica em prol da transformação social.

Os membros das CEBs estavam inseridos nos movimentos sociais, sindicatos e associações de moradores. As agendas múltiplas referentes a acesso de direitos básicos (educação, trabalho, saúde, moradia, lazer, segurança) fortaleceu alinhamentos nos campos formativos. Neste contexto, surgiram pressões enfatizando a necessidade institucional da Igreja Católica de assumir uma conduta em prol das lutas pelos direitos, principalmente dos mais pobres da sociedade (BOFF, 1994).

A base teórica clássica das CEBs e da Teologia da Libertação foram geradas dialeticamente em razão e na da prática vivida num processo de combate à violência e emancipação das CEBs. Na conflituosa situação social brasileira, a TdL se faz a seguinte pergunta: como crer na libertação dentro de uma situação de opressão? A dinâmica desta teologia visou cooperar em um processo de libertação da realidade social na sua função própria de exercício de fundamento teológico (LIBANIO, 2013).

A TdL resultou de uma experiência que nasceu da práxis histórica. A abordagem da caridade como essencial ao ideário cristão levou às considerações sobre a participação social na construção da história. A interpretação teológica validou o prisma de um Deus que se faz homem e convive socialmente. Esta abordagem significou para a TdL seu lócus de atuação concentrado nas pessoas, os/as leigos/as (GUTIÉRREZ, 2000).

Portanto, os ecos da realidade social e eclesial latina americana avançaram consideravelmente pelas regiões de variados países e assentaram reflexões sobre vivências locais sobre trabalho e trabalhadores, desemprego, pobreza, repressão, injustiça sociais, formando um projeto e instituição de Igreja. As CEBs e, posteriormente, as pastorais sociais estabeleceram-se também como espaços de formação política e as construções de projetos políticos desembocaram na rebelião contra ditadura militar e em prol da redemocratização (PIMENTEL, 2015).

Os termos “pastoral” e “social” unem-se a partir dos direcionamentos voltados as realidades sociais específicas, destacam-se no Brasil como formas de atuações eclesiais assumidas em virtude do Concílio Vaticano II, que visam atender os maíus variados grupos como crianças, jovens, idosos, indígenas, camponeses e trabalhadores. Deste modo, pastoral social envolve ações de grupos da Igreja Católica que visam o campo humano, os indivíduos em situações de vulnerabilidade social (DACOREGIO; ROSA, FAVARIN, 2007).

No ano de 1972, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) iniciou as suas atividades com o propósito de promover um diálogo inter-religioso e intercultural. Vinculada à CNBB e alicerçada aos pensamentos do teólogo Paulo Süss. Deste modo, apoiou-se no estímulo a ações missionárias e militantes da temática dos povos originários, indígenas. Em plena ditadura militar, o questionamento à dominação do poder hegemônico, estatal e da própria Igreja Católica formaram a tônica inicial das atividades do CIMI (CAMPOS, 2010).

Ainda sob o destaque da autora, Campos (2010) aponta que as Conferências do CELAM em Puebla e Medellín, somadas à Ditadura Civil e Militar no Brasil foram emblemáticas para mudanças de paradigmas em setores da Igreja Católica. No contexto político e social, a tomada de áreas como a Amazônia pelos avanços de projetos agropecuários, invasão de território

indígena, negligências com os povos originários, construções de rodovias federais, a exemplo da Transamazônica, conflitos no campo no norte do Brasil, especialmente em Rondônia e Pará, acentuavam as violações aos direitos humanos.

No âmbito eclesial, em Medellín, a promoção da inculturação deu novo arranjo às atribuições missionárias do catolicismo e incentivou a fundação do CIMI, suscitando perseguições a agentes leigos, padres e bispos, como nas prelazias de São Félix e Conceição do Araguaia, nas figuras de Dom Pedro Casaldáliga e Dom Estevão Avelar. Outros entraves conhecidos foram os constantes isolamentos, falta de missionários, escassez de formação e submissão econômica, em decorrência das medidas continentais brasileiras (CAMPOS, 2010).

Apesar das situações adversas, o CIMI engendrou formação política, como explica Campos (2010), os encontros de pastoral indigenista e cursos foram articulados com o apoio da CNBB e acalçaram, por exemplo, as etnias Tembé (Pará) e Xacriabá (Minas Gerais). Acentua também que consoante à realidade do CIMI, pode-se assinalar três momentos:

Na primeira fase do CIMI, destacamos a postura clerical, vertical e de uma pastoral introvertida. Houve preocupação com a formação dos missionários e destaque para um grupo ousado e preocupado com as atrocidades com que os índios vinham sofrendo. Este grupo, com coragem profética, lançou o documento denúncia, Y Juca-Pirama. O índio, aquele que deve morrer. A segunda fase é marcada pela inserção dos missionários. Perseguição e martírio são sinais dessa fase. É a chamada “missão calada”. Os missionários iniciam o fortalecimento do protagonismo dos povos indígenas. Na terceira fase destacamos o paradigma do diálogo inter religioso onde a Igreja viu surgir o pluralismo religioso que a incomodou muito (e ainda incomoda). Com a volta do catolicismo tradicional, as práticas libertadoras e sociais cedem lugar aos grupos carismáticos e à linha devocional, levando a Igreja Católica a uma neocristandade, voltada para os problemas internos da Igreja. (CAMPOS, 2010, p. 85)

A formação política, característica da esquerda católica, foi utilizada pelo CIMI, tanto internamente para os seus agentes quanto externamente para auxiliar na articulação dos povos indígenas.

Em 1975, como uma destas experiências, fundou-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nascimento (2016) esclarece que a proposta da CPT nasceu da efervescência das pautas sobre as questões agrárias no país, sendo voltadas a uma espécie de modernização autoritária e subsidiada por um Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que resultou na ampliação do modo capitalista de produção nas áreas rurais do país, tendo como maior destaque o agronegócio atrelado à modernização tecnológica e indústria agrícola.

De outro modo, o encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal (1975), reunindo bispos e preladados da Amazônia em Goiânia (GO), marco da fundação da CPT, definiu posição alinhada às causas de vida das populações do campo, como trabalhadores do campo, sujeitos indígenas, sem-terra, posseiros e peões em situação de exclusão em um contexto de avanço dos grandes latifúndios (NASCIMENTO, 2016).

Uma das tarefas pontuais da CPT estava vinculada ao serviço sindical. Utilizando-se das estruturas das CEBs, os espaços comunitários serviram para formações e encontros que resultaram na formação sindical, na organização dos/as trabalhadores/as. O fomento da organização de sindicatos dava-se na medida em que, sobre as determinações comerciais internacionais, ocorria a implementação do cultivo mecanizado de soja e a dispensa em massa de pessoal empregado, quadro explicitado na sumaria demissão de 200 mil pessoas no estado do Paraná na década de 1970 (NASCIMENTO, 2016).

As primeiras disposições de pastorais sociais estão vinculadas a tendências radicais do catolicismo, em ações contra hegemônicas e buscando somatizar com as representações vinculadas às classes populares. Logo, no campo da formação política, consistiu no modo de fazer da CPT, subdividindo em três fases, a primeira seria voltada à compreensão da realidade social e política, a segunda pensada através da vivência prática dos sujeitos rurais e, a terceira, a lida da comissão com iluminação bíblica sob o foco de transformação social. O possível notar claramente a adesão a “opção preferencial pelos pobres” definido na conferência no CELAM em Medellín e a vinculação ao método ver, julgar e agir. (NASCIMENTO, 2016).

A Pastoral da Juventude do Brasil (PJB), dividida entre PJ geral e PJ específica, destaca Sofiati (2004), sendo composta por PJ – Pastoral da Juventude (comunidades eclesiais), PJE – Pastoral da Juventude Estudantil (escolas), PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular (periferia), PJR – Pastoral da Juventude Rural (campo) e PU – Pastoral Universitária, aderem um formato de tendência radical católica a partir da década de 1980. Influenciadas fortemente pela ação dos movimentos sociais na década anterior, assumem um comportamento político em defesa dos jovens empobrecidos em variadas realidades sociais.

Nesta perspectiva de lidar com jovens, a PJ geral como trilha inicial ou porta de entrada e a PJ específica nas escolas, nas periferias, no campo e nas universidades, a PJB moldou os métodos de formação a partir da própria realidade juvenil e fomentando discussões sociais, culturais, políticas e religiosas. Reflexões necessárias ao processo de redemocratização e utilizadas nas bases dos grupos de jovens, mas também nas CEBs, nas pastorais sociais, nos partidos de esquerda, no movimento sindical, nos movimentos sociais, definitivamente a

formação política esteve como mola propulsora da construção da nova República (SOFIATI, 2004).

A formação ou participação cidadã ganhou ênfase no âmbito da PJB, na garantia de direitos humanos, somando potencialmente na consciência política da sociedade civil no país. A respeito da participação destes grupos de esquerda católica, assinala o autor:

Com a ênfase na dimensão política, a PJB contribuiu com a construção da cidadania e com a estruturação de vários agentes que, organizados, desenvolveram processos de redemocratização e de politização da sociedade brasileira. Dificilmente poderíamos afirmar que essa presença da PJB na sociedade e seu método de formação tiveram uma inserção “de esquerda” no contexto dos anos 1980. Assim como vários militantes da ACE seguiram trajetórias diversas no cenário político, os militantes da pastoral dos anos 1980 estão presentes em vários partidos, ong’s e representações de classe diferentes (SOFIATI, 2004, p. 189).

Portanto, observa-se a consolidação da Teologia da Libertação (TdL), das Comunidades Eclesiais de bases (CEBs) e das Pastorais Sociais no Brasil. O modelo das CEBs, ou seja, a organização em pequenos grupos perdurou ao longo da segunda metade do século XX como uma experiência exitosa com base no laicato. A participação destes sujeitos no âmbito sociopolítico continuou neste mesmo período nas iniciativas das pastorais sociais como o Conselho Indigenista Missionário, a Comissão Pastoral da Terra e as Pastoral da Juventude do Brasil (PJ, PJE, PJMP, PJR e PU) em suas diferentes vertentes nas comunidades eclesiais, escolas, periferias, no campo e na universidade. Como marca, estas experiências destacam a valorização e imersão dos seus agentes nas pautas dos movimentos sociais, sindicatos e associações de moradores, sendo percebidas como necessidades básicas, comunitárias, regionais e nacionais.

Neste capítulo visualizou-se os cenários e perspectivas do catolicismo no Brasil, sobretudo nas efervescências eclesiais e social da segunda metade do século XX. Nestes cenários a participação e valorização do laicato pode ser observada a partir do Concílio Vaticano II e pela própria autonomia destes sujeitos na sociedade civil, além do modelo das CEBs, a influência da Teologia da Libertação e os trabalhos das pastorais sociais como Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Pastorais da Juventude do Brasil. Alavancando estes processos houveram documentos que subsidiaram as atividades destas tendências radicais como Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e documentos finais das conferências do CELAM em Medellín e Puebla

2 FÉ E POLÍTICA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE (1980 a 2021)

Em 1980, sob a administração do bispo Dom José Maritano, a Prelazia de Macapá tornou-se Diocese de Macapá, abarcando uma área que correspondente ao estado do Amapá e áreas ribeirinhas do Pará. Com o status de diocese, a organização estrutural e geográfica, as propostas de formação e educação política na relação entre CEBs, sindicatos, associações e partidos políticos estimulavam estes grupos sociais a buscar maior representatividade das suas bases nos espaços estatais e as disputas internas entre o clero local tendenciavam uma configuração que valorizaria as pastorais sociais.

Neste campo religioso, foram evidenciadas nos atos destas pastorais as discussões pelo fim da Ditadura Militar, pela redemocratização do país, promulgação da constituição federal e consequente elevação do Amapá à categoria de estado em 1988, debates em pleitos eleitorais, candidaturas católicas e elaboração de cartas e notas públicas remetendo a participação efetiva destes grupos na conjuntura sociopolítica no extremo norte do Brasil.

Assim, busca-se debater no segundo capítulo a conjuntura da Igreja Católica no Amapá, sobretudo as pastorais sociais, destacando: 1. Contextualização da organização estatal e eclesial amapaense; 2. Campo religiosos e investimento nas pastorais sociais; 3. Iniciativas das pastorais sociais no contexto sociopolítico amapaense.

2.1 ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO ECLESIAL E POLÍTICA NO AMAPÁ.

Desde 1943, com a criação do Território Federal do Amapá, pelo Decreto-Lei nº 5.812, ato que buscou estabelecer uma organização política, econômica, administrativa e militar, sendo um lugar estratégico às políticas do Estado brasileiro, houve a “inserção” do extremo norte do país nas atividades econômicas globalizadas com especial atenção à exploração mineral por empresas nacionais e transnacionais, com destaque ao Manganês, inicialmente estabelecidas pela Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI).

Neste horizonte ocorreu a aceleração da estruturação urbana na tentativa de acompanhar o fluxo populacional crescente na região e, conseqüentemente, surgiram problemas vinculados ao crescimento desordenado. As inaugurações de novos bairros sem a organização prévia tornaram-se corriqueiras nas áreas periféricas como maneiras de buscas por moradias entre a população de baixa ou nenhuma renda, logo, a escassez de oferta de serviços oriundos do Estado gerava uma necessidade de organização social para responder às mazelas (REIS; PY; PIMENTEL, 2022).

A condição de território federal alavancou a chegada de projetos tanto da iniciativa pública quanto privada e contou fortemente com os trabalhos desenvolvidos por outras organizações, como as religiosas, notadamente pela Igreja Católica. A chegada do Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME), em 1948, ao território amapaense, pode ser considerada como um acontecimento extremamente relevante da primeira metade do século XX (CARVALHO e REIS, 2016).

Carvalho e Reis (2016) apontam que a entrada do PIME em 1948 gerou uma conduta alinhada às perspectivas estatais para não gerar quaisquer tipos de conflitos, pois o objetivo dos padres missionários, mormente vindos da Itália, era organizar eclesial, administrativa e estruturalmente a Igreja Católica no Amapá.

Em 1949, com a instituição da Prelazia de Macapá, status alcançado pela ordenação inicial favorecida pelos missionários do PIME e com o objetivo de promover inúmeras construções que serviriam como espaços de promoção do catolicismo. Neste bojo, segundo Lobato (2013), a Igreja Católica colaborou com o “canteiro de obra” amapaense, este processo originou uma intensa construção de imóveis (prédios e igrejas):

Igreja Nossa Senhora da Conceição (1950-1954); prédio da Sede da Prelazia de Macapá (1950-1960); prédio do Pensionato de São José de Macapá (1950-1960); capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (1958); Hospital São Camilo (1960-1965); igreja Nossa Senhora de Fátima (1963-1965); igreja São Benedito (1963-1964); igreja Sagrado Coração de Jesus (1964); capela São Pedro (1964); entre outras. (LOBATO, 2013, p. 100).

Este contexto de construções marcou as primeiras décadas do Território Federal do Amapá, tanto no campo eclesial quanto no campo estatal. Em detrimento das novidades imobiliárias do Estado, da Igreja Católica e do “Projeto ICOMI”, Macapá obteve a formação de periferias, estes locais eram os destinos das populações mais carentes que buscavam trabalho e a luta cotidiana pela vida numa região em expansão, onde poucos serviços básicos eram oferecidos, os direitos eram omitidos e a exploração do trabalhador, vista com naturalidade, acabou forjando um cenário que aproximava os moradores, formando entre si laços de solidariedade (REIS; PY; PIMENTEL, 2022).

Pimentel (2015) defende que percebendo as necessidades locais, os missionários do PIME enveredaram por outras construções com foco em escolas nas áreas urbanas (Escola São José, Escola São Benedito, Escola Padre Dário e Escola Dom Aristides Piróvano) e rurais, onde as populações locais conseguiriam receber formação técnica estudantil e centros comunitários, facilitando a assessoria para estrutura e organização social.

Os espaços mencionados anteriormente visavam também ao direcionamento aos estudos voltados ao catolicismo oficial. Neste sentido, registraram-se conflitos iniciados pelos missionários contra a população local em razão do catolicismo praticado na Amazônia amapaense. O distanciamento do catolicismo oficial auxiliou no surgimento de catolicismo popular, com incrementos da realidade local, tanto nas questões religiosas quanto culturais. As festas em devoção aos santos e com aspectos do Marabaixo foram reprovadas e combatidas no intuito de reaproximação às práticas institucionais desta religião (CARVALHO e REIS, 2016).

Lobato (2013), abrangendo a singularidade da foz do Rio Amazonas entre catolicismo popular (praticado na região) e catolicismo oficial (defendido pelos padres do PIME), expressa que através de cartas os missionários do PIME garantiam o êxito do serviço pela elevação de sacramentos dispensados às populações do Território Federal do Amapá ao longo da década de 1950.

Na década de 1960, com a ascensão da ditadura militar no país, o Amapá foi atrelado ao processo com a participação das elites locais; demonstrava subserviência aos ordenamentos militares abarcando toda engrenagem local à serventia da manutenção e controle social. Nos primeiros dias, após a consolidação do Golpe Militar, ocorreram manifestações em diversos locais do país em apoio ao regime e, em Macapá, os atos foram conduzidos por lideranças religiosas, promotores de justiça e a cúpula militar (SANTOS, 2001).

Além disto, com as medidas restritivas e autoritárias impostas pela Ditadura civil e militar, as estratégias lançadas pelas elites locais amapaenses, em apoio ao regime, estavam alicerçadas na submissão aos desejos dos prepostos colocados no poder local através do intervencionismo dos governos militares que não promoviam pleitos para eleições por voto direto, em um acordo pela manutenção das regalias econômicas e sociais, no uso do compadrio estabilizado pelas práticas de clientelismo e imposição de patriotismo (SANTOS, 2001).

Reis; Py e Pimentel (2022) enfatizam que dadas estas realidades culturais, eclesiais, econômicas e sociais diversificadas, o panorama, somando às necessidades religiosas e habitacionais da população local e o incentivo eclesiástico posteriores ao Concílio Vaticano II, houve significativos impulsos da Igreja Católica à formação e o crescimento das CEBs e a estruturação de novos bairros em Macapá, como o Buritizal. No campo cultural, as populações estavam sendo motivadas a pensar sobre as suas realidades sociais, as mazelas vividas cotidianamente e a necessidade de enfrentar, combater e modificar as estruturas impostas aos sujeitos amapaenses.

Estas bases serviram para construção cultural de um imaginário nesta região do país. A ditadura civil e militar promoveu ineditamente vários alinhamentos institucionais no Amapá,

pois o cenário local apresentava baixa resistência ao sistema imposto e os mínimos sinais de organização civil eram reprimidos, os indivíduos aprisionados eram levados à Fortaleza de São José de Macapá, onde comumente foram interrogados, deste modo, sindicatos, organizações e o Partido Comunista do Brasil estavam silenciados pelos aparatos militares (SANTOS, 2001).

É nesta conjuntura adversa que as organizações civis que as CEBs são implementadas e consolidadas no Amapá. As diretrizes do Concílio Vaticano II, no que tange à valorização de leigos/as, abertura à política e diálogo com a sociedade civil, impactaram fortemente as orientações dos missionários do PIME, que se tornaram apoiadores das comunidades de bases e, dialeticamente contavam com os membros das CEBs na disseminação do catolicismo (REIS; PY; PIMENTEL, 2022).

Segundo Pimentel (2015) foi adotada uma conduta que envolveu a situação social dos habitantes locais e, partindo desta conjuntura, a Igreja Católica, com o incentivo do bispo Dom José Maritano, iniciou a formação das CEBs. Os/as leigos/as assumiram funções primordiais no Amapá dada a necessidade motivada pela falta de padres, desafios gerados pelos locais de difícil acesso como áreas ribeirinhas, estradas sem afastamento e o combate as mazelas surgidas como ausência de moradias e empregos. Além de celebrar a fé, buscou-se um protagonismo que tinha na ação política um exercício religioso. (REIS; PY; PIMENTEL, 2022).

A partir de 1968, mediante a fundação das CEBs no Amapá, inúmeros momentos deliberativos e formativos começaram a ser efetivados. O I Congresso do povo de Deus, em 1969, reuniu lideranças leigas, padres e o bispo, instigando uma discussão sobre o próprio modelo das CEBs, arguindo pela novidade desta organização com foco nos sujeitos leigos (PIMENTEL, 2015).

Outros elementos presentes nos debates giravam em torno das questões sociais e políticas, suscitando a valorização, manutenção e a continuidade da organização eclesial vislumbrada em Macapá. Na estrutura das comunidades de bases era comum envolver o teor social e religioso. As discussões versavam sobre a realidade social, cursos profissionalizantes, ações pela melhoria da vida no bairro, indicações de lideranças políticas concomitantemente à catequese e as missas (REIS; PY e PIMENTEL, 2022).

A designação do congresso como “do Povo de Deus” remeteu à forte influência dos grandes encontros mundiais e continentais promovidos pela Igreja Católica, a ligação europeia dos padres missionários foi um elemento facilitador da comunicação, além do protagonismo dos sujeitos em espaços de organização social e a valorização do PIME na promoção das atividades das associações de moradores e sindicais. Desta forma, ao ser gerado um documento, os materiais poderiam alcançar as áreas mais longínquas por meio dos representantes que

estavam no congresso, sendo promotores de um campo formativo peculiar aos leigos/as (PIMENTEL, 2015).

Considerando a abertura que a Igreja Católica no Amapá atribuía ao laicato, antes das CEBs, um evento de magnitude nunca visualizada anteriormente nesta religião como o evento/processo conciliar pressionaria a outras formas de comportamentos. Sandro Gallazzi (2021) relatou os impactos do Concílio Vaticano II, das conferências do CELAM e dos movimentos civis na realidade nortista/amazônica, definindo-os como impulsionadores das ações que viriam a ser estabelecidas no Amapá:

O concílio modificou tudo, o concílio levou justamente pela distribuição da maioria dos bispos que eram dos países do chamado então terceiro mundo, já esta palavra significava justamente isso: mudou o eixo da reflexão e a questão política que sempre esteve presente no olhar da igreja deixou de ser prioritariamente o conflito leste oeste para ser o conflito norte sul, países ricos e países pobres, opressores e oprimidos. Então isso aqui foi a grande mudança de eixo da perspectiva de toda a igreja universal, nem todo mundo entrou logo, o sinal disso foi o famoso pacto das catacumbas dos bispos no fim do concílio onde se comprometeram com uma igreja pobre, no meio dos pobres, a serviço dos pobres. Depois veio Medellín em 68 e confirmou essas opções, a opção pelos pobres, comunidades de base, a renovação da igreja a partir das bases (SANDRO GALLAZZI, 2021).

O primeiro apontamento de Gallazzi foi direcionado aos conflitos mundiais, especialmente com foco no cenário europeu e a modificação desta leitura no âmbito da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II, a participação efetiva dos bispos latino-americanos chamou atenção para os conflitos dos países do sul, remetendo ao viés ricos x pobres e opressores x oprimidos. Neste sentido, a receptividade destas ideias provocou uma modificação significativa nas formas de atuações políticas desta religião (OLIVEIRA, 2013)

Ao mencionar sobre o “pacto das catacumbas”, Sandro Gallazzi admite que apesar da grande repercussão da novidade do Vaticano II, não houve unanimidade, tanto que o pacto representou uma primeira repercussão e sinalização à tomada de decisão em prol dos mais pobres da sociedade, sendo pensada e organizada por alguns bispos participantes do Concílio e o que levaria a ações práticas nos seus respectivos países/continentes, por exemplo, como a definição pelo modelo de CEBs e combate às ditaduras na América Latina. O Pacto das Catacumbas ficou marcado como a primeira recepção das propostas do Concílio Vaticano II, sendo realizado no dia 16 de novembro de 1965 e com a organização e participação de um pequeno grupo de bispos que estavam no evento conciliar, estes assumiriam um compromisso pela vida dos mais pobres, dentre eles Dom Helder Câmara (BEOZZO, 2015).

Tratando sobre os ecos da conferência do CELEM em Medellín no ano de 1968, Sandro Gallazzi chama a atenção para as realizações na Amazônia ao enfatizar “em 72 o documento de Santarém”, neste ponto o entrevistado refere-se ao I Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal. Sandro Gallazzi prossegue:

Depois veio para nós da Amazônia, em 72 o documento de Santarém, que retomou as decisões do concílio de Medellín aplicando-as a Amazônia e também a opção pelos pobres, comunidades de base, o enfrentamento dos grandes projetos que estavam começando a aparecer, que estavam ameaçando a vida de muitos, naquele tempo se chamava posseiros, digamos, os pequenos ruralistas daquele momento. Bom a gente chega em 73, nessa onda toda de reflexão do concílio de Medellín, de Santarém e quando pego o processo da coordenação de pastoral o primeiro objetivo foi a formação das comunidades de base (SANDRO GALLAZZI, 2021).

Estes encontros e os seus respectivos documentos finais/norteadores serviram para tomada de decisão política pelas CEBs no contexto latino-americano e pavimentou no Amapá a transição da prelazia para diocese em uma opção pastoral clara de valorização das ações de leigos/as, partindo das compreensões conjunturais na esteira dos problemas econômicos, sociais, políticos e culturais desta região. Colocada as ideias do Concílio Vaticano II à prova, estas foram expressivas na América Latina, afirmadas pelas atividades do CELAM em Medellín e Puebla, alastrando-se pelas regiões do Brasil (BEOZZO, 2015).

Ao longo da década de 1970 no Amapá, o Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME) atribuiu suporte à conduta das comunidades eclesiais de bases. Os serviços desenvolvidos por estes missionários auxiliaram os moradores locais e inauguraram obras. A relação do Estado com a população local era alicerçada no medo imposto pela ditadura civil e militar. As obras avançavam em igual medida às mazelas sociais. Neste quadro, ocorreram embates evidenciados no II congresso do povo de Deus. Sobre este evento, analisa Pimentel (2015):

Entre outros aspectos, o documento final do II Congresso do Povo de Deus incentivava a participação popular nos movimentos sociais, o engajamento do leigo na estrutura paroquial e o compromisso de a cada cinco anos acontecer um Congresso do Povo de Deus – o que não ocorreu. Importante lembrar que no início desse mesmo ano os bispos latino-americanos com o novo papa, João Paulo II, haviam redigido o Documento de Puebla, que seguia as mesmas linhas de Medellín, aprofundando-os: a opção preferencial pelos pobres, a organização da Igreja Latino-Americana em CEBs, o papel do leigo na evangelização e transformação da sociedade no Reino de Deus. Eram vozes que ecoaram forte no Documento final do Congresso de 79 (PIMENTEL, 2015, p. 101).

Neste caso, as formações e a relação fé e política desenhavam-se como instrumentos e perspectiva metodológica que seriam assumidos pela Igreja Católica no Amapá, dando ares de junção às perspectivas mundiais, nacionais e consideração das problemáticas locais. O estreitamento entre fé e política como modelos que podem se articular, levando os cristãos à participação na vida em sociedade, econômica e política na observância e alteração dos sistemas de injustiças sociais. Pensada pelas comunidades e assumidas institucionalmente pela Igreja Católica, esta teorização desta relação compreende apenas algumas décadas, o que levou a um afastamento e/ou exclusão da discussão sobre a legitimidade do envolvimento entre fé e política (ANDRADE, 2006).

E Sandro Gallazzi avança, pontuando questões específicas sobre o norte do país, desta vez reflete sobre a vivência amapaense, absorvendo as idealizações do trabalho em redes de solidariedade envolvendo a hierarquia eclesial e os sujeitos das CEBs, além do modo de elaboração de materiais para estudos e buscas por assessorias aos encontros efetivados nestas terras.

Aqui no Amapá foi exatamente esse mesmo processo, o projeto que nós elaboramos junto com o bispo, formar as comunidades, oferecer material de reflexão dos cultos para as comunidades para que começassem a fazer uma leitura da palavra que fosse ligada a vida e aos problemas da vida. Usamos muito os livrinhos, naquela época do Carlos Mesters, círculos bíblicos, onde se partia de um fato da realidade e se analisava a luz da palavra de Deus, naquele método que foi o método da ação católica Latino Americana, se tornou depois o método da igreja ver, julgar e agir, a realidade, o que a igreja diz sobre a realidade, qual é a proposta que nós temos que construir, essa foi a dinâmica, já naquele momento ficava claro que o julgar, que era a análise, o critério de seguimento bíblico era a partir da realidade em função da realidade, por isso que a gente diz que fé e política são exatamente o mesmo processo, uma fé que não é política é alienação não é fé é alienação (SANDRO GALLAZZI, 2021).

As formações não seriam desprovidas de uma abordagem política, estas estavam conectadas a todas as atividades como encontros ou cultos, o ponto de partida para reflexão deveria ser vinculado à vida social, às problemáticas cotidianas. Ao citar Carlos Mesters, Gallazzi destaca um dos fundadores do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), Frei Carmelita, teólogo, biblista e um dos sujeitos mais influentes na formação bíblica na América Latina, que na década de 1970 frequentava as discussões locais, no extremo norte do país e na contramão dos grandes centros urbanos brasileiros. A leitura militante da Bíblia, eloquente instrumento formativo, trouxe as marcas e experiências de uma dominação presente na história da humanidade e necessidade de libertação através do meio popular (GALLAZZI, 2018)

Diálogo com o bispo, discussões junto às comunidades, elaboração de livros, assessorias nacionais, aplicação do método ver, julgar e agir podem ser visualizados como subsídios preponderantes no envolvimento da vida comunitária e no estímulo ao projeto católico no Amapá que necessariamente iria assumir a conexão entre fé e política. Estes instrumentos são visualizados nas diversas regiões do país, sendo adotados principalmente pelo laicato para suas lutas sociais (ALVES, 2010).

O protagonismo leigo dado pela Igreja no Amapá é um evidente termômetro sobre as continuidades das repercussões das conferências do CELAM. O II congresso do povo de Deus em 1979, com centenas de lideranças advindas de todas as regiões amapaenses e reunidas em Macapá, promoveu embates tanto no sentido da promoção humana quanto em relação aos conflitos internos da Igreja Católica, pois as condições materiais e a repressão gerada pela ditadura civil e militar ganhavam destaque nas comunidades de base e a organização da Igreja local era questionada por alguns padres, incluindo uma tentativa de boicote do evento (PIMENTEL, 2015)

O Congresso do povo, como campo formativo, representou um importante instrumento. A preparação deu-se de maneira antecipada, com consultas prévias e uma série de questionamentos lançados às comunidades, além disto, os embates gerados nos dias do encontro puderam evidenciar a preocupação dos grupos com o modo de vida local, sendo apresentado como resultado um documento final distribuído aos sujeitos católicos.

E em 79 a gente fez esse congresso onde ficou evidente do documento final que o compromisso da igreja era um compromisso que, naquele tempo se chamava de promoção humana, na sua integralidade. Esse foi o primeiro passo, claro, de regra, precisava criar uma base teológica ao compromisso da mudança de uma realidade que estava gritando porque a opressão estava muito grande, sobretudo, tinha o problema também dos militares, da ditadura militar e todo aquele conjunto daquela época foi um processo. Essa primeira parte, esse primeiro trabalho da gente como coordenador de pastoral foi levar ao Congresso do Povo de Deus, o Congresso do Povo de Deus, que colocou em destaque o conflito interno da igreja. Eram 800 pessoas presentes, representando todas as comunidades do Oiapoque até ao Laranjal, até as Ilhas, foi muito importante, só que aí realmente apareceu o lado conservador presente na igreja, sobretudo da igreja da catedral, São Benedito, Padre José Buzato. Aí emergiu forte, eles fizeram uma tentativa para esvaziar o congresso, o Bispo Dom José e os dois bispos que acompanharam o congresso, o bispo de Campinas que era nossa igreja irmã, é isso aí, conseguiram manter em pé esse congresso, mas depois do congresso eu perdi o cargo de coordenador de pastoral (SANDRO GALLAZZI, 2021).

Também pode-se considerar o congresso como promotor de fortalecimento da relação entre a Igreja Católica e instituições sociais como associações, sindicatos, partidos políticos e

movimentos sociais. No campo social, a central Única dos trabalhadores e o movimento social identitário de mulheres são exemplos dos resultados do alavancados com o término do evento. O trabalho desenvolvido nas áreas ribeirinhas e interioranas impulsionou a organização civil destas regiões, inclusive atravessando o “limite” amapaense e auxiliando distritos paraenses, como algumas comunidades de Afuá, Breves e Chaves. As reverberações das conferências do CELAM trazem como marcas compreender e desenvolver atividades alinhadas às culturas locais, aludindo às realidades de pobreza, subemprego, desemprego, indígenas, camponesas, operárias, marginalizadas desde as crianças até os anciãos (BEOZZO, 2015).

Nesta esteira, no campo eclesial, a criação da Pastoral Operária, da Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário colocou o Amapá no circuito das temáticas sociais abordadas por estes segmentos religiosos:

A partir do Congresso teve todo trabalho fortalecendo, criando, movimento, a Ana Maria trabalhou muito com o movimento de mulheres junto com a Paula, mulheres da universidade, do campo, depois foi a, nasceu a CUT, nasceu o PT e foi um processo em que estava o padre Ângelo Da Maren, uma pessoa muito importante nisso, depois do congresso teve o curso do Embrades, chamamos gente do Embrades, padre Cristiano que veio aqui em Macapá, fizemos um curso, depois dele. A Deusa e o Ângelo que foram para o Rio e fizeram o curso completo, um curso longo. Com o Ângelo nasce a Pastoral Operária. Passamos a criar a Pastoral Rural que depois vai virar CPT, já tinha o Padre Nelo com o CIME. Então, essa era uma realidade efervescente daquela época que foi caminhando (SANDRO GALLAZI, 2021)

Ana Maria, citada por Sandro Gallazzi, acompanhava as formações e promovia a ampliação dos espaços de discussões, enveredando pelas construções populares nas bases sociais, conseguiu acompanhar e auxiliar os movimentos organizados pelas mulheres sendo protagonistas nos espaços ribeirinhos, rurais e urbanos no Amapá, no trabalho junto aos pescadores, camponeses, e na fundação local da CPT e Central Única dos Trabalhadores. Alguns personagens e pastorais no campo do catolicismo local também se destacavam, como o missionário italiano Ângelo Da Maren na pastoral operária; padre Nelo Ruffandi, no Conselho Indigenista Missionário; Sandro Gallazzi e Ana Maria na Pastoral Rural (atual Comissão Pastoral da Terra – CPT).

Nos trabalhos das CEBs e das pastorais sociais no Amapá é possível notar a base ideológica da Teologia da Libertação. Com a efervescência social e política nesta região do país, agregando surgimento das CEBs, pastorais sociais, sindicatos, partidos políticos, mazelas sociais e Ditadura Civil e Militar, a TdL ganhou importância por ser envolvida na reflexão e projeção de atividades para intervir na realidade social. Ângelo Da Maren defende essa teologia:

Sem dúvida a Teologia da Libertação destacou a importância de ter um engajamento dos cristãos na política, mas a Teologia da Libertação não se reduz a isso como muitos querem passar, ou todo teólogo da libertação usou o instrumental marxista para fazer análise da sociedade, isso não é verdade, tinha uma vertente e outra não, mas eram teólogos da libertação, conhecidos. (ANGELO DA MAREN, 2021).

Ainda sobre a TdL, padre Ângelo é enfático sobre os ataques sofridos por essa teologia interna e externamente à Igreja Católica. A figura de Ratzinger, que ascenderia ao papado após João Paulo II, reflete a forma como institucionalmente eram tratados os estudiosos e grupos da libertação, amplamente criticados e limitados pela cúpula eclesial. Simultaneamente, outras vertentes como movimentos, pentecostais e espiritualistas, ligadas à “Romanização” católica ganharam incentivos, ficando expostas a linhas papais durante mais de 40 (quarenta) anos (REIS, 2016).

Sobre a perseguição da ou declínio de agentes leigos conectados à TdL, Ângelo Da Maren é taxativo:

Muitos desejam matar a teologia da libertação sobretudo a mando das grandes forças políticas vindas de fora, dos Estados Unidos. Hoje em dia é mais do que sabido tudo isso, é sabido também que o interesse para se aprofundar nisso veio diminuindo. Eu lembro e faço notar que durante o pontificado de João Paulo II, aconteceu o momento mais crítico, o então cardeal Ratzinger escreveu duas notas, uma sobre os erros e defeitos da teologia da libertação. Aí todo mundo olhou e bateu palma para dar uma ripada em quem estava neste contexto. Mas, logo em seguida, nasceu outro escrito por Ratzinger, que vai ser Bento XVI, e é magistério da igreja por que é a mando de João Paulo II, que era sobre os valores da teologia da libertação. As alas, sobretudo os movimentos mais pentecostais, espiritualistas, esqueceram este material com muito gosto. Muita gente se aborrece com a teologia da libertação e nunca leu um verdadeiro livro da teologia da libertação. São ignorantes e cômodos com quem está mandando. (ANGELO DA MAREN, 2021).

Neste apontamento de Ângelo Da Maren nota-se a construção de Sofiati (2009), conforme pontuado anteriormente, sobre a divisão das tendências no interior da Igreja Católica e, em relação as CEBs e pastorais sociais, evidencia-se os conflitos acarretados pelo vínculo a Teologia da Libertação. Como representação a partir da teoria e prática das experiências humanas, a opção pela TdL remete a uma concepção de vida direcionando a participação dos sujeitos nas realidades sociopolíticas (GUTIÉRREZ, 2000).

Ao observar a realidade amapaense, foram 18 (dezoito) anos entre o Concílio Vaticano II e implementação da Diocese de Macapá na década de 1980, sendo um período curto e recheado de eventos que impactaram diretamente na conjuntura amapaense. Gallazzi lança esta

reflexão, defendendo que as ideias do Concílio Vaticano II foram absorvidas e direcionadas às diversas realidades eclesiais na América Latina a partir da CELAM em Medellín, em seguida os posicionamentos de Medellín foram envoltos em Santarém, saindo do âmbito continental para nacional/regional, transferindo feições amazônicas aos documentos formativos gerados e sendo produzidos novos materiais. O campo formativo apresenta-se ao longo dos processos de organização da Igreja Católica na Amazônia brasileira, com formato definido - as CEBs -, o que aceleraria as metodologias de formação (REIS; PY; PIMENTEL, 2022).

De acordo com Reis; Py e Pimentel (2022), outro elemento considerável na opção pelas CEBs refere-se à área geográfica amapaense, sendo uma área territorial extremamente ampla, apresentando acessos difíceis por estradas e rios, gerando empecilho para atuação dos padres e bispos que chegavam à região. Nestas condições, a valorização dos sujeitos não ordenados (leigos) era vista de maneira estratégica entre os missionários locais, dada a necessidade de evangelização e ampliação das comunidades, igrejas e paróquias.

A constituição das Comunidades Eclesiais de Bases no Amapá, entre os anos de 1966 a 1983, indica-nos que as bases pastorais e teológicas da Prelazia de Macapá (1949 a 1980) são concebidas a partir do campo radical, sustentadas pela iniciativa dos sujeitos leigos, apoio dos padres do PIME, sob fundamentação da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, gerado no Concílio Vaticano II e documentos finais das conferências do CELAM em Medellín e Puebla (REIS; PY; PIMENTEL, 2022).

Nesta breve contextualização histórica ver-se que desde o período de Território Federal do Amapá e Prelazia de Macapá a atuação da Igreja Católica baseou-se na participação do laicato nas atividades eclesiais e sociopolíticas, os missionários do PIME investiram no modelo de CEBs motivados pelas deliberações do Concílio Vaticano II, Conferência Latinoamericana em Medellín e Puebla, com destaque a organização específica no I Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal em Santarém, Congressos do Povo de Deus no Amapá e surgimentos de pastorais sociais fundamentando a valorização dos agentes sociais.

Às vésperas da transformação de Prelazia para Diocese de Macapá, esta região do norte do país apresentava uma verdadeira ebulição dos processos sociais, eclesiais e pastorais, o que alavancou uma série de concepções forjando, entre o método ver – julgar – agir e formações políticas, os sujeitos das CEBs e pastorais sociais a compreender o cenário político, verificar as opressões sofridas pelas comunidades e atuar para modificação desta conjuntura. Desta forma, estavam inseridos no processo latino-americano da Teologia da Libertação, CEBs, pastorais sociais e valorização dos sujeitos leigos.

2.2 CAMPO RELIGIOSO CATÓLICO AMAPAENSE

O IX recenseamento geral do Brasil dirigido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocorrido em 1980, apontou que no Território Federal do Amapá havia 175.257 mil habitantes distribuídos em 5 municípios, 17 distritos e 12 vilas. Nesta organização territorial, houve a autodeclaração nas seguintes religiões: Católica Romana (154.126), Protestante Tradicional (5.067), Protestante Pentecostal (13.850), Espírita Kardecista (61), Espírita Afro-Brasileira (120), Orientais (63), Judaica ou Israelita (8), sem religião (1282), sem declaração (101), outras (580). (IBGE, 1980).

Resguardadas as características específicas amapaenses nas áreas política, econômica, geográfica e naturais, pouco mais de 175 mil habitantes denota uma vivência pulsante em uma região que ainda vivia na condição de território federal em plena década de 1980, somando-se a isto, verifica-se o alargamento da composição espacial dos municípios, distritos e vilas, movido pelo ímpeto da população carente em busca por moradia. (IBGE, 1980).

A vida cotidiana amazônica, envolta nas místicas e religiosidades populares, admitia expressões religiosas oficiais ou institucionalizadas advindas dos mais variados continentes e que foram assumidas e manifestadas pelos agentes locais. Neste contexto, mais de 85% (oitenta e cinco por cento) da população designava-se como “católicos”, dado que é atribuído a diversos fatores, mas que nesta pesquisa se destacam a ação dos padres do PIME, instauração da Prelazia e Diocese de Macapá, atuação das CEBs e das pastorais sociais. Às pretensões da Igreja Católica, este cenário, em uma localidade estratégica, ganharia novo status no início da década 1980 (REIS; PY; PIMENTEL, 2022).

Neste contexto, a fundação da Diocese de Macapá foi um empreendimento gestado desde a chegada do PIME em terras amapaenses e que finalmente ocorreu em 1980. No papado de João Paulo II, com a bula *Conferentia Episcopalis Brasiliensis*, houve a modificação do status de prelazia para Diocese de Macapá na década de 1980, porém a efetivação deste ato se deu em 1981 por Dom Vicente Zico (arcebispo de Belém). É imperioso destacar que com a condição de diocese eleva-se o grau de autonomia. À vista disso, o bispo conseguiria realizar articulações para benefício diocesano, como vislumbrar congregações ou parcerias com outras dioceses para envio de mais religiosos ou padres, organização de seminários, administração arquitetada no âmbito local, operações interinstitucionais e conexões políticas (PIMENTEL, 2015)

O campo religioso amapaense forjou-se em um ambiente predominantemente de pessoas que se designavam como católicas, recém tornada diocese, com a participação dos

missionários e leigos/as das CEBs servindo como suporte às demandas sociais e, para a maioria do público, somando-se às demandas eclesiais, a forma de pensar e atuar voltava-se à relação entre fé e política. Neste sentido, as fundações do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Pastorais da Juventude nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, impactariam em frentes que assumiram o protagonismo das atuações no Amapá: as pastorais sociais.

As atuações destas pastorais visavam, concomitantemente, entrelaçar os vieses eclesial, social e político. A sua estruturação em solo amapaense representa a colocação de leigos/as em sintonia junto às organizações da sociedade civil, formando e dando continuidade a um legado do Concílio Vaticano II, das Conferências de Medellín e Puebla, além da estruturação dos bispos da Amazônia Legal. Neste processo, destacamos as ações específicas no Amapá da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Conselho Nacional de Leigos (CNL), Pastoral Operária e Pastoral da Juventude.

De 1984 a 1991, Dom Luis Soares Vieira foi o bispo da Diocese de Macapá. Neste período, a organização das pastorais sociais obteve ênfase nesta região no país, apesar de já existirem atividades pastorais; a chegada do bispo alavancou a estruturação. Oscar Filho participou das atividades pastorais diocesanas durante os anos de bispado de Dom Luis e nos esclarece sobre o início das ações do bispo:

Chega Dom Luís Soares Vieira e a gente vai entrar neste processo de organização das pastorais, ele vem com essa visão pastoral, criar muitas pastorais. Tinha mais aqui a pastoral da juventude e pastoral catequética. Dom Luis chega e estrutura, cria a pastoral operária, pastoral da criança, pastoral da comunicação, pastoral do menor, pastoral carcerária (OSCAR FILHO, 2021).

É admissível a consideração de uma nova atuação em prol das pastorais no Amapá. O vínculo desta forma de atuação eclesial remete a uma organização mais próxima aos padres ou bispo nas paróquias e igrejas. Ou seja, o fato de pertencer a uma pastoral, necessariamente, não indica que o serviço acontecerá vinculado a uma tendência radical, visando as pautas ou mazelas sociais; existem nesta esteira algumas pastorais que visam as atividades internas na Igreja Católica, como liturgia, catequese e dízimo (SOFIATI, 2009).

De outro modo, surgem pastorais que assumem as funções de trabalhar segmentos sociais como, por exemplo, criança, adolescentes, jovens, operários, encarcerados. Através da experiência de modelo eclesial voltado às CEBs, leigos/as embarcaram em discussões que se aproximam da Teologia da Libertação e encampam militâncias sindicais ou em associações de

moradores, especialmente nos bairros amapaenses, movimentos pela cidadania e envolvimento em partidos políticos.

Na política partidária, de acordo com as bases de reflexão dos movimentos sociais, as pastorais sociais de vertente radical lançam-se ao serviço junto às populações locais; tornaram-se uma linha de atuação das pastorais. Acompanhando a disposição nacional, as pastorais sociais cooperam e ajudam na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Amapá. Oscar Filho discorre sobre esta conjuntura:

Nesse contexto em 1981, surge o PT, então pela nossa formação jovem e a vontade mesmo de lutar, de transformar de como ensinar, até de forma radical. Nos jogamos de cabeça, também, fomos uns dos primeiros filiados do PT, eu e toda turma jovem do nosso grupo, também de tantas outras paróquias, aqui e em muitos lugares o PT teve como base os sindicatos, mas também a força maior foi a igreja, foram as CEBs principalmente, os grupos de jovens que ajudaram a criar, a fortalecer o PT, onde eu continuo filiado até hoje e apostando sempre nos ideais do PT. E mais do que nunca, isso ficou claro pra gente, que não tinha como separar da luta por justiça, quantas desigualdades, quanta pobreza, quanta miséria, a gente via muito, muito aqui. E a gente começa a ter também nesse momento um fortalecimento muito grande de articulações das pastorais sociais porque se tem a Pastoral dos Indígenas também com o Padre Nelo, tem a Pastoral Operária com o Padre Da Marem, a Pastoral da Comunicação com o Peguim, a Pastoral do Menor com o Padre Daniel (OSCAR FILHO, 2021)

Oscar Filho expõe a participação dos jovens neste processo e as bases de reflexões destes grupos eclesiais ao referir-se à não-separação da luta por justiça e o enfrentamento às desigualdades, pobreza, miséria, que eram visíveis nas ruas do Amapá. Verifica-se, desta forma, a constituição de uma Teologia da Libertação que observa nas injustiças sociais algo a ser suprimido, os alinhamentos a esta teologia marcam grupos como CEBs e pastorais sociais no Brasil (SANTOS, 2006).

A partir destes fatos, nota-se, então, ainda com mais clareza, uma participação efetiva dos sujeitos das CEBs e das pastorais sociais em diversos espaços públicos, como no processo brasileiro de redemocratização, que abarcou os serviços de leigos/as em mais um episódio delicado, saindo de uma ditadura civil e militar que entraria na sua terceira década. Sandro Gallazzi nos apresenta as construções formativas e cidadãs no Amapá:

Nós criamos também o movimento amapaense pela cidadania, durou 1 ano e meio, 2 anos ou mais, movimento amapaense pela cidadania, 1985. Tinha acabado a ditadura militar, estávamos entrando nesse processo, movimento amapaense pela cidadania, com o objetivo justamente de começar a discutir qual era o nosso papel, de cidadão, juntando forças das pastorais, tinha

aparecido a Pastoral Carcerária, tinha a Pastoral Operária, tinha a CPT, o CIMI e movimentos, sindicato bancários, a CUT, o PT, tinha uma presença importante, foi aquela do Tork, que depois vai virar desembargador e trabalhamos escola família. Movimento amapaense pela cidadania que culminou no trabalho para a constituinte e isso foi, inclusive, reconhecido a nível de Brasil, o trabalho que o Amapá fez, a contribuição que o Amapá deu ao processo da constituinte, isso foi muito, muito importante, porque aí já começou a entender claramente que a questão política era muito maior, necessária, era um problema de sociedade, não era um problema de governo, era problema de sociedade (SANDRO GALLAZZI, 2021).

A participação dos leigos/as amapaenses na assembleia constituinte pode ser encarada como um desdobramento das formações políticas. A organização do movimento amapaense pela cidadania demonstra uma preocupação com os papéis e funções do Estado, além das frentes político-partidárias e fomentar nestes grupos as aspirações quanto cidadãos e os problemas e mazelas da sociedade.

Outro momento importante na História do Amapá estava em vias de lapidação com estas atividades; trata-se da mudança de território para estado. Com a Constituição de 1988, o Estado do Amapá passou a compor as unidades da federação, gozando de uma certa autonomia política, administrativa, jurídica e econômica. Os grupos da Igreja Católica, movimentos sociais, sindicais e associações promoveram inúmeras manifestações nesta região:

Aí a gente consegue, principalmente final da década de 1980, 1990, fazer esse trabalho de articulação pra ter trabalho social dentro da igreja e até com recursos, com financiamentos de projetos do estrangeiro, da Adveneti, de outras instituições que apoiaram projetos nossos aqui, principalmente na questão da formação e da ação. Todas as manifestações populares, 1º de maio, na Campanha da Fraternidade fazíamos caminhada, no dia do trabalhador rural a gente fazia caminhada e também manifestos, protestos, na época do governador Barcelos a gente apanhou da polícia aqui, porque ia pra rua manifestar contra a corrupção, contra um governo que de fato não olhava para os mais necessitados, os mais pobres e isso as pastorais eram contra (OSCAR FILHO, 2021).

Até o início da década de 1990 ainda era possível perceber as forças (em número e coadunação eclesial) com que as ações políticas das pastorais sociais atendiam demandas populares e, concomitantemente, auxiliavam-nas na sua organização com vistas a solucionar problemas de forma coletiva e pleitear junto ao Estado a garantia dos direitos individuais e sociais (OLIVEIRA, 2013).

Oscar Filho expressa um “trabalho social dentro da igreja”, que se utiliza de instrumentos como manifestações sociais no dia dos trabalhadores, campanha da fraternidade, dia do trabalhador rural e atos contra corrupção, bem como o investimento financeiro

envolvendo recursos vindos de outros países visando a formação política destes sujeitos. Notadamente, estas frentes caracterizam-se como novas formas de atuação política, ativos nas lutas sociais, modificam a própria forma de comportamento da Igreja Católica, além de imprimir as suas digitais na política nacional (OLIVEIRA, 2013).

As pastorais sociais da Igreja Católica no Amapá, nas relações de poder no interior desta instituição religiosa, e também nas disputas com outras religiões, usufruíam de uma capilaridade importante, mas não unânime ou total. O campo religioso amapaense, na esteira das condutas com base na força estatal desde a criação do território federal, perpassando pela ditadura civil e militar, encontrando resistência e potencialidades de redemocratização, concorria pelos espaços investindo nas demandas populares.

Deste modo, ações políticas específicas na área de política partidária foram táticas aplicadas para obter acesso direto junto aos espaços estatais; as tentativas mais nítidas mencionadas pelos entrevistados alude à esfera do poder legislativo. Pontua Oscar:

A gente consegue também ajudar a eleger os primeiros vereadores do PT, conseguimos eleger deputado federal, João Freitas, depois nós conseguimos eleger gente da própria igreja, como deputado estadual, o companheiro Hildo Fonseca que era lá do nosso grupo jovem do Trem, estava lá com a gente nas caminhadas, foi pro seminário, depois fez experiência pastoral em Santana. Aí acabou se envolvendo na luta popular e achou melhor não se ordenar padre e continuou por lá, depois se transformou nessa liderança política, está lá até hoje como referência política, mesmo não sendo mais parlamentar, isso tudo é fruto dessa caminhada (OSCAR FILHO, 2021).

Neste cenário, tanto no âmbito diocesano quanto nos âmbitos paroquiais e comunitários, notaram-se debates entre os membros da religião católica e outros grupos sociais, levando a uma nova série de unidades e frentes para lutas com pautas desde transporte coletivo até a organização da constituição estadual.

Brigar por transporte coletivo, construção de abrigos de terminais rodoviários, já na época de Dom João Risatti, teve manifestações em frente à Assembleia Legislativa, já ali também na vinda da Constituição Estadual, de levar proposta (...). A Diocese de Macapá foi referência, nós fizemos uma assembleia no centro diocesano, aquilo ficava coberto de gente, ficava lotado de pessoas, a gente abraçava todo mundo. Então vinha gente lá que nem era da igreja, eles até questionavam a igreja, cobravam da igreja, criticavam a igreja, mas estavam lá com a gente (OSCAR FILHO, 2021).

A partir destas argumentações é possível assinalar que as experiências vivenciadas na organização e articulação das CEBs também estavam vigentes nas pastorais sociais, após a promulgação da constituição estadual do Amapá (1991), as demandas sociais continuavam

surgindo e as parcerias com outras organizações sociais se mantinham como fundamentais, ocasionando os encontros no “centro diocesano”, para responder coletivamente às ineficiências do Estado.

No bispado de Dom João Risatti (1993 a 2003), as pastorais sociais continuavam alinhadas às reivindicações populares, tomando posição sobre a necessidade de curso de formação para alavancar o desempenho nos processos sociais e políticos. Outro ponto foram as preparações de cartilhas sobre as eleições. Ângelo Da Maren esclarece estes episódios:

Quando começaram os primeiros (curso), e embriões disso houveram no bispado de Dom João Risate, tínhamos a partir da coordenação de pastorais um trabalho para incentivar. Com o conselho diocesano de leigos nós fazíamos cartilha em preparação para o voto dos católicos na política. Inclusive, como coordenador de pastoral, eu e o bispo, fomos chamados pelo juiz que acompanhava o pleito eleitoral e nos avisou que não podíamos assinar coisas em nome da Igreja Católica e para não repetir isso porque iremos cair em infração (ANGELO DA MAREN, 2021).

Com o crescimento das hostilidades no campo agrário no Amapá, a CPT coordenou algumas atividades que envolviam as pastorais sociais. Em relação aos conflitos por terras no Amapá, houve a participação ativa do Júri da chacina da família Magave (1995), incluindo a organização de um fórum de discussões para dar suporte às ações jurídicas e organização da sociedade civil. Como produto do fórum articulado pela CPT e OAB, obtiveram-se alguns documentos:

Esse aqui, por exemplo, é um produto do fórum, “Cidadania é participação política”, seminário que foi feito na OAB, com apoio da OAB, quando o Tork era presidente da OAB. Interessante. Este é da pastoral carceraria, por exemplo, “vamos conhecer a nossa constituição” (SANDRO GALLAZZI, 2021).

Outro fato que marcou os noticiários e manchetes jornalistas no Amapá, relatado por Ana Maria, agente da CPT, foi um ato ecumênico contra corrupção intitulado “Basta”, pensado para reivindicar dignidade e ética no Amapá e organizado pela Igreja Católica, Assembleia de Deus, Metodista e Terceira Igreja Batista. Ana Maria destrincha a mobilização:

Foi feito a noite, saindo da Assembleia Legislativa, da frente e passando a FAB inteira e parando em todo órgão de poder, palácio, tribunal. Caminhando e com um chicote, lembrando o chicote armado por Jesus, e tínhamos o Bispo Dom João. Foi um ato que marcou Macapá, tanto que eu fazia questão de manter aquela corda no painel da CPT, porque aí quem vinha perguntava e a

gente falava, porque reuniu igrejas e era contra a corrupção (ANA MARIA, 2021)

A partir das ponderações de Oscar Filho, Sandro Gallazzi e Ana Maria, verifica-se a participação efetiva e protagonista do laicato nas atividades sociais e políticas amapaenses, logo, é nítida, desde as CEBs até as pastorais sociais, a proposta de participação cidadã, conquistada por estes sujeitos e alicerçada nos documentos *Gaudium et Spes*, de Medellín e Puebla. É imperioso destacar que as pastorais sociais agem tanto no interior da Igreja Católica quanto na sociedade civil em um teor de modificação das estruturas tanto eclesiais quanto sociopolíticas (OLIVEIRA, 2013).

A formação das pastorais, do Partido dos trabalhadores, a participação junto aos sindicatos e associações, o movimento amapaense pela cidadania, o financiamento de projetos para formação, protestos e caminhadas marcaram o processo de redemocratização vivida no Amapá, mas também acentuam um direcionamento e, concomitantemente, comprometimento voltado as/das pastorais sociais.

Nos anos 2000, outra figura importante no processo de organização de leigos/as chegou ao Amapá. Trata-se de Dom Pedro José Conti, efetivado como bispo da Diocese de Macapá no ano de 2005. Pedro Conti possui um histórico marcado pelo desenvolvimento das suas atividades em solo brasileiro, foi o bispo de uma conhecida área de conflitos por terras e trabalho escravo no norte do Brasil, Conceição do Araguaia, no sul do Pará, antes de chegar ao Amapá.

Italiano de nascimento, o atual bispo da Diocese de Macapá vivenciou na sua juventude a experiência da ação católica italiana dos anos 1960, 1970, imediatamente após o Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo em que buscava a formação técnica no curso de eletrônica, graduação em engenharia eletrônica, foi ordenado padre na Itália. Dom Pedro afirma a importância destes conhecimentos: “Isso foi importante para minha formação de ideias. Entrei no seminário e me tornei padre em 1976. Com o apoio do bispo, antes de vir para o Brasil, me formei em engenharia elétrica em 1983 (DOM PEDRO, 2021).

Com estas experiências formativas e vivências na região norte do Brasil, o bispo somou um capital cultural que seria colocado à prova no Estado do Amapá. Ao pensar a relação de fé e política na Amazônia, Dom Pedro apresenta algumas ponderações sobre o modo de ser cristão, que motiva a pensar alternativas para a realidade econômica, política e social desta região do país:

A relação entre fé e política é claro. Não tenho dúvida alguma que um cristão não pode ficar indiferente. Isso é fora de discussão, de cogitação. É trágico quando uma pessoa que apanha, é explorada, não percebe a dificuldade que está vivendo. Ou seja, em nome da Fé não significa fechar os olhos, aceitar como fatalidade. Não se pode fazer nada? Não é verdade. Onde é que tem um projeto de desenvolvimento mais geral? Cadê a Produção? E depois vai pra onde? A soja sabemos pra onde vai, Estados Unidos. Mas, será que o Amapá só pode produzir soja? Não poderia produzir outras coisas? Isso que não entendo. Muitos discursos. E apenas empregos públicos. Por isso, a Igreja, os cristãos devem se organizar e isso não significa que vão fazer o sindicato católico ou o partido católico, mas tem que participar, sonhar, ter alguma ideia nova. Tem pesquisas científicas. O que a podemos fazer na Amazônia hoje? Como Igreja precisamos trabalhar isso? (ANA MARIA, 2021).

Partindo da compreensão das condições de vida, exploração de grandes projetos como o agronegócio, exemplificado pela produção de soja no Amapá e novas alternativas econômicas que envolvam a população, Dom Pedro pontua sobre a conjuntura local. E pontua a necessidade de organização católica para atuar no âmbito social, especialmente na figura do laicato, advertindo que não exprime sobre “sindicato” ou “partido” católico, mas no auxílio de propostas concretas. Existente o vínculo das Pastorais Sociais para alterações dentro e fora da Igreja Católica, a perspectiva de libertação molda-se a partir da leitura da realidade no método Ver-Julgar-Agir (OLIVEIRA, 2013).

O bispo demonstra preocupação com o desempenho da Igreja católica nas demandas sociais:

O que que nós fizemos com uma igreja? Acho que, na minha opinião, de qualquer maneira sempre temos que levantar essas questões da dignidade da pessoa, os direitos ao trabalho, a profissionalidade, a justiça nos relacionamentos, a participação. Cidades e as pequenas comunidades estão bem fracas, antigamente os animadores brigavam. Tudo isso precisa ser retomado, reestudado, aprofundado (DOM PEDRO, 2021).

Estas indagações permeiam a chegada do bispo na Diocese de Macapá. A partir dessas leituras, a conduta pastoral seria vinculada à formação dos sujeitos das pastorais sociais e conselho de leigos/as. Percebe-se a abertura do bispo à valorização do laicato, o que destaca as repercussões do Concílio Vaticano II, voltado a certos números de padres e bispos, retirando a blindagem imposta por séculos na Igreja Católica (OLIVEIRA, 2013).

A partir da fundação da Diocese de Macapá a valorização das pastorais sociais foi tida como marca das ações na Igreja Católica no Amapá, atravessando os bispos. Reconhecidamente como Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Conselho Nacional de Leigos (CNL), Pastoral Operária e Pastoral da

Juventude deixavam registros dos trabalhos do laicato no extremo norte do país. De 1984 a 1991 com Dom Luis Soares Vieira, 1993 a 2003 com Dom João Risatti e de 2005 até o momento atual com Dom Pedro José Conti houve a valorização contínua das pastorais sociais. Estes grupos participaram de um importante capítulo da história amapaense, a passagem de Território Federal para estado do Amapá (1988), somando-se forças junto a sindicatos, Central Única dos Trabalhadores e Partido dos trabalhadores.

Designadamente, no bispado de Dom Pedro, houve a reestruturação do conselho de leigos para dar suporte as pastorais sociais, investimentos em agentes leigos/as com a promoção de cursos de formação, apoio às produções de cartas, notas e cartilhas políticas, debates e diálogos entre candidatos a cargos públicos no âmbito dos poderes executivo e legislativo no Amapá. Fatos que veremos nas próximas subseções.

2.3 AÇÕES, SABERES E APRENDIZAGENS DAS PASTORIAS

Nas primeiras décadas dos anos 2000, as iniciativas para atuação no campo político no Amapá foram organizadas pelas pastorais sociais, subsidiada pela organização do Conselho Diocesano de Leigos e Leigas (CDL) reunindo todas as lideranças destas pastorais. O incremento de discussões importantes no cenário amapaense conteve Mesa redonda com candidatos católicos ao cargo de deputados estaduais e Debate entre candidatos ao cargo de governador do estado do Amapá, produção de Nota pública, carta compromisso e carta aberta, além de “candidaturas católicas” nos pleitos eleitorais.

2.3.1 Mesa redonda com candidatos católicos ao cargo de deputados estaduais

Em 2014, em ocasião das eleições ordinárias a Pastoral da Juventude, o Conselho de Leigos, as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) e a Comissão de Justiça e Paz (CJP), com o apoio da Paróquia São Benedito e Cáritas Diocesana de Macapá, organizaram um evento intitulado “mesa redonda” com os candidatos que se autodeclaravam como católicos envolvendo especificamente os sujeitos que se lançaram para o cargo de deputado estadual.

O evento ocorreu no salão paroquial localizado ao lado da igreja no bairro do Laguinho em Macapá e contou com os integrantes das pastorais sociais da Igreja Católica no Amapá. Ao longo de uma manhã, estes grupos puderam indagar os candidatos e destacar a preocupação com a conjuntura política amapaense.

Figura 1: Organizadores, candidatos e público da mesa redonda



Fonte: (GALVÃO, 2014)

A motivação apresentada no início das atividades envolveu o documento “Igreja e eleições” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no qual os promotores da ação anunciaram:

“Somos convocados a sermos advogados da justiça e defensores dos pobres diante das intoleráveis desigualdades sociais e econômicas. Para cumprir essa missão devemos nos aproximar da política. Sendo assim, esta mesa redonda tem por objetivo oferecer esclarecimentos quanto a estas questões e oportunizar diálogo entre alguns candidatos a deputado estadual.” (DIOCESE DE MACAPÁ, 2014, P.1)

Neste evento, nota-se a aproximação das pastorais sociais da Igreja Católica do Amapá, em especial a Pastoral da Juventude, maior organização de juventude amapaense, evidenciando a preocupação desta instituição religiosa em perpetuar as discussões políticas na região norte do país. Expressamente, as pastorais sociais no Brasil consolidam-se como promotoras de atividades; visam a cidadania plena em diferentes setores da Igreja Católica (ANDRADE, 2006).

Outro ponto refere-se a alusão das conferências do CELAM em Medellín e Puebla no documento “Igreja e eleições” utilizado pelos organizadores do evento. Desta forma, colocaram-se como defensores dos pobres, mencionaram as intoleráveis desigualdades sociais e econômicas que atravessavam a realidade brasileira (ANDRADE, 2006).

A menção da importância destes espaços para “oportunizar diálogo” demonstrou a valorização dada por estes grupos católicos ao debate político. Os “candidatos católicos” Cirilo Borges, Denilson Brito, João de Deus e Zé Roberto foram questionados sobre temáticas envolvendo educação, saúde, segurança pública, saneamento básico, esporte e lazer, mobilidade urbana e o papel dos deputados estaduais neste processo. A relação entre fé e política revela uma militância dos sujeitos das pastorais sociais, como especificamente na política partidária, buscando construir projeto de Estado a partir dos mandatos e das experiências populares (ANDRADE, 2006).

Logo, observa-se duas linhas de reflexão das pastorais sociais neste panorama dado pela mesa redonda, sendo a evidenciação da relação fé e política no campo da política partidária como exercício da cidadania e a necessidade de “retomada” das candidaturas católicas como prática religiosa. Com esta dupla sinalização as pastorais sociais concentraram suas estratégias na representação política tanto no interior da religião quanto na sociedade civil.

2.3.2 Debate entre candidatos ao cargo de governador do estado do Amapá

Em decorrência das eleições de 2014, houve outra atividade relacionando candidaturas a cargos públicos intitulada “Diálogo com os candidatos ao governo do Amapá”. As pastorais sociais que orquestraram este evento assinaram os documentos preparatórios como “*Rede Gaudium et Spes*”, demonstrando alinhamento com o documento gerado no Concílio Vaticano II e que remeteu a uma aproximação entre os/as leigos/as e a política.

O convite foi lançado a Camilo Capiberibe (PSB) e Waldez Góes (PDT), pois foram os dois mais votados no primeiro turno das eleições e disputaram o segundo turno naquele ano. Estas figuras políticas estavam na cena pública amapaense ao longo de décadas ocupando outros cargos como, por exemplo, deputados estaduais, sendo que ambos haviam ocupado o cargo de governador do Amapá.

Como ressaltou-se anteriormente as pastorais sociais optam nos seus trabalhos pelas demandas sociais e assumem publicamente estas ações, deste modo, o debate político se torna uma agenda comum na participação democrática e cidadã. A preocupação com a democracia expõe um desafio no século XXI, sublinhado pela deliberada falta de alternância nos poderes constituídos, pelo voto que tem pouco peso na deliberação dos rumos da política do país e a economia mundial exploratória remetem a um esvaziamento democrático (LESBAUPIN, 2010).

Figura 2: Candidatos e apresentadores no debate ao governo do Estado do Amapá



Fonte: (DE DEUS, 2014)

O “diálogo” foi construído para ocorrer de forma presencial e transmitido pela rádio da Diocese de Macapá, no intuito de alcançar o maior número de eleitores. O local do evento foi o Centro Diocesano de Pastorais e Cultura, localizado no centro de Macapá. Ocorreram 4 (quatro) blocos, sendo os 3 (três) primeiros blocos destinados para o lançamento de perguntas e respostas e, o último bloco para as considerações finais dos candidatos. A política partidária configura-se como agir político importante às pastorais sociais, voltado à administração pública e à relação entre Estado e sociedade, explicitando uma dimensão de ação política dos cristãos (ANDRADE, 2006).

Assim, vários temas puderam ser abordados, tais como, criança e adolescentes, terra, situação carcerária, juventude, idosos, saúde pública, educação pública, segurança pública, geração de emprego, trabalho e renda, saneamento básico, grandes projetos / setor energético, modelo de desenvolvimento, reforma política, questão urbana e ética na política. Nesta perspectiva o diálogo foi uma forma de demonstrar o “pensamento católico” sobre os temas em voga.

Figura 3: Arte de divulgação ao debate ao governo do Amapá



Fonte: (VILHENA, 2014).

Na arte acima destaca-se a importância desta atividade das pastorais sociais representando a Diocese de Macapá e contribuindo nas eleições locais no posto máximo do poder executivo estadual. Para tanto, o apoio dispensado foi registrado no suporte do bispo Dom Pedro José Conti, liberação para uso dos espaços institucionais como o centro diocesano e rádio São José, além da ampla divulgação nos veículos de comunicação católica.

Destarte, as pastorais sociais orientaram suas atividades no âmbito do legislativo estadual e, concomitantemente, ao governo do estado do Amapá. Verifica-se uma configuração visando um envolvimento nas tomadas de decisões políticas amapaenses, amplamente disputada por outras religiões e dada a necessidade de readequação da influência católica neste cenário no século XXI.

2.3.3 Nota pública, carta compromisso e carta aberta

Na tentativa de interagir com a sociedade amapaense, pastorais sociais da Igreja Católica utilizaram-se de inúmeros documentos produzidos e lançados nos meios de comunicação, redes sociais e nos espaços das igrejas, estas formas de interação são vistas de forma clássica, pois foram utilizadas pela hierarquia eclesial católica, desde a cúpula até as bases. Não foram raros os momentos em que a instituição ou grupos enviaram textos oficiais com o propósito de demonstrar encaminhamentos ou posicionamentos perante situações específicas.

Estes documentos seguem as experiências das cartilhas políticas, textos que servem de instrumento da Igreja Católica para manter comunicação junto à sociedade contemporânea, aos agentes sociais, sendo apreciadas sobretudo a partir da modificação de estruturas eclesiais propostas no Concílio Vaticano II e no processo de reestruturação democrática no Brasil, ambas na década de 1960 (COUTINHO, 2013).

Vejam os 3 (três) documentos produzidos no Amapá intitulados “Carta compromisso”, “Nota pública da Igreja Católica no Amapá” e “Carta aberta do conselho de leigos e leigas da Diocese de Macapá”. Os dois primeiros textos foram gerados a partir das eleições de 2014, sobretudo pela preocupação dos grupos das pastorais sociais com a conjuntura local e a escolha de deputados estaduais e governador. O último material é emblemático, pois mostrou a inquietação com a conjuntura política nacional em meio ao processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. A falta de crédito atribuída à democracia brasileira advém da não-garantia da vontade popular e com um aparato midiático que concreta, por exemplo, a ideia de naturalidade nos processos eleitorais, a modificação deste processo perpassa pela recuperação da decisão popular (LESBAUPIN, 2010).

O primeiro documento foi gerado em decorrência das eleições ocorridas no ano de 2014 pela rede “*Gaudium et spes*” e foi designado como “Carta compromisso”. O teor do material incentivou os cristãos católicos a uma participação responsável e cidadã no processo eleitoral em curso, além de compreender o momento como privilegiado para analisar e atuar no âmbito local com vistas a superar as mazelas sociais que atingiram e separaram a sociedade amapaense. Para os/as autores/as:

A nossa preocupação ético-política com os destinos do Brasil e do Amapá assenta-se em projetos que valorizam o serviço e compromisso com o bem-comum, com transformações que atinjam beneficentemente a ampla maioria da população, onde as políticas públicas e suas leis assegurem o avanço da democracia participativa e fortalecimento das grandes causas populares. A Igreja católica no Brasil, através da CNBB, exorta aos cristãos a ocuparem todo e qualquer lugar que lhes permitam, à luz de sua fé e esperança, contribuírem na construção de uma nova prática política, pautada nos valores éticos que promovam e defendam a vida. (REDE GAUDIUM ET SPES, 2014, P. 1)

Nota-se que os grupos da rede “*Gaudium et spes*” colocam-se de forma alinhada à Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e lançam reflexões aos projetos que amplamente cheguem à maioria da população brasileira e amapaense, especialmente aos que possam defender os valores democráticos e fortalecer as classes sociais populares como uma “nova

prática política”. Deste modo, surge uma provação que visa abranger cristãos leigos e a sociedade civil, reflexão posta na relevância do exercício da cidadania (COUTINHO, 2013).

Esta rede, formada pelas pastorais sociais e coordenadas pelo conselho de leigos e leigas, instiga para uma reforma política através da participação social e popular com o vislumbre de afastar projetos de retrocessos e frentes conservadoras; também demonstram apreensão quanto ao poder econômico vinculado ao sistema eleitoral e a participação feminina nas representações políticas. Tais reivindicações podem ser visualizadas como mazelas geradas desde a década de 1960, segundo Lesbaupin (2010), transcorreu um longo processamento, ocasionado pelas relações de forças, que causaram perdas ao processo democrático, esvaziando ou impactando nas agendas da sociedade civil.

Lesbaupin (2010) afirma que na democracia o poder popular é soberano e a não-garantia desta premissa incorre na não-garantia de direitos fundamentais e coletivos. Assim, os grupos da rede “*Gaudium et spes*” colocam-se e motivam contra a corrupção entendida como uma ação “execrável”, alicerçada à falta de punição e silêncio das autoridades competentes e da própria sociedade; por fim, aproveitam a figura do Papa Francisco para incentivar a atuação nas mais variadas realidades humanas, através da política, como ato de caridade.

Seguindo as produções dos grupos católicos, a “Nota pública da Igreja Católica no Amapá” acompanhou o processo eleitoral de 2014 e demonstrou como estes grupos se utilizam desta tática para comunicação direta com os públicos do catolicismo. Desta vez, a nota foi assinada pela “Igreja Católica no Amapá”, assumindo uma tônica institucional em decorrência de incidentes no evento “Debate com os candidatos ao governo do Amapá”. Os escritos que tentam abordar uma realidade específica, apropriando-se de dados da realidade, apontamentos de uma experiência, admitindo-se uma reflexão teórica e direcionamentos de caminhos, são utilizados desde a ação católica até o tempo presente para problematizar situações e encaminhar posicionamentos, sobretudo em relação aos mais vulneráveis da sociedade (COUTINHO, 2013).

A nota foi redigida exaltando que os objetivos do encontro tinham sido atingidos, pois os candidatos foram interpelados por representantes das comunidades sobre as proposições contidas nos planos de governo. Com uma escrita cuidadosa, os termos como respeito e paz foram destacados como o espírito da atividade na noite do dia 14 de outubro de 2014 no Centro diocesano de pastorais e cultura Dom José Maritano. A inquietude deu-se pelo fato da ocorrência de confrontos entre partidários do PDT e PSB no entorno do local do debate, com a intervenção do Polícia militar, o que levou a organização a tomar a decisão de suspender um

dos blocos previstos para aquele momento como, segundo os organizadores, “medida de segurança e em defesa da vida das pessoas”:

Conclamamos a toda a sociedade amapaense a cultivar a cultura da paz e do diálogo, a desarmar-se de atitudes extremadas e que atentam contra a dignidade humana, pois que acabam dividindo e separando as pessoas. É tempo de discernimento! É tempo de tecer a rede da esperança que embalará e cuidará de nossos sonhos e ideais! É tempo de comprometer-se a favor da vida! (IGREJA CATÓLICA DO AMAPÁ, 2014, p. 1)

A repercussão deste fato tomou os noticiários locais de rádio, internet, televisão e levou grupos católicos a criticarem a realização do evento. Logo, surgiu a necessidade de contornar as informações disseminadas na mídia local, geralmente sob o comando de grupos partidários. Apesar das tentativas de aproximação, debate ou atuação política, na realidade amapaense percebe-se a dificuldade de adesão dos católicos quando a iniciativa é da própria Igreja Católica.

Destarte, a Carta aberta do conselho de leigos e leigas da Diocese de Macapá foi divulgada convocando o público católico a refletir sobre a situação política de maneira crítica no Brasil e no Amapá, indicando que estava sintomático os levantes dos movimentos sociais e corrupção institucionalizada, além da valorização da manutenção da democracia e garantias constitucionais. Outras ponderações correspondem a uma análise pormenorizada nas narrativas midiáticas e o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, desta forma, explicitam a precaução com as informações correntes no país e a quebra do processo democrático das eleições.

Nos argumentos da carta, verifica-se a crítica a “simples substituição de pessoas na ocupação de cargos importantes” como algo que não “gera justiça social”. E, mobilização dos cristãos católicos para um engajamento na atuação social, no auxílio para construir leis e políticas públicas que visam vida digna, sobretudo aos sujeitos em situação de pobreza:

Necessitamos buscar uma ação comunitária que vise acima de tudo à construção de um senso político maduro e coerente, que nos liberte de uma ignorância da política e da fé. A partir desse amadurecimento, devemos buscar uma atuação efetiva na vida política de nosso país, porque a missão profética do cristão é curar os quebrantados de coração, pregar liberdade aos cativos, a restauração da vista aos cegos, por em liberdade os oprimidos (Lc. 4, 18-19). É urgente uma conversão plena e profunda que nos coloque em perfeita comunhão com o Pai. Esse momento também nos leva a uma reflexão pessoal, um olhar para dentro de nós mesmos, para percebermos como cada um contribui para a cultura da corrupção, visível até em atos corriqueiros. (CONSELHO DE LEIGOS E LEIGAS, 2016, p. 1)

O extremismo político também foi observado pelas pastorais sociais com o posicionamento “contra o ódio” no âmbito nacional, local e apontando uma indicação de uma ampla e imparcial investigação aos que estavam promovendo estas situações a partir das respectivas atuações nos cargos públicos.

Assim, os documentos elaborados indicam um meio de comunicação entre os grupos das pastorais sociais e a sociedade amapaense, somando-se as atividades de debates ao legislativo e executivo estadual. Os textos foram subsidiados pela instituição católica, a partir disto a produção de nota pública, carta compromisso e carta aberta foram constantes no intuito de estabelecer um exercício de participação cidadã, demonstrar os posicionamentos institucionais e dialogar com os grupos civis.

2.3.4 “Candidaturas católicas” no Amapá

Como resultado, os seus representantes das pastorais sociais e dos organismos adentraram nos pleitos a cargos de vereadores, prefeitos, deputados estaduais, senadores e governadores. A formação desencadeada através de debates e cursos, produção de cartas endereçadas aos católicos e entrega de documentos/solicitações aos poderes Executivo e Legislativo configuraram formas de atuações políticas.

Os membros desta instituição religiosa têm participação efetiva na vida social amapaense, por exemplo, nas eleições municipais à Câmara de Vereadores de Macapá, o candidato Prof. Rodrigo, então presidente do conselho de leigos/as da Diocese de Macapá, lançou-se candidato e contou com o apoio dos membros das pastorais sociais. Foi eleito para legislatura municipal, 2016-2020.

As candidaturas ganharam impulsos, dentre outros motivos, pelos números de pessoas que se declaram católicas no Amapá. Ao estudar sobre o campo religioso amapaense a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verifica-se que há uma queda significativa no número de católicos e um crescimento de outras religiões como evangélicas, sobretudo da Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus. Porém, com o número de católicos alcançando 64% da população local, os lançamentos de candidaturas que adotem este perfil nas eleições tornaram-se recorrentes (CARMO e REIS, 2015)

As candidaturas com perfis católicos foram utilizadas não apenas no Amapá, mas em todo Brasil. Os documentos e cartilhas elaborados pela Igreja Católica para serem distribuídos aos seus membros, representam a tentativa dessa instituição em orientar e determinar a conduta deste público. As “candidaturas oficiais” foram promovidas inicialmente pelas igrejas

evangélicas como a Universal do Reino de Deus e, posteriormente, esta prática foi sendo disseminada a outras religiões, especialmente nos anos 2000 (ORO, 2003).

Figura 4: “Santinho” do candidato a vereador – Professor Rodrigo



Fonte: (GAZETA DO POVO, 2018)

Rodrigo Gomes havia lançado candidatura em outras oportunidades, todavia com o apoio do conselho de leigos/as, onde o professor atuou como presidente, pastorais sociais e comunidades católicas, obteve êxito no ano de 2016.

Apesar da candidatura e eleição com o apoio do público católico, ao longo do mandato Rodrigo relata os entraves sobre quadros políticos no Amapá nos anos 2000:

Muita dificuldade em formar quadros políticos. Eu não vejo uma clareza. Todas as vezes que discuti com o Dom Pedro e, é muito comum no período eleitoral a CNBB lança umas cartilhas dando algumas diretrizes de como deve ser, como deve ser o perfil. Mas, a gente não vê um fortalecimento deste debate. Ainda há muita discriminação quando começa a se discutir isso dentro de uma seara eleitoral, me senti abandonado. Não vemos um acompanhamento (RODRIGO GOMES, 2021).

Rodrigo Gomes continua abordando as dificuldades dos católicos de enveredar pela seara política:

Na Diocese de Macapá eu vejo assim a gente tem alguns picos, mas na história por inteiro eu acho assim a gente não conseguiu alcançar o objetivo maior, que é alcançar o maior número de pessoas. Eu acho que o nosso próprio público também ele não tá preparado para essa discussão franca. Muitas vezes

as pessoas, na minha própria vivência, no tempo de parlamentar, houve muito rechaçamento das pessoas, dizendo que não iam misturar fé e política, pois eram coisas diferentes. Não somente no campo da diocese, da Igreja, mas toda sociedade organizada precisa de novas estratégias (RODRIGO GOMES, 2021)

As recorrentes expressões de Rodrigo Gomes nos remetem ao enfraquecimento das atividades e presença dos cristãos católicos nos processos sociais, mesmo os grupos mais alinhados a estes embates como as pastorais sociais. Portanto, cria-se um cenário de difícil acesso e articulações.

Sobre a conjuntura política amapaense, dentro desse cenário mais orgânico, a gente não consegue avançar em um diálogo. É muito dividido. Então, a gente tem ideias muito parecidas, pautas importantes para serem discutidas, a pauta social, a pauta do extermínio da juventude, a pauta das próprias comunidades LGBT, homofobia. Então, a gente tem muita coisa em comum, mas quando a gente leva especificamente para o cenário político, política partidária como projeto a gente não consegue agregar (RODRIGO GOMES, 2021).

É notória a insatisfação e preocupação dos membros das pastorais sociais manifestadas nas palavras de Rodrigo Gomes. Ficam demonstradas as novas configurações de pouca aceitação dos cristãos católicos na cena política, limitações nos diálogos com a sociedade civil organizada e, conseqüentemente, as dificuldades em eleições de membros desta religião.

Cirilo Fernandes tornou-se uma emblemática figura no campo político partidário no Amapá. Inicialmente toda sua trajetória política manteve-se ligada às estruturas da Igreja Católica, nas CEBs, no conselho de leigos e nas pastorais sociais. No ano de 2012, tornou-se o primeiro amapaense a participar de uma turma do CEFEP.

Em 2018, aproveitando os propósitos e os discursos do candidato a presidência da república, Jair Bolsonaro, conseguiu uma visualização local, tornando-se alternativa para o eleitorado amapaense. Porém, Cirilo acabou se afastando do grupo de lideranças diocesanas das pastorais sociais e conselho de leigos, buscando outros públicos.

Rodrigo Gomes e Cirilo Fernandes são os nomes que mais se destacam como agentes das pastorais sociais que se lançaram na política partidária. Apesar da importância das formações e participações efetivas destes agentes nas construções de documentos lançados por estes grupos da sociedade amapaense, considera-se que a continuidade ou efetivação do processo de “candidaturas oficiais” nos anos 2000 está em processo de maturação e ainda não configura entre as prioridades dos grupos das pastorais sociais da Igreja Católica no Amapá.

Figura 5: “Santinho” do candidato a governador- Cirilo Fernandes



Fonte: (GAZETA DO POVO, 2018)

Cirilo Fernandes pode e deve ser considerado um cristão católico e político. Sendo figura constante nas atividades das pastorais sociais como a organização do grito dos excluídos, cursos de formação política, coordenação de grupo e conselho de leigos/as foram credenciais importantes ao lançamento de diversas candidaturas. Porém, a modificação de ótica partidária afetou diretamente a sua vivência nas pastorais sociais acarretando um distanciamento das atividades religiosas no âmbito diocesano.

Neste capítulo observou-se as experiências que pavimentaram a organização institucional católica e as bases que fundamentaram o investimento nas pastorais sociais como os grupos protagonistas na seara sociopolítica estado do Amapá. As experiências postas contribuíram à participação no âmbito nacional no processo de redemocratização do país em 1988, na estruturação ocasionada pela constituição estadual e na implementação de estratégias para comunicação e apoio da sociedade civil como o lançamento de debates entre candidatos aos cargos de deputado estadual e governador, elaboração de cartas e notas públicas e “candidaturas católicas”, despertando “novas” frentes de atuações e inserindo-se ou recolocando-se nos debates do século XXI.

3 ESCOLA DE FÉ E POLÍTICA NO AMAPÁ (2009-2021)

As escolas de formação política são “novas” formas ou instrumentos utilizados pela Igreja Católica, estes projetos formação estiverem em voga em diversos setores do catolicismo desde o século XX e a partir do início dos anos 1990 foram estabelecidos com estrutura autônoma, ganharam “status” de escolas atrelando um certo ordenamento curricular aos estudos e ocuparam importantes espaços de discussões e instrução política.

No Amapá, o modelo de CEBs no século XX alavancou os processos de formações políticas específicas e as pastorais sociais, com suporte do Conselho de leigos/as, institucionalizaram no século XXI as atividades da Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini. A conjuntura desafiadora, marcada pelo afastamento de parceiros importantes como sindicatos, movimentos sociais e associações, a dificuldade de envolvimento dos cristãos católicos na cena política e a necessidade de estabelecer um espaço de formação tornaram-se latentes às pastorais sociais. Como resposta, estes grupos lançaram cursos de formação e efetivaram a escola de formação política.

Desta maneira, o terceiro capítulo versa sobre a sistematização da Escola de fé e Política Pe. Luis Carlini no Amapá, observando: 1. A concepção das escolas de formação política; 2. Os cursos de formação política no Amapá; 3. Escola de fé e Política Pe. Luis Carlini.

3.1 AS ESCOLAS DE FORMAÇÃO POLÍTICA

As escolas de formação são experiências nascentes na década de 1990, advindas dos novos ares de redemocratização brasileira através do exercício da cidadania e democracia participativa, com o propósito de educação ou formação política dada pela atitude de leigos/as das décadas anteriores e mudança de paradigmas na atuação das pastorais sociais da Igreja Católica.

Alves (2013) discorre que, diante desta forma particular de formação, a singularidade é observada na forma de redirecionamento dos movimentos populares ao apreciar e sistematizar embates que visam responder às demandas do período histórico atual, além de fortalecer uma politização, experiências e táticas de ação com vistas a transformação coletiva da sociedade brasileira.

As mazelas resultantes dos 21 anos de Ditadura Civil e Militar no Brasil estavam manifestas no cenário social, realidade ainda mais escancarada nas áreas periféricas do país, desta forma, os novos contornos de atuação no meio social das alas reformistas e radicais da

Igreja Católica, movimentos sociais, sindicais encontravam-se assentados em diferentes conjunturas por todo território nacional (GOHN, 1997).

Gohn (1997) esclarece que ocorreram mutações no processo e no modelo de desenvolvimento brasileiro, refletidas nas modificações econômicas e de políticas públicas, traços que ficaram latentes nas lutas cotidianas dos sujeitos por acesso e manutenção de emprego, divergindo da discussão clássica entre trabalhadores/as e a relação com os mundos de trabalho.

Gohn (1997) ainda destaca que se acarretou uma nova padronização desenvolvimentista, condicionando a exclusão como intrínseca ao processo capitalista, em um regime que foca apenas no gerenciamento de crises e convenciona a sociedade política como representantes sociais, tirando de cena outras representações civis como sindicatos, movimentos sociais e potencializando a entrada das organizações não-governamentais junto ao poder público.

Neste cenário, com o ajuste do poder regulador dos processos econômicos, políticos, sociais e públicos nas competências estatais, houve o avanço de grandes massas de trabalhadores ao subemprego e à informalidade (com perdas dos direitos trabalhistas) e não apoiadas pelas políticas macroeconômicas que estavam direcionadas à ordem das aberturas das empresas e negócios sem vínculo com os antigos representantes sociais (sindicatos e movimentos sociais), cenário também marcado pela dianteira capitaneada pela hegemonia midiática nos conglomerados televisivos e jornais impressos em apoiar este novo processo, relembrando a vanguarda no apoio ao golpe de 64 (GOHN, 1997).

Lesbaupin (2010) defende que se forjou, nesta conjuntura, no campo das pastorais sociais da Igreja Católica, a busca por atualizações na área da participação social e com foco a cidadania, justamente pela razão de uma ocorrência de despolitização da vida social, em quadro que extinguiu a participação cidadã das tomadas de decisões e a vinculou definitivamente como matérias técnicas geridas por financeiras mundiais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

As organizações sociais buscaram metodologia que estivessem em diálogo com o novo panorama e que pudessem garantir uma tônica combativa, deste modo, as alas radicais da Igreja Católica lançaram as escolas de fé e política no Brasil, tendo como a primeira experiência destes espaços de formação política a Diocese de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, em 1991, acarretando ao norte do país um protagonismo nestes exercícios (ALVES, 2010).

A pauta sobre fé e política continuou presente no ano de 1994, agora no âmbito da CNBB, quando ocorreram as preparações da Campanha da Fraternidade de 1996. Foram

recebidas inúmeras propostas de temas e de lemas para CF de 1996 e o Conselho Episcopal de Pastoral da CNBB optou pela aprovação do tema “Fraternidade e Política” e o lema “Justiça e Paz se abraçarão”. (ALVES, 2010).

Naquele ano de 1996, com o tema e lema provocativos, apresentou-se como de práxis um texto-base para estudos e, neste material, foi destacado como objetivo geral “contribuir para a formação política dos cristãos para que exerçam sua cidadania, sendo sujeitos da construção de uma sociedade justa e solidária” (TEXTO-BASE, CF 1996). Deste modo, com as experiências de escolas de fé e política sendo estabelecidas no país, os surgimentos de outras escolas foram sendo registrados, logo a presença da CNBB indicou que estes modelos de formação política emergentes deveriam estar em consonância com as indicações oficiais da Igreja Católica (ALVES, 2010).

Ainda argumenta Alves (2010) que as escolas de formação são espaços de instrução política. Geralmente, estão vinculadas a uma diocese, mas também aos regionais (reunião de duas ou mais dioceses), universidades, movimentos e institutos da própria Igreja. Apresentam contínuos momentos formativos, com organização técnica dos temas abordados. Possuem um grupo de assessores e coordenadores, estes reúnem leigos, religiosos e religiosas, diáconos, padres e, em alguns casos, o bispo. Além de professores, juizes, membros de movimentos sociais, sindicatos e associações.

Nos anos 2000, outras idealizações miravam o acompanhamento e influência sobre as escolas de formação, pois efetivaram-se em todas as regiões do país. Formou-se uma assessoria política nacional que, após a realização do “Seminário Nacional de Fé e Política”, agrupando membros de determinadas escolas, lançou uma proposta de inauguração de um Centro Nacional de Fé e Política. Suas linhas enquadravam-se no acompanhamento das escolas de formação e oferecimento de uma rede de assessores nacionais. O Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara (CEFEP) iniciou suas atividades no ano de 2005 (ALVES, 2010).

Do ponto de vista eclesial, os vínculos institucionais do CEFEP perpassam segmentos macros, como a CNBB e operacionais, como a Comissão para o Laicato. Apesar da menção sobre “laica”, tais comissões são formações mistas que envolvem ordenados (diáconos, padres e bispos), religiosas e leigos/as. Pinheiro (2006) expõe quem organiza essa iniciativa e apresenta a estrutura organizacional do CEFEP:

Trata-se de uma iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sob a responsabilidade do Conselho Episcopal de Pastoral (CONSEP), entregue à gestão das Comissões episcopais para o Laicato, para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial, e para o Serviço da Caridade,

Justiça e da Paz, sob a coordenação da Comissão Episcopal para o Laicato. Nomeamos como Secretário Executivo do Centro Nacional de Fé e Política “Dom Hélder Câmara” o padre José Ernane Pinheiro (PINHEIRO, 2006, p. 11-12).

Desde a sua fundação, o CEFEP, além do oferecimento de cursos, buscou acompanhar as experiências das escolas de formação política, desta forma, é possível encontrar na página da internet deste centro um menu específico apresentando, entre os documentos do próprio centro, as escolas e alguns de seus materiais. Pinheiro (2006), explicita as suas linhas de atuação, determinando os eixos e objetivos:

Objetivos: Fomentar em nosso País um pensamento social cristão à luz do Ensino Social da Igreja e dos valores evangélicos; contribuir com a formação de lideranças inseridas na política, no Brasil, em suas diferentes formas e níveis, a partir de uma reflexão bíblica e teológica, das ciências sociais e da filosofia. Três eixos do CEFEP: a) Um Curso Nacional de Formação Política para os cristãos leigos e leigas; b) Um Rede de assessores (áreas temáticas: Ciências Sociais e Política; Filosofia e Ética; Teologia e Pastoral: Educação); c) Articulação das Escolas locais de Formação Política num contínuo intercâmbio (PINHEIRO, 2006, p. 9-10).

Os objetos postos colocam em evidência o intuito e a preocupação da Igreja Católica no Brasil. Ao tratar sobre “pensamento social cristão”, a CNBB marca um posicionamento divergente das correntes assumidas na sociedade brasileira, marcada pelo avanço de outras religiões no cenário político, logo, o CEFEP surge como uma necessidade de uma retomada católica na política partidária. Objetivos e eixos estão alinhados, especificamente os eixos visam ações como cursos de formação política, rede de assessores vinculados ao Centro de Fé e Política, além do acompanhamento das escolas locais inauguradas em todo país.

No norte do Brasil, desde a fundação da primeira escola de formação política em Rondônia (1991) à última iniciativa no Amapá (2021), destacam-se: Instituto de Pastoral Regional (IPAR) em Belém - PA; Escola de Fé e Cidadania Irmã Dorothy Stang em Altamira/Xingu – PA (Bragança e Castanhal); Escola de Fé e Política Diocese do Alto Solimões – AM e a Escola de Fé e Cidadania de Manaus - AM. Além destas instituições, evidencia-se a Escola de Fé e Política Diocesana em Ji-Paraná – RO (Juro e Vilhena). Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlinni – AP, Rio Branco – AC, Boa Vista - RR, Tocantinópolis – TO.

Figura 6: Mapa da Escola de Fé e Política no Brasil



Fonte: (CEFEP, apud REIS, 2021)

Vejamos brevemente algumas destas experiências que auxiliam na organização das escolas de formação política no contexto brasileiro e repercutem na região norte do país com instrumentos significativos de formação política.

Escola de Fé e Política Diocesana em Ji-Paraná – RO, primeira experiência institucionalizada de escola de formação política no Brasil, portanto, iniciada no norte do país, iniciou as suas atividades no ano de 1991 por iniciativa dos membros das CEBs, pastorais sociais, sindicatos, conselhos comunitários, movimentos sociais, associações, produtores rurais e do bispo diocesano Dom Antônio Possamai. As suas linhas formativas atualmente compreendem as seguintes indicações:

Objetivo Geral: Formar e capacitar lideranças cristãs para o exercício da cidadania através de uma atuação ética e competente no meio político-social; **Objetivos específicos:** Oferecer subsídios para a construção do conhecimento relacionado à política; Proporcionar o entendimento e a compreensão das exigências da fé relacionadas à política; Capacitar para a prática transformadora do atual modelo em vista de uma nova sociedade que queremos; **Destinatários:** Pessoas comprometidas na fé cristã e atuantes na vida das comunidades eclesiais de base e que participem da vida público-social do município, seja nas associações, sindicatos, movimentos populares, nos partidos políticos, no parlamento, nos diversos Conselhos Municipais, nas Rádios Comunitárias e outros (DIOCESE DE JI-PARANÁ, 2021)

Para Alves (2010), no início das suas atividades, a metodologia adotada pela escola valorizou o protagonismo dos participantes a partir de um viés dialógico, valorizando a consciência política e prática pastoral ao desenvolver reflexões sobre os conceitos básicos para atuação cristã na política. Desta forma, nota-se uma conexão da proposta formativa ao longo de três décadas, considerando e resguardando os momentos específicos, locais, regionais e nacionais, que são alvo de abordagem das escolas.

Nota-se, concomitantemente, que os objetivos da escola, ao oferecer um curso de formação, buscam contemplar a dimensão sociopolítica, incentivar frentes populares à discussão política, formar agentes das pastorais sociais e CEBs em uma ação apontada como transformadora da realidade social (AVES, 2010).

De igual modo, as demais escolas nortistas tentaram se organizar e promover cursos de formação política. As experiências paraenses a partir do Instituto de Pastoral Regional (IPAR), em Belém, e Escola de Fé e Cidadania Irmã Dorothy Stang, em Altamira, apresentam organizações peculiares. O IPAR possui vínculo com a CNBB, especificamente com a CNBB da Regional Norte 2, onde as formações são direcionadas às dioceses dos estados do Pará e Amapá.

Pela especificidade do instituto, oferece inúmeros estudos e suporte aos mais variados grupos da Igreja Católica e populares, dentre eles, os cursos de fé e política. Organizados por turmas e módulos, abordam temas como Análise de conjuntura, História da Amazônia, Controle Social, Políticas Públicas e Doutrina Social da Igreja. A Escola de Fé e Cidadania Irmã Dorothy Stang em Altamira é uma iniciativa do conselho de leigos/as da Diocese do Xingu e tem como parceiros o CEFEP, IPAR, REPAM e Instituto Agostin Castejon.

Com isto, já no final do século XX, anos 1990, a Igreja Católica no Brasil passou a adotar modelos de formação nascentes na região norte do país. As escolas de fé e política ou fé e cidadania apresentavam-se como relevantes instrumentos formativos e logo receberam o acompanhamento institucional desta religião. A instrumentalização das escolas tornou-se uma nova faceta de atuação no campo político.

Desta maneira, as experiências das escolas de formação política adentraram no campo político auxiliando grupos como as pastorais sociais em uma dinâmica de readequação e fortalecimento da relação fé e política. Em 1996 a Igreja Católica lançou uma campanha da fraternidade que adotou a política como tema central de discussão e acabou estimulando o lançamento e concretização de outras escolas de formação. A fundação do Centro Nacional de Fé e Política Dom Hélder Câmara (CEFEP) implementou o acompanhamento das escolas espalhadas pelo território brasileiro, a região norte do país colaborou significativamente neste

processo com as escolas nos estados do Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Tocantins, Acre e Amapá.

3.2 CURSO DE FÉ E POLÍTICA (2009 a 2011)

Ao longo da trajetória política da Igreja Católica no Amapá, desde a prelazia até a diocese, sobretudo com as tendências radicais, foram pautadas nas formações aspectos catequéticos, bíblicos e políticos. Nos encontros como congressos, na opção pelas CEBs, a idealização das pastorais sociais, publicação de cartas e promoção de debates, as alas radicais desta religião demonstraram as suas formas de atuações alinhadas à militância sociopolítica.

O estímulo de cursos de formação política daria uma nova tônica ou inauguraria uma estratégia no Amapá, dada a necessidade de rearticulação com a política local, pois como divulgado anteriormente, diferentemente da realidade apontada pelo censo da década de 1980, o qual designava uma população majoritariamente de católicos, apesar de uma certa pluralidade visualizada entre as religiões Católica Romana, Protestante Tradicional, Protestante Pentecostal, Espírita Kardecista, Espírita Afro-Brasileira, Orientais, Judaica ou Israelita, sem religião e outras.

Com o advento dos anos 2000, as experiências das pastorais sociais no enfrentamento às mazelas sociais e a chegada de Dom Pedro José Conti, gerava-se a concepção de “criação” de novas formas de procedimentos aproveitando as iniciativas desenvolvidas no Brasil como os cursos exclusivos para formação política e participação social. A respeito, Dom Pedro defende:

Mudaram os tempos. Daí o nosso esforço de criar uma nova mentalidade sociopolítica e cultural. Porque digo isso? Por que vem a história da fé e política, quer dizer, o cristão tem que mudar a cabeça e começar pelo clero. Quando um cristão se coloca fora do esquema paroquial não é considerado um bom devoto e talvez ele faça algo que é muito mais interessante e útil para sociedade. E, por outro lado, de cristãos que se engajam não são muitos. (DOM PEDRO, 2021).

E continua a arguição, tratando sobre a mudança de época, o momento atual dos animadores de comunidades e o trabalho dos padres:

Antigamente era um pouquinho mais fácil, o discurso era homogêneo. A turma de animadores do interior está morrendo e nós não tivemos condições de preparar novos líderes. É difícil. Os padres não tem mais essa visão. Poderíamos fazer assembleias paroquiais, seria diferente. Uma assembleia

onde você forma os seus animadores, esse é um outro caminho que nós temos que propor. Nós temos quinze padres diocesanos, de 50 padres, quer dizem que 3/4 de padres são de fora, emprestados ou religiosos. Portanto, Macapá é difícil fazer plano de pastoral porque quem vem não sabe o que foi feito antes (DOM PEDRO, 2021).

A estratégia adotada iniciava-se pela (re)estruturação do Conselho diocesano de leigos/as e, em seguida, este conselho assumiria as tarefas de organizar e viabilizar o primeiro curso exclusivo sobre a temática de fé e política, dada a necessidade local de um debate aprofundado sobre a conjuntura local e formas de atuar específicas no norte do Brasil. Rossilda Barbosa contou sobre as articulações entre as pastorais sociais e participação efetiva do bispo Dom Pedro José Conti:

Dom Pedro convidou a gente para formar o conselho de leigos. Isso já é 2008. Foi convidada a Waldenise, que era da PJ, junto com a Inês. E foram convidados também vários, vários coordenadores de pastorais e movimentos. Com isso se formou o conselho de leigos em 2008 e começou a atuar em 2009 com a Waldenise a frente do conselho. A essas alturas nós já tínhamos uma equipe consciente. A gente saía pra formação fora, sempre em Belém. (ROSSILDA BARBOSA, 2021)

O investimento na ação de leigos/as marca a chegada de Dom Pedro no Amapá. Rossilda ratifica que os convites foram ações que partiram do bispo diocesano e, em poucos anos, deixa evidente que a sua conduta visa potencializar a ação de leigos/as que estavam nas pastorais sociais, inclusive financeiramente, ao enviar representantes a atividades formativas em Belém do Pará e com a efetivação de um novo espaço para articulações: o conselho de leigos/as.

Com estas articulações destes grupos da Igreja Católica local, as primeiras atividades ocorreram entre os anos de 2009 e 2011, com a concretização do curso de fé e política, sob a agenda do conselho de leigos/as e das pastorais sociais. Rossilda Barbosa informou sobre os primeiros atos deste curso:

Dom Pedro propôs para a gente fazer o curso de fé e política junto com a Leila que era presidente e já tinha no Regional. Em 2009 iniciou o curso, era módulo, nas férias. Daí tivemos com o Sandro Gallazzi, ele convidou a turma dele, vieram ali das ilhas do Afuá em peso e foram pessoas essenciais que ficaram até o final do curso. E vieram também de Oiapoque, do Jari. Então, a gente iniciou o curso, mais ou menos com 75 pessoas. Com tudo isso. E terminamos com umas 25, 30. Mas, foram pessoas fieis e conseguiram ficar até o final. (ROSSILDA BARBOSA, 2021)

A entrevistada observa que com a proposta do bispo diocesano somam-se o apoio da Regional Norte II, neste caso com a parceria junto ao IPAR. Com a sede do curso em Macapá,

a vinda de representantes do extremo norte e sul do Amapá, respectivamente, Oiapoque e Jari, constata que a divulgação e adesão do curso alcançou um número considerável de participantes (75 pessoas).

A proposta da criação de uma escola de formação era objetivada pelos agentes das pastorais sociais; os cursos de formação seriam um passo importante neste processo, todavia a demora nesta efetivação gerava uma inquietação aos membros das pastorais, como relata Oscar Filho:

E, aí conseguem a partir de 2009 formar uma nova turma pro Curso de Fé e Política através do Conselho de Leigos, com Sandro, Cirilo, Aldenice (...). A Teologia Viva avançou, caminhou, mas o Fé e Política não conseguia, mesmo a gente aprovando nas assembleias diocesanas, sempre as assembleias diocesanas aprovaram a criação da Escola de Fé e Política, o Curso de Fé e Política (OSCAR FILHO, 2021).

O “Curso de Fé e Política” ou “Curso de Formação Política” apresentou como justificativa a preocupação com o momento de transformações aceleradas vivenciadas no Brasil. Assim, o curso foi promovido, segundo os organizadores, apelando ao exercício protagonista dos cristãos no enfrentamento ao mundo complexo da globalização excludente.

Ao observar os destinatários e critérios para participação deste curso, notou-se o perfil de formação que estava sendo proposto. O curso foi destinado às lideranças das comunidades, pastorais sociais, movimentos e organismos eclesiais, pessoas com responsabilidades em organizações e movimentos sociais, além de pessoas que assumiram ou pretendiam assumir cargos em instâncias partidárias.

Quanto aos critérios de participação, sublinhou-se a indicação para identidade cristã de vivência e participação; disponibilidade de tempo para o compromisso de participar das etapas previstas e realizar todos os trabalhos solicitados; conclusão do ensino médio (exceções serão analisadas); militância política: sindical, popular, partidária, conselhos municipais paritários e outras áreas; compromisso de ser um agente multiplicador através da entidade que o apresentou para o curso.

Outros dados do curso referem-se aos objetivos e metodologia. Em relação aos objetivos, estabeleceu-se: formar cristãos, leigos e leigas, para a missão política, favorecendo-lhes a aquisição de competência e habilitação para agir no complexo campo da política, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, à luz do Ensino Social da Igreja e das Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil; contribuir com a formação de lideranças cristãs para as funções públicas, eletivas ou não, no campo da Política e das organizações comunitárias; aprimorar a prática política dos cristãos no exercício da cidadania

e do bem comum; investir na formação do sujeito evangelizador para torná-lo apto a influenciar na construção de uma nova cultura política.

O processo metodológico contemplou a formação política dos cristãos nas múltiplas dimensões, relacionadas entre si - ética, espiritual e intelectual, respeitando o pluralismo político, a partir da opção pelos pobres, em comunhão com as Diretrizes da Igreja no Brasil; o participante do curso como sujeito do processo de formação e da construção do saber em todos os níveis. Neste sentido, o CEFEP privilegiará a construção coletiva, articulando as diferentes ciências e saberes com a prática dos participantes; a leitura da realidade sócio-histórica dos cursistas, contribuindo com a construção de uma espiritualidade na ação; a busca de uma pedagogia libertadora: através de técnicas e instrumentos vivenciados na educação popular e nos grupos da Igreja.

A foto a seguir exhibe a presença do bispo Dom Pedro participando ativamente das etapas do curso de fé e política (2009-2011) na entrega de certificação aos participantes em palestra e em missa, que tiveram como suporte o centro diocesano de pastorais e cultura Dom José Maritano (antigo seminário diocesano).

Figura 7: Bispo Dom Pedro Conti e formandos do curso de Fé e Política



Fonte: (BLOG “FÉ E POLÍTICA MACAPÁ, 2011)

O investimento nos cursos de formação política evidenciou-se como marca dos anos 2000 na Igreja Católica no Amapá. Na imagem acima podemos notar os registros de 3 anos de

atividades em módulos (2009-2011). Além do curso local, Dom Pedro aponta outras ações que sugeriram como alternativas neste processo:

Nós investimentos em algumas pessoas que foram para escola de fé e política e Brasília, Dom Helder Câmara. O primeiro foi o Cirilo Fernandes, depois o Rodrigo também foi e esse conseguiu ser vereador, foi o Miguel do conselho de leigos, teve outro que não foi pra frente e agora tem as duas mulheres Myara e Cristina. Não necessariamente irão se candidatar, existem muitas formas de engajamento, animar uma escola de fé e política, experiências práticas, falar das relações sociais. É interessante (DOM PEDRO, 2021).

Os anos seguintes marcariam a consolidação do processo de formação política no Amapá, especialmente pela potencialização das atividades com os investimentos no campo formativo, demonstrando uma especialização no domínio pedagógico, levando os agentes das pastorais sociais para curso em âmbito regional e sobretudo no Centro Nacional Dom Helder Câmara, tornando estes sujeitos multiplicadores das formações no Amapá e estabelecendo um grupo de assessores locais para os estudos lançados.

Portanto, os investimentos no laicato com foco nas pastorais sociais são marcas na Igreja Católica no Amapá no século XXI. Observou-se a (re)organização do Conselho de leigos/as, envio de representantes católicos ao CEFEP e o lançamento de Curso de fé e Política (2009 a 2011). Ressalta-se que estas iniciativas visam a atuação protagonismo dos cristãos leigos na conjuntura sociopolítica amapaense, compreende-se a importância dada a formação política, especialmente no curso de fé e Política.

3.3 CURSO DE FÉ E CIDADANIA (2018 a 2019)

Após os anos de 2009 a 2011, houve o lançamento do Curso de Fé e Cidadania entre os anos 2018 a 2019. Com uma forte presença das pastorais sociais da Igreja Católica e recursos gestados pela Cáritas Diocesana de Macapá temáticas voltadas a conjuntura sociopolítica foram amplamente debatidas. Estrategicamente, a Cáritas poderia auxiliar financeiramente nos processos de formação como empreendimento visando a culminância de ações de caráter político.

Um novo curso, desta vez intitulado de Fé e Cidadania, foi articulado. Com o financiamento da Cáritas diocesana de Macapá, recursos advindos do fundo nacional de solidariedade vinculado à CNBB através do Projeto para Expansão do Curso de Fé e Cidadania, puderam ser destinados para áreas primordiais a qualquer curso como pagamento de assessores,

alimentação, materiais didáticos e pedagógicos. Outra questão interessante surge com a modificação do termo “política” por “cidadania”, fato que aponta uma inquietação dos organizadores e uma tentativa de conquistar mais inscritos para o curso.

Figura 8: Arte para divulgação do Curso de Fé e Cidadania



Fonte: (FILHO, 2021)

Com articulação das pastorais sociais, conselho diocesano de leigos/as, além da Cáritas e movimentos católicos fizeram a composição da equipe de organização do curso. Expõe Oscar Filho:

Em 2018 foi a proposta de formação. Chamaram pra discutir esse projeto, planejar em parceria com a Cáritas. Então, o que a gente queria era essa questão da formação de fé e política, de fé e cidadania até chegar a escola. Conseguimos juntar as ideias em 2018, em 2019 teve a segunda turma e no Jari. De vez em quando alguém chamava em alguma paróquia, na Campanha da Fraternidade, para falar da questão de fé e cidadania, do compromisso cristão na política (OSCAR FILHO, 2021).

Oscar Filho ainda argumenta que: “Depois da experiência de 2018, 2019, a gente não consegue agora de fato avançar e tentar criar, depois de tantas décadas, tantos anos, tantas dificuldades, a escola de fé e política” (OSCAR FILHO, 2021).

Em relação ao público-alvo, as vagas foram direcionadas às pessoas que estavam inseridas nas comunidades eclesiais, pastorais sociais, movimentos e organismos da Igreja Católica. Neste sentido, os organizadores do curso não dispuseram vagas para membros externos ou sociedade civil, o foco estava direcionado aos grupos da Igreja Católica e houve ampla divulgação nas mídias católicas o Curso de fé e Cidadania.

Os critérios sobre a participação foram baseados visando um curso à formação que possibilite a aquisição de conhecimentos e habilidades para a atuação no meio social e eclesial, pretendendo que o concluinte detenha conhecimentos humanísticos práticos e teóricos que lhe permitam atuar de maneira assertiva, analisando cenários e, sobretudo, propondo soluções para demandas do meio em que atua. Para tanto, o ingresso no curso requeria: estar cursando, no mínimo, o Ensino Médio; ter identidade cristã de vivência e participação; ter disposição de buscar o conhecimento através da vivência pessoal e grupal.

O objetivo do curso foi provocar uma reflexão, com base na Doutrina Social da Igreja e nos valores evangélicos, a fim de preparar para a vivência e o fortalecimento dos valores democráticos, para a cultura da paz, o cultivo do diálogo, a vivência da fé enraizada na vida, entre outros.

Os elementos organizativos estavam dispostos enquanto componentes curriculares e foram distribuídos em: 180 (cento e oitenta) horas, sendo 48 (quarenta e oito) horas na modalidade presencial; 33 (trinta e três) horas na modalidade de Educação a Distância (EaD), 60 (sessenta) horas de Atividades Complementares, 19 (dezenove) horas destinadas à Avaliação e 20 (vinte) horas de Projeto Integrador. Além disto, a organização do curso estabeleceu que não haveria a possibilidade de formação parcial, devendo ser cumpridos os 04 (quatro) módulos para a obtenção do certificado.

Figura 9: Participantes do Curso de Fé e Cidadania



Fonte: (FILHO, 2019)

A relação alinhada em que os dois cursos foram pensados, articulados e executados, deram-se em razão da base organizacional, pois tanto o curso de fé e política (2009-2011) quanto o curso de fé e cidadania (2018-2019) foram organizados pelas pastorais sociais e pelos organismos da Igreja Católica. Notam-se tentativas de aproximações às práticas das CEBs e da Teologia da Libertação. Além disto, alguns amapaenses puderam atuar como estudantes do CEFEP. Assim, juntamente com a primeira iniciativa formativa local (o curso de fé e política) as ações de formar lideranças no CEFEP ao longo de uma década resultaram na afirmação do movimento em prol de consolidar a escola de fé e política

Figura 10: Programação de um módulo do Curso de Fé e Cidadania

OBJETIVO

O Curso de Fé e Cidadania é uma iniciativa da Diocese de Macapá, que visa a Formação Política dos cristãos leigos e leigas.

Tem como objetivo provocar uma reflexão, com base na Doutrina Social da Igreja e nos valores do Evangelho, a fim de preparar para a vivência e o fortalecimento dos valores democráticos, para a cultura da paz, o cultivo do diálogo, a vivência da fé enraizada na vida.

PÚBLICO

Pessoas que estejam inseridas nas comunidades eclesiais, pastorais sociais, movimentos e organismos da Igreja.

CRITÉRIOS

- Estar cursando, no mínimo, o Ensino Médio;
- Ter identidade cristã de vivência e participação;
- Ter disposição de buscar o conhecimento através da vivência pessoal e grupal;
- Ter compromisso de participar plenamente das etapas previstas pelo curso;
- Ter compromisso de ser agente multiplicador;

PROGRAMAÇÃO

29 DE NOVEMBRO

- 19h – Mistica e Animação (Irm. Letícia Brígida)
- 20h – Espiritualidade (Irm. Letícia Brígida)

30 DE NOVEMBRO

- 8h às 10h – Concílio Vaticano II (Pe. Ângelo Damaren)
- 10h – Lanche
- 10h30 às 12h30 – Doutrina Social da Igreja (Prof. Benedito Alcântara)
- 14h às 16h – Contribuição da Igreja para os Direitos Humanos (Adv. Cláudia Santos)
- 16h – Lanche
- 16h30 às 18h30 – *LAUDATO SI* – Sinodo da Amazônia (Dom Pedro Conto)

06 DE DEZEMBRO

- 19h – Mistica e Animação (Irm. Letícia Brígida)
- 20h – O Método Ver, Julgar e Agir (Diac. Davi Serrão)

07 DE DEZEMBRO

- 8h às 10h – Comunicação Humana e Meios (Prof. Oscar Filho)
- 10h – Lanche
- 10h30 às 12h30 – Construção Histórica da Cidadania (Prof. Dr. Vinicius Freitas)
- 14h às 16h – Controle Social (Prof. Kássio Vilhena)
- 16h30 às 18h30 – Religião e Política (Prof. Dr. Vinicius Freitas)

MÓDULOS

- Módulo 1: 29 e 30/11
- Módulo 2: 6 e 7/12

INVESTIMENTO

- Taxa no valor de R\$10,00

INFORMAÇÕES

- (96) 99112-9284 – Jeane CDL
- (96) 98120-5110 – Diác. Sebastião CÂRITAS
- (96) 99140-0460 – Miguel CDL
- (96) 99908-6761 – Roberto CÂRITAS

Fonte: (DIOCESE DE MACAPÁ, 2018)

Nos últimos anos, observou-se a manutenção e sistematização da formação política da Igreja Católica no Estado do Amapá, a Escola de fé e política foi implementada nesta região da Amazônia. A influência dos membros das pastorais sociais e organismos da religião católica no meio social amapaense favoreceu tal empreendimento, pois estas alas radicais destacam-se no relacionamento com a política.

Neste viés, o apoio institucional aconteceu para fortalecer o processo formativo. Pois, os aspectos de formação sempre foram observados na Prelazia e Diocese de Macapá, porém com o advento dos cursos de formação específicos houve uma estruturação pedagógica das

atividades, algo que pode ser evidenciado no Curso de Fé e Cidadania, também como embrião da escola de fé e política. Sobre este propósito, Claudia Cristina explica:

Há muito tempo já existia esses cursos dentro da diocese, mas eles nunca foram efetivados como uma escola, como um curso permanente. Os cursos eram esporádicos quando aconteciam. Inicialmente eram através das orientações do IPAR e junto com alguns palestrantes que vinham de fora do Amapá, muito nível de palestra, um momento, uma manhã, um final de semana. Mas, nunca um curso com uma estrutura pedagógica. E a gente conseguiu formar uma equipe de assessores que montou uma matriz com temas de formação e lançamos a proposta ao Dom Pedro, que gostaríamos de manter que o curso de forma permanente, efetivo. E o bispo gostou muito, mas pediu que a gente fizesse mais em nível paroquial (CLAUDIA CRISTINA, 2021).

Nesta construção o “curso permanente” foi algo construído pelas pastorais sociais e com a sustentação das proposições na figura do bispo diocesano Dom Pedro Conti. Potencializando as formações, saindo de momento esporádicos aos fins de semana e percorrendo um caminho formativo em módulos, agora com os trabalhos de assessores locais. A proposta do bispo para ações no âmbito paroquial seria uma espécie de reverberação do Curso de Fé e Cidadania, partindo de um formato mais amplo (envolvendo representantes de todas as paróquias da diocese) para específico (atendendo os agentes de cada paróquia).

Apesar da motivação percebida nos cursos de formação política realizados pelas pastorais sociais as dificuldades foram apontadas constantemente por estes grupos. Um empecilho indicado deu-se por conta da não aceitação dos padres por estes tipos de formação encontradas no Amapá.

E aí surgiu mais um desafio para gente: como é que nós vamos chegar nas paróquias? Montamos toda estrutura de um curso as paróquias, enxugamos a matriz curricular, fizemos ali um curso em formato de um final de semana e levamos para as paróquias, apresentamos aos párocos. A partir dali eles marcaram os períodos dentro das paróquias e iriam apontar alguns leigos/as que tivessem interesses e afinidades, esse perfil, pois sabemos que não são todos que conseguem se encontrar nestas formações, não é o interesse. Foi mais uma barreira que nós encontramos, pois quase nenhum queria, não aceitavam a proposta. Eu lembro que estivemos presentes no encontro do clero, o retiro do clero no ano de 2019, nós tivemos um espaço para fazer a apresentação do curso. Apresentamos, abrimos as inscrições aos que tivessem o interesse, porém outra vez nos deparamos com a falta de vontade dos padres (CLAUDIA CRISTINA, 2021).

A concepção estremecida sobre a relação entre fé e política entre o laicato no Amapá e a inercia da maioria dos padres sobre os propósitos de formações políticas são fatos conhecidos

pelos agentes das pastorais sociais. Nas palavras de Claudia Cristina ver-se as formações destinadas com vagas específicas à sujeitos com esta vocação e barreiras encontradas entre o clero.

Embora os obstáculos destacados pelas pastorais sociais da Igreja Católica permanecessem, insistentemente apontado pelos integrantes destes grupos, demonstrando uma conjuntura extremamente oposta dada na fundação da Diocese de Macapá, os anos de 2018 a 2019 foram de consolidação dos propósitos dos cursos de formação política e trouxeram uma forma de agir que buscou atender as demandas do século XXI.

Destarte, as ações contínuas das pastorais sociais foram somando-se até o lançamento do Curso de Fé e Cidadania (2018 a 2019). Disposto em módulos, este curso reuniu um grupo de assessores específicos para cada tema abordado e um número considerável de participantes, bem como houve o financiamento da Cáritas Diocesana de Macapá e foi organizado pedagógico e didaticamente observando a ementa específica. Este curso finalizou a pavimentação do caminho para inauguração de uma escola de formação política no Amapá, amplamente requerida pelo laicato.

3.4 ESCOLA DE FÉ E POLÍTICA PE. LUIS CARLINI (2021)

A fundação da Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini efetivou-se no ano de 2021, colocando o Amapá no mapa das escolas de formação política e com o propósito de sistematizar as ações políticas da religião católica no extremo norte do país. Além disso, representa a continuidade das iniciativas em torno dos temas de fé e política na Amazônia amapaense, após 40 (quarenta) anos da fundação da Diocese de Macapá na década de 1980.

Com a experiência de dois cursos de formação política, entre 2009-2011 e 2018-2019, a ideia de promover uma escola ganhou mais força entre os membros das pastorais sociais da Igreja Católica no Amapá. Ponto de pauta comente visualizado nas Assembleias diocesanas (AD). Na AD em 2007 a descrição tratou sobre “aprimorar a formação fé, cidadania e política”; na AD em 2011 a abordagem remeteu ao “interesse leigo pela temática política” e sugestão de uma escola de fé e política”; na AD em 2016 a discussão corroborou com o intuito de “retomar a ideia de uma escola de fé, política/cidadania”; por fim, na AD 2019 indicou “fortalecer a formação de fé e política”.

Oscar Filho esclarece sobre diversos fatos e ações que contribuíram com o propósito da escola de fé e política:

A escola em si a gente nunca conseguiu estruturar, nós tivemos muitos cursos, tivemos muitos momentos de capacitação, também em parceria com o IPAR – Instituto Regional do Pará, do Norte 2, com a CNBB. Muita gente vinha de lá, nós chegamos algumas vezes também a ir pra Belém fazer essa formação, nos encontros que tinha e sempre nessa linha na questão da fé e política do leigo e da leiga para o mundo do trabalho, para o mundo da política. Cada formação que a gente fazia, cada capacitação também nessa linha, o objetivo era organizar a escola. A gente não dava passos, não conseguia, até mesmo Dom Luís que sempre incentivou, mas a gente não conseguiu criar porque parece que a estrutura de escola ela exige mais do que fazer cursos, fazer capacitação, ter uma equipe pra trabalhar a formação, como a gente tem hoje, como a gente tem o CEFEP, naquela época não conseguiu estruturar, precisava de recurso, de disponibilidade. (OSCAR FILHO, 2021).

O professor Oscar admite que houve uma certa morosidade para formalização de uma escola de formação, todavia defende que o aperfeiçoamento e cooperação entre grupos eclesiais no âmbito diocesano e no IPAR foram expressivos para concretização deste propósito.

No ano de 2021, a movimentação foi intensificada para abrir oficialmente as atividades como escola de fé e política. Como marco de fundante da escola Pe. Luis Carlini, realizou-se uma aula inaugural ministrada pelo bispo da Diocese de Macapá, Dom Pedro José Conti, com o tema “Fratelli Tutti - Magistério Social do Papa Francisco”, no dia 14 de setembro de 2021, sendo transmitida de forma virtual pelos veículos de comunicação diocesana. O bispo apresentou uma síntese das principais linhas defendidas na encíclica papal.

Figura 11: Folder da aula inaugural da Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini

The folder is a promotional graphic for an inaugural class. It features a background image of Pope Francis in white vestments, with a circular inset on the right showing a portrait of Dom Pedro José Conti, the speaker. The text is in Portuguese and includes the following elements:

- AULA INAUGURAL** (Inaugural Class)
- 14 SET 21** (September 14, 2021)
- Às 19h** (At 7 PM)
- Acompanhe:** (Follow)
- Icons for **LIVE**, Facebook, and YouTube.
- Diocese de Macapá** (Diocese of Macapá)
- Síntese das linhas principais do MAGISTÉRIO DO PAPA FRANCISCO** (Summary of the main lines of the Magisterium of Pope Francis)
- Palestrante: Dom Pedro José Conti** (Speaker: Dom Pedro José Conti)
- A logo in the bottom left corner for the **Escola de Fé e Política** (School of Faith and Politics) by **Pe. Luis Carlini**, celebrating the **40 ANOS** (40 Years) of the **DIocese de Macapá**.

Fonte: (CARLINI, apud FILHO, 2021)

A escola homenageou Luis Carlini, padre missionário italiano do PIME, que viveu 48 anos no Amapá, com inúmeras funções assumidas, com destaque ao trabalho na Pastoral Carcerária e Juventude, além disso, foi um precursor na fundação de bairros em Macapá, dedicando apoio através das CEBs às organizações sociais como sindicatos e partidos políticos. Pelos serviços desenvolvidos, os membros da escola de fé e política optaram pelo nome do sacerdote.

A logomarca da escola apresenta um desenho do rosto do Pe. Luis Carlini, o mapa do estado do Amapá, uma cruz e o nome da escola.

Figura 12: Logomarca da Escola de Fé e Política



Fonte: (CARLINI, apud FILHO, 2021)

Como primeira atividade da escola, houve a oferta de mais um curso de fé e política para cristãos e cristãs da sociedade amapaense, no formato de Educação a Distância (EaD). No folder utilizado para divulgação do curso, os organizadores da escola apresentam o formato utilizado, defendendo que a escola de fé e política pe. Luis Carlini é uma iniciativa da Diocese de Macapá/AP, sendo um serviço à formação política de cristãos (as) leigos (as), religiosos (as) e sacerdotes, sob a coordenação das pastorais sociais e conselho de leigos, com o apoio da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e o Centro de Estudos de Religião, Religiosidade e Políticas Públicas (CEPRES), além do vínculo ao Centro Nacional de Fé e Política Dom Hélder Câmara, localizado em Brasília.

Figura 13: Folder do Curso de Formação de Fé e Política para cristãos e cristãs

Realização: DIOCESE DE MACAPÁ

Coordenação: CONSELHO DIOCESANO DE LEIGOS/AS | PASTORAIS SOCIAIS DA DIOCESE DE MACAPÁ

Apoio: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | Grupo CEPRES

Escola de Fé e Política
PE. LUIS CARLINI

Curso de Formação de Fé e Política para Cristãos e Cristãs

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome completo: _____
 Telefone: _____
 WhatsApp: _____
 E-mail: _____
 Movimento / Pastoral / Organização popular na qual você faz parte: _____
 Escolaridade: _____
 Ensino Médio Completo () Ensino Superior Completo ()
 Endereço: _____
 Cidade: _____ UF: _____ Região: Capital () Município ()
 País-Geralidade: ()
 Data de Nascimento: _____

Obs: O VALOR DO MENSALISMO DEVERÁ SER FEITO EXCLUSIVAMENTE NA CONTADA ÀNTERA DIOCESANA DE MACAPÁ, POR MEIO DE DEPÓSITO OU TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA, APÓS A CONFORMAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO CURSO.
 BANCO BRASILEIRO
 AGENCIA 0233
 CNPJ Nº. 0017/986
 O comprovante deverá ser enviado no E-mail: escoladepepoliticaluiscarlini@gmail.com

Fonte: (DIOCESE DE MACAPÁ, 2018)

Alves (2010) apresenta uma classificação de escolas de formação de fé e política contendo quatro grupos (regionais, diocesanas, ligadas a movimentos e pertencentes a instituições de ensino e à iniciativa da sociedade civil). Neste viés, existe uma superioridade de escolas vinculadas às dioceses, sobretudo como iniciativas na formação política, aceno positivo do bispo e condução de uma pastoral de fé e política ou conselho de leigos/as. É exatamente nestas condições que nasceu a escola de formação política do Amapá.

Os objetivos apresentados, segundo os organizadores da escola, correspondem de forma ampla em contribuir com a formação de lideranças inseridas na participação política, em suas diferentes formas e níveis, a partir de uma reflexão bíblica, teológica, das ciências sociais e da filosofia, para a construção de uma sociedade justa, solidária, democrática, pluricultural e pluriétnica. E o público-alvo focalizado pelos organizadores da escola indicam lideranças das comunidades eclesiais, pastorais sociais, movimentos e demais organismos da diocese; lideranças dos movimentos populares, sindicais, partidárias; pessoas com atuação em organizações comunitárias, ou que desejam participar; cidadãos / cidadãs ocupantes ou que pretendem ocupar cargos políticos eletivos.

Com estes objetivos e direcionamentos ao público-alvo, desenham-se características da escola diocesana do Amapá e aproximações com as escolas de formação política no Brasil. São oferecimentos de formação a cristãos e cristãs visando as devidas atuações nos contextos sociais

específicos, as motivações perpassam as vivências comunitárias e ensinamentos evangélicos, a percepção do envolvimento entre fé cristã e o contexto social, por fim, os aspectos de transformação da sociedade são assumidos nas discussões e formações (ALVES, 2010).

Os critérios para participação tornam obrigatórios o compromisso de participar das etapas previstas pelo curso e de realizar os trabalhos solicitados; identidade cristã de vivência e participação; compromisso de ser agente multiplicador para a organização que você representará no curso; ter o ensino médio; conhecimento de internet para o curso a distância. Além disto, o período das atividades corresponde a 1 (um) ano, entre setembro de 2021 a agosto de 2022, sendo ofertadas 80 vagas e cobrado o valor de 50 reais.

Em decorrência da pandemia de Covid-19, iniciada no ano de 2020 e as limitações necessárias para a contenção da doença, numerosas atividades sociais buscaram a alternativa de intermediar as reuniões usando a internet como instrumento. A religião católica foi uma destas instituições e a primeira atividade da escola de fé e política Pe. Luis Carlini ocorreu de forma virtual, por um lado oportunizando o lançamento de um curso e, por outro, limitando o acesso aos que possuem “conhecimento de internet”. Além disto, a inscrição no curso remete a pelo menos dois compromissos, participação integral nas atividades do curso e ser agente multiplicador.

O conteúdo programático encadeia 15 temas ou módulos. Em relação ao ementário do curso de fé e política, observam-se duas grandes linhas de formação voltadas aos ensinamentos da doutrina social da Igreja Católica e discussões sobre o contexto sociopolítico. O primeiro conjunto de disciplinas, totalizando 8 (oito) componentes curriculares, foram iniciadas evocando a figura do atual líder internacional da Igreja Católica, o Papa Francisco, referenciando o documento “*Fratelli Tutti*” e, nesta esteira, as disciplinas seguintes buscaram inicialmente uma vertente que abordou a relação entre Igreja Católica e a sociedade: a Leitura da relação fé e política na Bíblia; História da Igreja na Amazônia; Doutrina Social da Igreja (DSI); Sínodo da Amazônia e seus desdobramentos eclesiais e sociais; Sociedade contemporânea e análise conjuntura; Igreja, ética, cidadania e Direitos Humanos.

A carta encíclica papal “*Fratelli Tutti*” é o documento mais recente lançado pelo Papa Francisco no segundo semestre de 2020, tem como subtítulo “Sobre Fraternidade e a amizade social” e trata-se de uma espécie de convocação do líder da Igreja Católica aos membros desta instituição religiosa a refletir e assumir essa conduta. Em seguida, os conteúdos traçam um panorama do “olhar” da Igreja Católica” sobre política na Bíblia, na Amazônia como espaço geográfico amplamente buscado por esta religião e nos documentos gerados pelo Vaticano (DSI), além de discutir sobre o Sínodo da Amazônia, que atualizou o interesse católico neste

espaço estratégico e usar um instrumento clássico, a análise de conjuntura. Por fim, a escola visa apontar a compreensão de ética, cidadania e direitos humanos, que são categorias de análises assumidas pela religião católica, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

Figura 14: Conteúdo programático



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CURSO DE FORMAÇÃO DA ESCOLA DE FÉ E POLÍTICA PE. LUIS CARLINI
Período do Curso: de 14/09/2021 a 05/07/2022

Nº	Disciplina	Assessor	Carga-horária	Data De Execução
01	<i>Fratelli Tutti</i> – Magistério Social do Papa Francisco.	Dom Pedro Conti	04h	14/09/2021
02	Leitura da relação fé e política na Bíblia.	Ir. Isidora Bertoli	12h	21/09/2021 E 28/09/2021 E 05/10/2021
03	História da Igreja na Amazônia.	Bruno Machado	16h	12/10/2021 E 19/10/2021 E 26/10/2021
04	Doutrina Social da Igreja (DSI).	Pe. Ângelo Damaren e Pe. Toninho	24h	01/11/2021 E 09/11/2021 E 16/11/2021 E 23/11/2021
05	Sínodo da Amazônia e seus desdobramentos eclesiais e sociais.	Benedito Alcântara	20h	30/11/2021 E 07/12/2021 E 14/12/2021 E 21/12/2021
06	Sociedade contemporânea e análise conjuntura.	Mário Tito Almeida	4h	04/01/2022
07	Igreja, ética, cidadania e Direitos Humanos.	Diac. Davi Serrão e Kássio Vilhena	16h	11/01/2022 E 18/01/2022 E 25/01/2022
08	História da política e da economia e o modo de produção.	Higor Pereira	20h	01/02/2022 E 08/02/2022 E 15/02/2022 E 22/02/2022

Fonte: (ESCOLA DE FÉ E POLÍTICA, PE. LUIS CARLINI, 2021)

O segundo grupo de disciplinas, agregando 7 (sete) matérias, frisam as temáticas sociopolíticas: História da política e da economia e o modo de produção; Direitos políticos e legislação eleitoral brasileira; Controle social das políticas públicas e orçamento público participativo; Cultura e política de comunicação; Diálogo inter-religioso e ecumenismo; Ideologias e projetos partidários; Políticas públicas; Movimentos populares e sociais (organização, funcionamento e legitimidades dos sindicatos, associações e demais movimentos).

Nesta perspectiva, a escola subsidia as leituras destas temáticas a partir das ciências sociais, ao determinar os estudos sobre economia e modo de produção no sistema capitalista, compreensões do sistema político brasileiro e formas de atuação neste cenário, percepções sobre a importância da comunicação nas grandes empresas e pequenas comunidades. Também buscam indicações sobre o diálogo entre religiões (cristãs ou não), entendimentos sobre políticas públicas e ações de organizações da sociedade civil. Percebe-se que este segundo

grupo de matérias apontam à dimensão pretendida pelos agentes da escola e cursistas e, ao adquirir estes conhecimentos, poderiam organizar uma frente de atuação política em vários ramos sociais.

Figura 15: Conteúdo programático

09	Direitos políticos e legislação eleitoral brasileira.	Marconi Pimenta	16h	01/03/2022 E 08/03/2022 E 15/03/2022
10	Controle social das políticas públicas e orçamento público participativo.	Rogério Lima	08h	22/03/2022 E 29/03/2022
11	Cultura e política de comunicação.	Oscar Filho	20h	05/04/2022 E 12/04/2022 E 19/04/2022 E 26/04/2022
12	Diálogo inter-religioso e ecumenismo.	Vinicius Freitas	16h	03/05/2022 E 10/05/2022 E 17/05/2022
13	Ideologias e projetos partidários.	Rodrigo Gomes	12h	24/05/2022 E 31/05/2022
14	Políticas públicas.	Cláudia Cristina e Myara Chistiny	16h	07/06/2022 E 14/06/2022 E 21/06/2022
15	Movimentos populares e sociais (organização, funcionamento e legitimidades dos sindicatos, associações e demais movimentos)	Edson Gomes	12h	28/06/2022 E 05/07/2022

Fonte: (ESCOLA DE FÉ E POLÍTICA, PE. LUIS CARLINI, 2021)

A junção de grupos da Igreja Católica e outras entidades da sociedade civil são estratégicas para articular reaproximações no âmbito de projetos em comum, defasados desde o processo de redemocratização no Amapá e sendo revelados como uma das dificuldades predominantes para os sujeitos desta religião. Pe. Ângelo Da Maren destaca essa enfraquecida relação:

A Igreja Católica como a diocese tem pouca atividade de exposição para se engajar com eles. Tiveram paróquias que ajudavam, dependendo do padre que atuava naquele momento. O momento muito bonito, anos 80, acredito que foram os mais fortes. Através das organizações bairro, as comunidades de base, sobretudo Buritizal, Porto Grande, Fátima e Conceição colaboraram ajudando as pessoas a perceber que nós não somos somente um grupo, foram organizações pela água, pela eletricidade. Nestas áreas, eu tenho certeza, que isso foi apressado porque o que o povo se organizou. Neste momento ajudamos a fazer casas, mutirões, o comércio do produtor ao consumidor com as pequenas feiras (ÂNGELO DA MAREN, 2021).

Os integrantes das tendências radicais no Amapá que viveram os tempos de maior excitação das CEBs são enfáticos ao revisitar as suas memórias e externar sobre organização social e comunitária desprendida no estado na segunda metade do século XX. Remete-se que as modificações dos cenários amapaenses, passados 40 anos após a década de 1980, apesar das lutas pelo acesso a direitos básicos como água e eletricidade, o desfalque causado pela falta de cooperação entre associações, sindicatos e movimentos sociais é um sintoma evidente do esfriamento destes grupos.

Claudia Cristiana recupera a contextualização histórica e política das CEBs e, remetendo aos extremos conflitos vividos na Ditadura Civil e Militar, classifica estes espaços como “nascimentos de lideranças sindicais e comunitárias”, uma inclinação depois da realização do Concílio Vaticano II. Contudo, com o enfraquecimento deste modelo eclesial, é defendido que a Igreja Católica deixou de interagir com as organizações da sociedade civil.

Hoje muito distante. Inicialmente na época da ditadura, nas décadas de 70, 80 a Igreja era muito presente, era praticamente um nascedouro de lideranças sindicais e comunitárias. Era um nicho de formação. Tanto é que a Teologia da Libertação é uma prova viva disso, a gente sabe que muitos partidos de esquerda surgiram a partir dessa concepção dessa ideia da teologia da libertação, dessa relação pós-Concílio Vaticano II, que vem essa ideia de uma igreja pobre para os pobres, de uma igreja de portas abertas para acolher, de uma igreja que tem que ir aonde o povo realmente está. Se perdeu muito dessa inserção e junto com isso a igreja como um todo. Hoje a Igreja é muito distante de tudo isso, ela se resignou, ela parou (CLAUDIA CRISTINA, 2021).

Dado o afastamento destes grupos, outrora profundamente relevantes às lutas e conquistas sociais amapaenses, a fragilidade alastrou-se pelos trabalhos realizados pelas pastorais sociais da Igreja Católica. Outro organizador da escola de fé e política destaca as perdas como não ter espaço em “conselhos paritários” e falta de representatividade na esfera política local, o que transparece que, como ação, a escola de formação política é uma necessidade latente:

Está muito fragilizado. Entendo que a Igreja Católica, por tudo que fez e faz no contexto social, ela tinha que ter cadeira cativa dentro dos nossos conselhos paritários, ter representatividade dentro da esfera política, dentro da sociedade organizada. É necessário que se tenha um trabalho diferenciado. Criando estratégia a curto, médio e longo prazo. E a gente espera conseguir novos atores que possam fortalecer essa busca pelo bem comum, mais justa e mais oportunidades (RODRIGO GOMES, 2021).

Somando com a consideração do padre Ângelo, Rodrigo Gomes defende que as CEBs, sendo uma espécie de termômetro político da Diocese de Macapá, oportunizaram o ápice das organizações políticas diocesanas e a queda destes empreendimentos acompanharam o declínio das CEBs no Amapá. Outros argumentos levantados elegem a disputa com outras religiões e a redução dos agentes católicos, o que tornou desnivelado o quadro político no estado e perdas significativas à Igreja Católica:

Lá atrás, por exemplo, foi muito produtivo quando a gente tinha o trabalho das comunidades eclesiais de bases, foi o momento que mais avanço, mais prospero. De lá pra cá muitas coisas aconteceram, muitas denominações religiosas que foram surgindo, o nosso público mesmo foi diminuindo. Então, vejo que é necessário que possamos criar novas estratégias para atingir principalmente essa juventude que está aí, mas ainda tem um caminho muito longo, muito longo mesmo. O grande termômetro foram as comunidades eclesiais, o apogeu delas foi o apogeu das discussões (RODRIGO GOMES, 2021).

Ângelo Da Maren (2021) atualiza essa baixa nos “engajamentos” dos grupos que trabalham com as áreas sociais e faz observações tanto no campo institucional quanto na atuação dos/as leigos/as. Para ele, não existem muitas frentes institucionais que visam um relacionamento ou envolvimento com questões sociopolíticas, especialmente na contemporaneidade:

Hoje eu não vejo muito engajamento a este respeito e ao mesmo tempo não tem gente disposta a se expor. Se confia que os leigos fazem isso, mas também os leigos o fazem através organizações sociais, públicas e pouco enquanto grupo de atividade pastoral engajado na atividade social (ÂNGELO DA MAREN, 2021).

Os organizadores da escola de fé e política precisam que são os menores grupos no Amapá. Essa relação pode ser considerada em números de agentes leigos/as que foram diminuindo ao longo das décadas e também apoiadores, com destaque aos padres, fruto da reorganização católica ainda no final da década de 1970 e que se consolidou nos anos 1990. Porém, a concepção da relação entre fé e política integra a formação de leigos/as no Amapá:

Bem sabendo que dentro da Igreja são uma minoria entre leigos, padre e bispos que entendem a relação profunda entre fé e política. Mas, é simples, isto é, Jesus não veio salvar simplesmente as almas, Jesus veio salvar o homem integral. Então, todo homem é um ser político. Quer dizer que a dimensão política faz parte salvação. Contrariamente ao que pensam alguns liberais onde fazer uma separação radical entre pessoa e político, todo ser humano

consciente ou inconscientemente vive a dimensão pessoal dentro de um contexto, de um ambiente, de uma organização política. Por causa disso é fundamental que os cristãos participem da vida da sociedade. Mas, também tem o direito e o dever de participar de organização política, inclusive partidária. Buscando um rumo para humanidade e não somente dos cristãos (ÂNGELO DA MAREN, 2021).

Abordando a relação entre fé e política e ampliando como algo intimamente ligado às dimensões no meio social, torna-se alvo a participação social dos cristãos nos diversos ambientes, incluindo a organização partidária. Todavia, a busca pelo “bem comum”, termo presente corriqueiramente nos documentos e materiais produzidos pelas tendências radicais, é indicado para não remeter a uma bancada católica na política.

Corroborando nesta linha, outra organizadora da escola aponta para o vínculo entre a escola diocesana e o Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara. Inicialmente, remete-se ao fato da formação de “novos” políticos demonstrando uma visão de disputa de cargos eletivos, ambientes que foram dominados por outras religiões, sobretudo de cunho evangélico, das mais variadas Igrejas. Todavia, retornando à menção de Ângelo Da Maren, Claudia Cristina levanta a pauta sobre uma “bancada católica”, fora de cogitação, segundo ela, pois o engajamento político em áreas comunitárias, bairros, ribeirinhos, quilombolas, associações de pescadores e mulheres compunham os objetivos da escola. A inclusão de vertentes ou pessoas de religiões evangélicas também é defendida por Claudia:

Na verdade, o objetivo principal é que, inclusive é um objetivo alinhado à escola nacional de fé e política, CEFEP, Centro de Formação Dom Helder Câmara que fica em Brasília, que é de direção da CNBB em parceria com a PUC. Então, a partir dele as outras escolas de fé e política que existem nas várias diocese do Brasil, visam a formação política do leigo e da leiga, a formação e impulsionamento deles na participação política, seja como um ente, uma pessoa política com mandato eletivo, porque um dos objetivos de fato também é esse, a escola formar novos, futuros políticos. Essa é a ideia. Não é que a gente queira formar uma bancada católica, não é isso. Mas, formar pessoas, tanto é que a escola de fé e política ela não é só para católicos, evangélicos e pessoas de outras religiões podem participar. Enfim, é muito aberto a essas participações. Porque a ideia é formar esse cristão para uma vida de engajamento político, seja na associação de bairro, na liderança comunitária, nos seus grupos ribeirinhos, quilombolas, pescadores, associação de mulheres (CLAUDIA CRISTINA, 2021).

Formar agentes à participação política. Tendo uma conjuntura instigadora, delimitada por um longo processo na condição de território federal e oligarquias políticas que se mantêm no poder político partidário, gerindo as estruturas sociais no âmbito do poder executivo e legislativo, defende Claudia Cristina e provoca ao definir tal sistema como “ditatorial/político”.

Neste sentido, enfatiza a organizadora, os “coronéis modernos da política” são aceitos naturalmente na região, prova disto foi a votação em massa para a eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República Federativa do Brasil.

Lideranças comunitárias vivendo “guetificados” também são alvos de críticas. Nota-se, segundo Claudia Cristina, o distanciamento posto na realidade amapaense entre as instituições e agentes de transformação social, tanto pelo contexto forjado enrijecido de forma “ditatorial” quanto pela não percepção de um novo modelo político tateável, gerado inicialmente pela falta de diálogo destes agentes.

O estado do Amapá foi forjado em um sistema ditatorial/político. Ele foi criado, institucionalizado por questões políticas e políticas militarizados a partir do estado novo. Então, essa carga é muito grande. Ainda encontramos esses coronéis, mas são esses coronéis modernos da política, sobrenomes, clãs políticos que ainda reinam neste estado. Daí nós enfrentamos problemas gravíssimos, como o apagão. Temos o estado do Amapá que votou em massa no governo Bolsonaro. Hoje as nossas lideranças comunitárias vivem “guetificados”. A gente percebe uma barreira muito grande, uma dificuldade muito grande de um diálogo aberto a política, de um novo modelo de política (CLAUDIA CRISTINA, 2021).

A projeção das pastorais sociais da Igreja Católica no Amapá é ressaltada na forma de um “novo pensamento” ou “nova mentalidade” expressada por Claudia Crisitana, mas também defendida anteriormente por Dom Pedro José Conti, bispo diocesano. Ambos defendem que ocorra a participação de leigos/as, envolvendo tanto a Igreja Católica e demais religiões, buscando a atuação na vida social amapaense “comprometidos com o povo”.

Temos a esperança de que a escola resgate e que ela consiga de fato estruturar um pensamento, uma nova mentalidade dentro da igreja a partir dos leigos e das leigas, seja da igreja católica, da igreja evangélica ou de outras denominações quais forem. O que a gente quer é mudança de paradigmas, uma mudança de consciência. Fazer e renovar. É fazer com que entendam que são muito uteis rezando, mas também são muito uteis fazendo algo na sua comunidade, defendendo o povo das injustiças. Que dê frutos de bons políticos, dê frutos trazendo uma nova safra de pessoas comprometidas, de políticos bons, comprometidos com o povo. Vivenciar o evangelho a partir da sua prática política (CLAUDIA CRISTINA, 2021).

São inúmeros os pontos das pastorais sociais neste século XXI para tentar remoldar suas práticas e força política na sociedade amapaense. Apostou-se inicialmente nas formações de caráter político, reunindo pequenos grupos, mas com representação de diversas paróquias/cidades. Com o foco em progredir neste ímpeto, houve a promoção da Escola de Fé e Política Pe, Luis Carlini. Mesmo distantes de uma retomada dos tempos áureos da CEBs, estes

grupos estão buscando maneiras de lidar entre as representações sociais e políticas na Amazônia Amapaense.

Por fim, esta seção objetivou estudar sobre a formação política no âmbito do catolicismo amapaense visando uma discussão sobre essa conjuntura e oferecimento uma compreensão da realidade local. Evidenciou-se a atuação das pastorais sociais nas experiências de formação política no modelo de escola nesta região do país como “novas” formas de atuação no cenário social, preparando seus agentes a participação da vida política e influenciando na sociedade amapaense. Portanto, destaca-se inicialmente os cursos de Fé e Política (2009 a 2011) e Fé e Cidadania (2018 a 2019) como alicerces à fundação do mais importante instrumento de formação política do laicato, formadora e reprodutora da ideologia da Igreja Católica no Amapá, a Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociopolíticas na região norte do Brasil, sobretudo a ação de sujeitos na conjuntura específica da Amazônia amapaense, revela-se frutífera ao notar o estreitamento na relação entre religião e política. A atuação das tendências radicais da Igreja Católica com leigos/as continua gerando instrumentos como as escolas de formação política e investindo em grupos como as pastorais sociais e a Teologia da Libertação.

É necessário assinalar que, do ponto de vista metodológico, são crescentes os materiais que versam sobre ação coletiva leiga nos âmbitos político e social, escritos estes que auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa. Todavia, são raros na Amazônia amapaense os trabalhos que adotam como temporalidade do século XXI, gerando adversidades como a escassez de fontes e potencialidades como as experiências vinculadas à História Oral.

As tendências radicais deixaram de ser o modelo assumido institucionalmente pela Igreja Católica no Brasil, sobretudo com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no final do século XX. Deste modo, os agentes sociais destes grupos investiram nas formações políticas como “novas” frentes empregadas na vida social e política brasileira. Essa conjuntura formativa abordou no início da década de 1990 o surgimento e consolidação de um modelo denominado Escola de Fé e Política ou Escola de Formação política.

No Amapá, notou-se que as formações políticas estiveram vigentes desde a fundação da Prelazia de Macapá (1949 a 1980) com destaque às atuações das CEBs e a instalação da Diocese de Macapá (1980 a 2021). Os cursos voltados inteiramente à discussão política foram visualizados nas primeiras décadas do século XXI na conjuntura amapaense.

O primeiro Curso de Fé e Política no Amapá ocorreu entre os anos de 2009 e 2011; entre os anos de 2018 e 2019, efetuou-se o Curso de fé e cidadania, ambos foram organizados pelas pastorais sociais e conselho de leigos/as. Em continuidade à formação política, foi inaugurada, em 2021, a Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini.

Concomitantemente, houve a promoção de palestras, envios de representantes para cursos na Escola Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara (em Brasília), produção de nota pública, carta compromisso e carta aberta, lançamento de candidaturas na política partidária, fomentos de debates envolvendo candidatos a cargos eletivos – deputados/as e governadores/as como o “Diálogo com os candidatos ao governo do Amapá” e a “Mesa redonda” com os candidatos católicos que estavam no pleito eleitoral a deputado estadual no ano de 2014.

No capítulo 1, verificou-se as representações no campo do catolicismo no século XX, com ênfase ao laicato e às tendências radicais, utilizando-se das análises do contexto e as

diretrizes do documento *Gaudium et Spes*, produzido no Concílio Vaticano II (âmbito internacional), dos documentos finais das conferências do CELAM em Medellín e Puebla (âmbito continental) e seus impactos na formação das CEBs, pastorais sociais e Teologia da Libertação no Brasil. A importância das leituras sobre História Cultural evidenciou as disputas de poder entre as representações políticas no catolicismo e na sociedade brasileira envolta na Ditadura civil e militar. Destarte, a formação das escolas de fé e política seguem a esteira de estratégias das pastorais sociais para atuação nas realidades específicas, com destaque à ação política, sendo apresentadas algumas experiências de escolas de formação no norte do Brasil.

No capítulo 2, realizaram-se as ponderações iniciais sobre as entrevistas com agentes da Diocese de Macapá, realçando a marcação temporal a partir da década de 1980, exibiu-se o impulso ao campo das pastorais sociais nos bispados de Dom Luis Soares Vieira, Dom João Risatti e Dom Pedro José Conti. As atividades recentes destes grupos das pastorais sociais buscaram o campo político notadamente com mesas redondas entre candidatos (deputados estaduais e governo do estado do Amapá), nota pública, carta compromisso, carta aberta), candidaturas católicas (deputados estaduais e conselho tutelar). Constata-se que a tônica entre fé e política na Amazônia amapaense repercute com o suporte na formação política.

No capítulo 3, demonstrou-se o caminho da organização da escola de formação política no Amapá, neste intuito, destacaram-se as pastorais sociais e conselho de leigos/as com a promoção do curso de fé e política (2009 a 2011), curso de fé e cidadania (2018 a 2019) e Escola de fé e política Pe. Luis Carlini (2021). Desponta-se a estratégia de investimentos nestes grupos no bispado de Dom Pedro José Conti, a elaboração das linhas formativas e projetos dos cursos e da escola de fé e política, além das extremas dificuldades narradas nas entrevistas como a não-adesão dos padres e leigos/as aos cursos e oposição à Teologia da Libertação. Todavia, a Diocese de Macapá delegou oficialmente a estrutura de formação política às pastorais sociais.

Destarte, as nuances sobre os estudos sobre igreja e poder, especialmente a partir da constituição da escola de formação, levaram a características peculiares desta instituição na busca por “novas” formas de atuação no cenário social amapaense. Para tanto, sublinha-se a Escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini como influenciadora, formadora e reprodutora da ideologia da Igreja Católica no Amapá, apresentando uma organização própria e autônoma, lançando um perfil nas formações que adotaram as vertentes das tendências radicais e objetivando instigar seus agentes a participar da vida política e influenciar na sociedade. Abordar essa temática representou uma contribuição no âmbito dos estudos e da discussão entre igreja e poder na Amazônia amapaense.

FONTES

ENTREVISTAS

ALCANTARA, B. *Entrevista cedida a Kássio Leal Vilhena em 14 de maio de 2021*. Macapá, via *Google Meet*. (Com gravação em arquivo MP3).

BARBOSA, R. *Entrevista cedida a Kássio Leal Vilhena em 13 de maio de 2021*. Macapá, via *Google Meet*. (Com gravação em arquivo MP3).

CONTI, D. P. J. *Entrevista concedida a Kássio Leal Vilhena em 13 de maio de 2021*. Macapá, via *Google Meet* (Com gravação em arquivo MP3).

CRISTINA, C. *Entrevista cedida a Kássio Leal Vilhena em 11 de maio de 2021*. Macapá, via *Google Meet*. (Com gravação em arquivo MP3).

DA MAREN, A. *Entrevista cedida a Kássio Leal Vilhena em 17 de maio de 2021*. Macapá, via *Google Meet*. (Com gravação em arquivo MP3).

FILHO, O. *Entrevista cedida a Kássio Leal Vilhena em 12 de maio de 2021*. Macapá, via *Google Meet*. (Com gravação em arquivo MP3).

GALLAZZI, A. M. *Entrevista cedida a Kássio Leal Vilhena em 13 de maio de 2021*. Macapá, via *Google Meet*. (Com gravação em arquivo MP3).

GALLAZZI, S. *Entrevista cedida a Kássio Leal Vilhena em 13 de maio de 2021*. Macapá, via *Google Meet*. (Com gravação em arquivo MP3).

GOMES, R. *Entrevista cedida a Kássio Leal Vilhena em 17 de maio de 2021*. Macapá, via *Google Meet*. (Com gravação em arquivo MP3).

FIGURAS

BLOG Fé e Política. **Bispo Dom Pedro Conti e formandos do curso de Fé e Política**. 2011. Disponível em: <https://feepoliticamacapa.blogspot.com/2011/11/formandos-do-curso-fe-e-politica.html>. Acesso em: 15 mai. 2021.

CARLINI, L., apud FILHO, O.. **Logomarca da Escola de Fé e Política**. Disponível em: <http://www.diocesedemacapa.com.br/2021/07/28/diocese-de-macapa-abre-inscricoes-para-novo-curso-de-fe-e-politica/>. Acesso em 28 jul. 2021.

CEFEP, apud REIS, M. V. F. **Mapa da escola de Fé e Política no Brasil**. 2021.

DE DEUS, J. **Candidatos e apresentadores no debate ao governo do Estado do Amapá**. 2014. (Arquivo pessoal).

DIOCESE de Ji-Paraná. **Escola de fé e política**. 2021. Disponível em:
<http://www.diocesedejiparana.org.br/noticias-det.php?cod=3279>

DIOCESE de Macapá. **Folder do Curso de Formação de Fé e Política para Cristãos e Cristãs**. 2018. (Arquivo Institucional).

DIOCESE de Macapá. **Programação de um módulo do Curso de Fé e Cidadania**. 2019. (Arquivo Institucional).

ESCOLA de Fé e Política Pe. Luis Carlini. **Conteúdo programático**. 2021. (Arquivo institucional).

FILHO, Oscar. **Arte para divulgação do Curso de Fé e Cidadania**. 2021. (Arquivo pessoal).

FILHO, Oscar. **Folder da aula inaugural da escola de Fé e Política Pe. Luis Carlini**. 2021. Disponível em: <http://www.diocesedemacapa.com.br/2021/09/14/ao-vivo-acompanhe-agora-a-aula-inaugural-da-escola-de-fe-e-politica-pe-luis-carlini/> . Acesso em: 14 set. 2021.

FILHO, O. **Participantes do Curso de Fé e Cidadania**. 2019. (Arquivo pessoal).

GALVÃO, P. **Organizadores, candidatos e público da mesa redonda**. 2014. (Arquivo pessoal).

GAZETA do povo. **Santinho do candidato a governador – Cirilo Fernandes**. 2018. Disponível em:
<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/ap/governador/cirilo-fernandes/> . Acesso em: 20 mai. 2021.

GAZETA do povo. **Santinho do candidato a vereador – Professor Rodrigo**. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/guia-candidatos/macapa-ap/vereador/professor-rodrigo-18999/> . Acesso em: 20 maio.2021.

VILHENA, K. L. **Arte de divulgação ao debate do governo do Amapá**. 2014. (Arquivo Pessoal).

DOCUMENTOS ON-LINE

CONSELHO de Leigos de Leigas da Diocese de Macapá. **Carta aberta**. Macapá, 2015. (Arquivo Institucional).

DIOCESE DE Macapá. **ASSEMBLEIA DIOCESANA – DECISÕES TOMADAS**. Macapá, 2019. (Arquivo Institucional).

DIOCESE DE Macapá. **Conclusões e orientações da XXI Assembleia Diocesana**. Macapá, 2011. (Arquivo Institucional).

DIOCESE DE Macapá. **DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO PASTORAL DA DIOCESE DE MACAPÁ para 2017- 2019**. Macapá, 2016. (Arquivo Institucional).

DIOCESE DE Macapá. **ESBOÇO DO PLANO PASTORAL**. Macapá, 2007. (Arquivo Institucional).

DIOCESE DE Macapá. **Mesa redonda**. Macapá, 2014. (Arquivo Institucional).

IGREJA Católica do Amapá. **Nota pública**. Macapá, 2014. (Arquivo Institucional).

REDE *Gaudium Et Spes*. **Diálogo com os candidatos ao governo do estado do Amapá**. Macapá, 2014. (Arquivo Institucional).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V.; FERNANDES, T. M.; FERREIRA, M. M. (Orgs). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

ALBUQUERQUE, E. B. D. **Historiografia e Religião**. *Revista Nures*, nº 5, 2007. Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistanures>. Acesso em: 03 nov. 2020.

ALVES, A. A. As Escolas de Formação Fé e Política: abrindo caminhos para o evangelho no mundo da política. In: ALVES, A. A.; PINHEIRO, J. E. (Orgs). **Os Cristãos leigos no mundo da política à luz do Concílio Vaticano II**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. P. 110-129.

ALVES, A. A. Fé e Compromisso Cristão na América Latina (de Medellín a Aparecida). In: ALVES, A. A.; PINHEIRO, J. E.(Orgs). **Os Cristãos leigos no mundo da política à luz do Concílio Vaticano II**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. P. 61-75.

ALVES, A. A.. **Escolas de Formação Fé e Política: um estudo teológico a partir do Ensino Social da Igreja e da Teologia latino-americana**. 2010. Tese (Doutorado em Teologia) - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010.

ALVES, M. M. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANDRADE, P. F. C. Reflexões Teológicas sobre a relação Fé e Política. In: PINHEIRO, J. E. (Org). **Cristãos em ação na política**. São Paulo: Editora Santuário, 2006. P. 47-65.

AQUINO JUNIOR, F. Igreja e Política – Abordagem teológica à luz do Concílio Vaticano II. In: ALVES, A. A.; PINHEIRO, José Ernanne (Orgs). **Os Cristãos leigos no mundo da política à luz do Concílio Vaticano II**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. P. 15-38.

BACELLAR, C. Usos e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BARROS, J. D. A. **A Nova História Cultural** – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.22378871.2011v12n16p38/2958>. Acesso em 03 nov. 2020.

BEOZZO, J. O. **Pacto das catacumbas: por uma igreja servidora e pobre**. São Paulo: Paulinas, 2015.

BETTO, F. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOFF, L. **Igreja: carisma e poder**. Ensaios de Eclesiologia Militante. São Paulo: Ática, 1994.

BRITO, E. Z. C. **O campo historiográfico: entre o realismo e as representações**. Universitas FACE – História, Brasília, v. 1, n. 1, p. 9-24, 2003.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMPOS, R. C. R.. **A prática do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) à luz da metodologia de aproximação de culturas e inculturação de Paulo Suess**. 2010. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistêmica). Programa de pós-graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

COUTINHO, S. R. “O chão e o horizonte”: a Igreja e suas cartilhas políticas. In: ALVES, A. A.; PINHEIRO, J. E. (Orgs). **Os Cristãos leigos no mundo da política à luz do Concílio Vaticano II**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. P. 151-172.

CARMO, A. T.; REIS, M. V. F. **O CAMPO RELIGIOSO AMAPAENSE: Uma análise a partir do Censo do IBGE de 2000 e 2010**. Observatório da religião. E-ISSN 2358-6087. Volume 2, no. 02, Jun.-Dez. 2015, p. 175-197.

CARVALHO, J. P.; REIS, M. V. F. **A igreja católica na Amazônia: diversidade religiosa e intolerância**. Observatório da religião, vol. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/Religiao/article/view/1139/709>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CAVA, R. D. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: MAINWARING, S.; KRISCHKE, P. (Orgs). **A Igreja nas bases no tempo de transição (194-1985)**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

CHARTIER, R. **A História Cultural – entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.

CONCÍLIO Vaticano II. **Gaudium et Spes – Constituição pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje**. São Paulo: Paulinas, 1974.

CONSELHO Episcopal Latino-americano. **Conclusões da Conferência Episcopal de Puebla – texto oficial**. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. São Paulo: Paulinas, 1979.

CONSELHO Episcopal Latino-americano. **Conclusões da Conferência de Medellín – 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?** São Paulo: Paulinas, 2010.

DINIZ, C. R.; SILVA, I. B. **Metodologia Científica**. Campina Grande, Natal: UEPB/UFRN, 2008.

DACOREGIO, Elisete Gesser Della Giustina; ROSA, Marcio Martins; FAVARIN, Roque Ademir. **Mística e espiritualidade das pastorais sociais**. Revista Encontros Teológicos. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/download/1006/662>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

ESTEVEZ, A. L. M. **Projetos Católicos e Movimentos Sociais: A Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda (1966-2010)**. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2013.

FERNANDES, S. S.. **Lux in arcana (A luz no segredo): a essência da Ação Católica Brasileira (ACB) e a conformação de seus arquivos**. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

GALLAZZI, Sandro. **Leitura Militante da Bíblia**. Rio Grande do Sul: Instituto Cultural Padre Josino, 2018.

GOHN, M. G.. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigma clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. *Revista Brasileira de Educação*. V. 16, n. 47, mai-ago/2011, Rio de Janeiro.

GUTIÉRREZ, G. **Teologia da Libertação – Perspectivas**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

IBGE. **Recenseamento geral de 1980**. IBGE: Rio de Janeiro, 1982.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1990.

LESBAUPIN, I. ; PINHEIRO, J. E. (Orgs). **DEMOCRACIA, IGREJA E CIDADANIA: Desafios atuais**. São Paulo: Paulinas, 2010.

LIBANIO, J. B. **Teologia em revisão crítica**. *Revista Horizonte*. V. 11, n. 32, p. 1328-1356, out./dez. 2013, Belo Horizonte – ISSN 2175-5841.

LOBATO, S. D. S. **A cidade dos trabalhadores: Insegurança Estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. 2013. Tese (Doutorado em História) - FFLCH-USP. São Paulo, 2013.

LONDOÑO, F. T. **História das Religiões: breve panorama histórico e situação atual no Brasil**. *Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura* - Ano X, n. 47, 2013, São Paulo - ISSN 1809-2888.

LOWY, M. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, A. H. **Os católicos oPTaram?:** os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande São Paulo (1978-1982). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MATOS, J. S. **Tendências e debates:** da Escola dos Annales à História Nova. História, Rio Grande, 2010.

NASCIMENTO, L. A. S. V. **A ATUAÇÃO DOS AGENTES DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA PARA IMPULSIONAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À REDUÇÃO DO TRABALHADOR RURAL À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Londrina, Londrina, 2016.

OLIVEIRA, P. R. (Org). **Opção pelos pobres no século XXI.** São Paulo: Paulinas, 2011.

OLIVEIRA, P. R. **Comunidades Eclesiais de Base:** nova forma de atuação política na Igreja. In: ALVES, A. A.; PINHEIRO, J. E. (Orgs). Os Cristãos leigos no mundo da política à luz do Concílio Vaticano II. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. P. 95-109.

ORO, A. P. **A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros.** *Revista brasileira de ciências sociais.* Vol. 18, nº. 53, 2003, São Paulo.

PEREIRA, M. S.; SILVEIRA, D. O. A Igreja Católica no Brasil em debate: da escola metódica à produção dos brasilianistas. In: PY, F.; REIS, M. V. F.; SILVEIRA, D. O. (Orgs). **Expressões religiosas de um mundo plural:** estudos contemporâneos. São Paulo: Fonte Editorial, 2018.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica: 2012.

PIMENTEL, W. S. **A IGREJA DOS POBRES: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DAS CEBS NO AMAPÁ (1966-1983).** 2015. Monografia apresentada ao Programa de Especialização em História e Historiografia da Amazônia da Universidade Federal do Amapá: Macapá, 2015.

PINHEIRO, J. E. (Org). **Cristãos em ação na política.** São Paulo: Editora Santuário, 2006.

PINHEIRO, J. E.(Org). **Resgatar a dignidade da política.** São Paulo: Paulinas, 2006.

QUEIROZ, A. **Revolução e Paraíso:** Conflito de Ideias na Igreja Latino-Americana (1968-1979). Paraná: Edunilar, 2021.

REIS, M. V. F.; PY, F.; PIMENTEL, W. **A Igreja dos pobres no Amapá (1966-1983).** *Revista Brasileira de História das Religiões.* ANPUH, Ano XIV, n.42, Janeiro/Abril de 2022- ISSN 1983-2850. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/55883>. Acesso em: 31 de janeiro de 2022.

REIS, M. V. F. **Política e religião:** a participa o política dos católicos carismáticos no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2016.

ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra o Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

SANTOS, D. C. **O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação 1964-1974**. 2001. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SANTOS, I. M. F. **LUTA E PERSPECTIVAS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: O caso da Comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SEGNORELLI, C. F. “Os leigos são a Igreja no coração do mundo” a partir do Vaticano II. In: ALVES, A. A.; PINHEIRO, J. E. (Orgs). **Os Cristãos leigos no mundo da política à luz do Concílio Vaticano II**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. P. 39-57.

SIQUEIRA, N. V. **A IGREJA CATÓLICA E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DURANTE O PERÍODO DO ESTADO DE EXCEÇÃO NO REGIME MILITAR**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2019.

SOFIATI, F. M. **JOVENS EM MOVIMENTO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE DO BRASIL**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlo, São Carlos, 2004.

SOFIATI, F. M.. **TENDÊNCIAS CATÓLICAS: PERSPECTIVAS DO CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO**. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, n 26, p. 121-140, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1320>. Acesso em: 20. mai 2021.

TOURTIER-BONAZZI, C. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Orgs). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANEXOS

Anexo I – Projeto do Curso de fé e política (2009-2011)

DOMINGO, 13 DE JUNHO DE 2010

Curso de Fé Política

Curso de Formação Política

Curso de Formação Política para os cristãos leigos e leigas

JUSTIFICATIVA

O Brasil vive um momento de transformações aceleradas. Os cristãos são chamados a exercer sua missão de protagonistas nesse mundo complexo da globalização excludente.

OBJETIVO GERAL

Formar cristãos, leigos e leigas, para a missão política, favorecendo-lhes a aquisição de competência e habilitação para agir no complexo campo da Política, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, à luz do Ensino Social da Igreja e das Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Contribuir com a formação de lideranças cristãs para as funções públicas, eletivas ou não, no campo da Política e das organizações comunitárias;
2. Aprimorar a prática política dos cristãos no exercício da cidadania e do bem comum;
3. Investir na formação do sujeito evangelizador para torná-lo apto a influenciar na construção de uma nova cultura política.

DESTINATÁRIOS

1. Lideranças das nossas comunidades, pastorais sociais, movimentos e organismos eclesiais;
2. Pessoas com responsabilidades em organizações e movimentos sociais;
3. Pessoas que já assumem ou pretendem assumir cargos em instâncias partidárias.

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

1. Identidade cristã de vivência e participação;
2. Disponibilidade de tempo: compromisso de participar das etapas previstas e realizar todos os trabalhos solicitados;
3. Conclusão do ensino médio (exceções serão analisadas);
4. Militância política: sindical, popular, partidária, conselhos municipais paritários e outras áreas;
5. Compromisso de ser um agente multiplicador através da entidade que o apresentou para o curso.

METODOLOGIA

O processo metodológico contempla:

1. A formação política dos cristãos nas múltiplas dimensões, relacionadas entre si - ética, espiritual e intelectual, respeitando o pluralismo político, a partir da opção pelos pobres, em comunhão com as Diretrizes da Igreja no Brasil;
2. O participante do cursista como sujeito do processo de formação e da construção do saber em todos os níveis. Neste sentido, o CEFEP privilegiará a construção coletiva, articulando as diferentes ciências e saberes com a prática dos participantes.
3. A leitura da realidade sócio-histórica dos cursistas, contribuindo com a construção de uma espiritualidade na ação;
4. A busca de uma pedagogia libertadora: através de técnicas e instrumentos vivenciados na educação popular e nos grupos da Igreja.

Certificados: de extensão universitária e de especialização

FONTE: <http://www.cefep.org.br/curso>

Anexo II – Projeto do Curso de fé e cidadania (2018-2019)

Curso de Fé e Cidadania – Diocese de Macapá

Plano de Curso

Objetivo:

O Curso de Fé e Cidadania é uma iniciativa da Diocese de Macapá que visa a Formação Política dos cristãos leigos e leigas. Tem como objetivo provocar uma reflexão, com base na Doutrina Social da Igreja e nos valores evangélicos, a fim de preparar para a vivência e o fortalecimento dos valores democráticos, para a cultura da paz, o cultivo do diálogo, a vivência da fé enraizada na vida.

Público:

Pessoas que estejam inseridas nas comunidades eclesiais, pastorais sociais, movimentos e organismos da Igreja.

Critério:

O Curso visa à formação que possibilite a aquisição de conhecimentos e habilidades para a atuação no meio social e eclesial. É pretendido que o concluinte detenha conhecimentos humanísticos práticos e teóricos que lhe permitam atuar de maneira assertiva, analisando cenários e, sobretudo, propondo soluções para demandas do meio em que atua. Para tanto, seu ingresso no Curso requer a presença dos critérios:

Estar cursando, no mínimo, o Ensino Médio;

Ter identidade cristã de vivência e participação;

Ter disposição de buscar o conhecimento através da vivência pessoal e grupal

Ter Compromisso de participar plenamente das etapas previstas pelo Curso;

Ter Compromisso de ser agente multiplicador;

Apresentar Carta de indicação da entidade eclesial que o envia.

Conhecimento e acesso à internet.

Elementos Organizativos

A organização curricular é composta por componentes curriculares distribuídos em: Ampliação do Potencial Humano, Sociedade e Política e Igreja, o que propicia a introdução dos conhecimentos ao longo de todo o curso, sendo constituída da seguinte forma:

180 (cento e oitenta) horas, sendo 48 (quarenta e oito) horas na modalidade presencial; 33 (trinta e três) horas na modalidade de Educação à Distância (EaD), 60 (sessenta) horas de Atividades Complementares, 19 (dezenove) horas destinadas à Avaliação e 20 (vinte) horas de Projeto Integrador.

O curso não oferece a formação de maneira parcial, devendo assim, o participante cursar os 04 (quatro) módulos para a obtenção do certificado.

Local da parte Presencial:

Centro Diocesano de Pastoral e Cultura Dom José Maritano

Av. Pe. Manoel da Nóbrega, 1000. CEP: 68908-160, Macapá-AP

Vagas:

40 Participantes por turma

Justificativa:

A formação para a Cidadania é um processo que se estende ao longo da vida, seja no meio próximo do indivíduo, por meio das relações interpessoais, escolhas do que é certo ou errado, justiça, e desenvolve-se quando se expandem os horizontes de vida, desde que estimulado.

Por mais que exista a preocupação com formação para cidadania no sistema de ensino, com espaço no Currículo, tanto como disciplina, como de forma transversal, isto constitui-se uma prioridade retórica. A formação cidadã não provoca impacto relevante no cotidiano das escolas e dos alunos, seu ensino não reverbera na sociedade.

Há uma débil cultura política, uma falta de interesse em conhecer como se deu a constituição histórica da cidadania no país, como se deu a conquista dos direitos civis, políticos e sociais. Em decorrência desta débil cultura de formação para cidadania tem-se a fragilidade dos valores democráticos e a frágil disposição para defendê-los.

Os estudantes não entendem o que leem. Existe no Brasil um alto índice de analfabetismo funcional no Ensino Fundamental. O indivíduo considerado analfabeto funcional é aquele que mesmo sabendo ler e escrever, não entende o que está lendo. Mesmo dominando a leitura e a escrita, não possui as habilidades de leitura, escrita e cálculo necessárias para viabilizar seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Poucas instituições no Brasil fazem frente aos ditames das forças hegemônicas como a Igreja Católica. Foi a Igreja, especialmente por meio das Pastorais Sociais e Organismos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que organizou e influenciou as práticas, as ideias e os objetivos da sociedade civil brasileira, na luta pelo processo de redemocratização do País e influenciou a participação cidadã de modo geral.

O cristianismo conta com 2,3 bilhões de fiéis que vivenciam sua fé de maneiras distintas. O Catolicismo idem.

A Igreja Católica no Brasil desenvolve processos de formação na área de participação cidadã, em âmbito nacional, regional ou diocesano, de grande relevância para a formação de lideranças para atuação na Igreja e na sociedade. Estes processos formativos têm diversas denominações, como Escola Diocesana de Educação Política, Curso de Formação Cristã para a Cidadania, Escola de Fé e Política, Escola Cristã de Educação Política, Escola Cristã de Formação: Ética, Política e Cidadania, Centro Diocesano de Formação Social e Política, Escola de Política e Cidadania, dentre outras.

Estes processos de formação para cidadania são alicerçados no Ensino Social da Igreja, ou Doutrina Social da Igreja Católica.

Independente da nomenclatura, as experiências de formação para cidadania têm como objetivo orientar e formar agentes e lideranças para que se empenhem conscientemente na ação política e sócio transformadora, a partir de princípios éticos e evangélicos; capacitar agentes de pastoral e militantes políticos e de movimentos sociais à atuação na política, proporcionando-lhes instrumentos de análise de conjuntura e conscientização conceitual sobre partidos políticos, movimentos sociais e estratégias participativas na política; capacitar lideranças, leigos e leigas, tendo como referência a Doutrina Social da Igreja, para participar nas decisões que fortaleçam o exercício da cidadania e a melhoria das condições de vida da comunidade.

Estas experiências têm conteúdo teológico pastoral, contemplando a Doutrina Social da Igreja, com seus princípios éticos da solidariedade e temas relacionados à cidadania, ética e administração pública.

O processo formativo pode provocar no indivíduo a reflexão sobre seu modo de vida, levando-o a construir formas diferentes de ver o mundo, entender a conjuntura e, como consequência, impulsionar a agir, desafiando-o a ser um agente transformador no meio em que está inserido.

O Curso de Fé e Cidadania da Diocese de Macapá quer possibilitar alternativas de construção de uma sociedade mais democrática e solidária.

Metodologia:

A experiência do Curso de Fé e Cidadania da Diocese de Macapá insere-se na categoria de Curso de Aperfeiçoamento e como tal visa a ampliação de conhecimento em matéria específica. Conjuga momentos de teoria e prática, através de Dinâmicas Grupais, Trabalhos em grupo, Exposições dialogadas e debates, uso de textos reflexivos e técnicas ativas de ensino, para aprender e apreender e como forma de propiciar ao participante um referencial do seu modo de pensar a sua vida, sua fé e sua atuação.

Para o pleno desenvolvimento dos conteúdos adota-se procedimentos metodológicos que possibilitem a integração entre teoria e prática constituindo uma unidade em que a aprendizagem dos saberes e dos fazeres configure como uma coisa só, sendo alcançado através de procedimentos diversos, dinâmicos e significativos, baseados nos princípios da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, dando sentido ao aprendizado.

Para auxiliar o participante no processo ensino-aprendizagem faz-se a adoção das seguintes estratégias pedagógicas:

- Organização de um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida;
- Considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade de cada indivíduo;

- Utilização de recursos didático/tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
- Aulas interativas, por meio do desenvolvimento com debates, atividades em grupo, etc.

Através das Atividades Complementares

O participante terá a oportunidade de aplicar as competências previamente adquiridas, obter e aperfeiçoar novas competências através de metodologias que lhe apresentem problemas a serem solucionados.

Configurar-se-á como um procedimento didático-pedagógico que contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática e será desenvolvida no decorrer do curso.

Educação a Distância EaD

O Material Didático, tanto impresso, como em outras mídias será composto por apostilas, com conteúdo e formatação específicos para linguagem EaD, de forma a relacionar teoria e prática. A linguagem e o projeto gráfico deverão ser concebidos para atrair e motivar os participantes na utilização de diferentes mídias interagindo numa sequência didática dos módulos.

Projeto Integrador

O projeto deverá ser acompanhado por um Assessor escolhido pelo participante. O número máximo de participantes por projeto proposto deverá ser de 04 (quatro) pessoas.

A experiência do desenvolvimento do Projeto Integrador deverá gerar um documento final escrito e deverá conter introdução, objetivos, justificativa, metodologia e cronograma de execução.

O acompanhamento da execução será feito por um Assessor escolhido pelo participante.

Conteúdo Programático:

Módulo I: Ampliação do Potencial Humano	CH
Autoconhecimento e o desenvolvimento humano (Liderança, Empreendedorismo, Gestão do Tempo);	8
Comunicação;	10
A promoção da resiliência (Orientação para elaboração do projeto de vida a partir das múltiplas dimensões humanas, Felicidade, Mudança e quebra de paradigma);	13
O Método Ver, Julgar, Agir, Rever e Celebrar;	4
Relações Interpessoais (feed bac, a Metodologia de Revisão de Vida e Revisão de Prática, Trabalho em Equipe).	6
Postura do Sujeito Frente a Realidade (Os 5 Sentidos, Dialética Possível-Impossível)	9
Módulo II: Sociedade e Política	
História da Humanidade – Enfoque social, econômico, política e cultural Justiça Social;	8
A Sociedade de Consumo;	9
A Construção histórica da Cidadania no Brasil (Democracia, Legislação Eleitoral do Brasil, Direitos Humanos);	6
Altruísmo e Voluntariado;	9
Controle Social (Participação, Monitoramento de Políticas Públicas);	9
Doutrina Política: Liberalismo, Socialismo, Social-Democracia;	6
Módulo III: Igreja	

Doutrina Social da Igreja;	15
Concílio Vaticano II (Conferência de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida como atualização do Concílio na fidelidade à abertura);	6
A Igreja Católica Apostólica Romana na América latina - movimentos religiosos: identidade e contribuição para a vida (O Catolicismo Tradicionalista, A Igreja Católica Progressista, A Renovação Carismática Católica);	6
Igreja e Sociedade Contemporânea (Questão ecológica - Amazônia, Questões de gênero, Povos indígenas, Afrodescendentes);	5
A contribuição da Igreja na construção da Cidadania e conquista dos direitos humanos no Brasil;	5
<i>LAUDATO SI: A Carta encíclica do Papa Francisco sobre o cuidado da Casa Comum;</i>	17
Espiritualidade do Seguimento de Jesus Cristo.	5
Projeto Integrador	20

Critério de Avaliação

A avaliação é entendida em sua função diagnóstica, que proporciona informações acerca das capacidades dos participantes de apreensão dos conhecimentos e sua função formativa, que permite constatar se os participantes atingiram os objetivos pretendidos. A avaliação leva a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades que o aprendizado proporciona. Neste sentido, os aspectos qualitativos preponderam sobre os quantitativos.

Os instrumentos de avaliação proporcionam a verificação do aprendizado do participante, dando, além disso os subsídios ao trabalho dos Assessores, contribuindo para a melhoria do processo de ensino.

Dessa forma, considera-se como critérios de avaliação da aprendizagem, o domínio dos conhecimentos mediados em sala de aula pelos Assessores, a participação no processo de construção do conhecimento; o comprometimento, a responsabilidade e o interesse do participante no processo de construção do conhecimento.

O desempenho do participante será expresso por uma nota, na escala de 0 (zero) a 10 (dez). O participante precisará obter a média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete) e Frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária.

Serão considerados instrumentos de avaliação parcial, entre outros, os trabalhos teórico-práticos produzidos e/ou aplicados individualmente ou em grupos, como projetos, relatórios, seminários, exercícios entre outros que permitam validar o desempenho obtido no processo ensino aprendizagem.

Turma A:

ATIVIDADES	Mês (2018)			
	Março	Abril	Maio	Junho
Modulo 1	17 e 18			
Modulo 2		14 e 15		
Modulo 3			12 e 13	
Modulo 4				9 e 10

Turma B:

ATIVIDADES	Mês (2018)			
	Março	Abril	Maio	Junho
Modulo 1	31/03 01/04			

Modulo 2		28 e 29		
Modulo 3			26 e 27	
Modulo 4				23 e 24

Certificação

O participante receberá o Certificado de Curso de Aperfeiçoamento desde que tenha cursado os 4 (quatro) módulos presenciais com aprovação e frequência mínima; tenha desenvolvido as Atividades Complementares e atividades da Modalidade de Educação a Distância – EaD, Tenha obtido aproveitamento satisfatório na Avaliação e tenha elaborado e executado o Projeto Integrador, totalizando no mínimo 180 horas.

A certificação na modalidade de Aperfeiçoamento é válida para fins curriculares, avaliações de progressões funcionais, seleções para prova de títulos de mestrados e doutorados, concursos públicos, créditos de carga horária ou extensão em universidades, dentre outros.

Plano de Comunicação

O objetivo da Plano de Comunicação é contribuir para o envolvimento dos participantes

A meta é que as 27 paróquias tenham tomado conhecimento da Realização do Curso e que desperte o interesse para participar.

As ações de comunicação terão caráter informativo (para fazer conhecer o Curso) e formativo (para introduzir a temática da importância da formação cristã para cidadania nas pautas das paróquias, movimentos e organismos).

A divulgação utilizando os meios de comunicação massiva será realizada através dos serviços especializados que a Diocese tem acesso.

A equipe organizadora elaborará um briefing, com todas as informações e orientações necessárias para desenvolver a divulgação do Curso, seguindo os critérios:

- A qualidade da informação é mais importante que a quantidade. Manter simplicidade;
- Praticar flexibilidade, juntar os atores e estimular criatividade;
- A peça de comunicação deve ter simplicidade, clareza, relevância e credibilidade;

Os meios a serem utilizados serão:

- Meios de Comunicação Massiva: jornal, rádio, televisão,
- Palestras, Comunicação nos encontros que ocorrem nas paróquias, etc
- Cartazes, panfletos, pôster, etc,
- Camisas alusivas ao Curso, para serem utilizadas pela equipe envolvida na organização, durante as palestras e comunicação;
- Camisas alusivas ao Curso, para serem utilizadas pelos Assessores;
- Painéis, banners para serem colocados nos locais da Palestra e no local de realização do Curso;

Cronograma de Divulgação

ATIVIDADES	Mês		
	Dezembro	Janeiro	Fevereiro

Produção dos cartazes, painéis, panfletos, banners, camisas	x		
Palestras, encontros		x	x
Televisão			x
Jornal			x
Rádio			x

Anexo III – Projeto para Expansão do Curso de Fé e Cidadania



Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Fundo Nacional de Solidariedade

Projeto Nº: 171/2019 - Expansão do Curso de Fé e Cidadania

PERÍODO DE EXECUÇÃO

Data de início previsto: 14/09/2019

Data do término previsto: 21/12/2019

Campanha da Fraternidade 2019

1ª Reunião

Regional da CNBB: Regional Norte 2 (Pará e Amapá)

Arq/Diocese: Diocese de Macapá (Amapá)

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

Instituição: Cáritas Diocesana de Macapá

CNPJ: 11.452.602/0001-04

Responsável pela entidade: Sebastião da Silva Vilhena

CPF do/a responsável pela entidade: 083.884.902-49

Responsável pelo Projeto: Maria Veramoni Coutinho

Endereço: Av. Mãe Luzia, 1629

Bairro: Jesus de Nazaré

Cidade/UF: Macapa / AP

CEP: 68.908-122

Telefone: (96) 9812-05110

E-mails: ssvilhena@bol.com.br

NATUREZA DA INSTITUIÇÃO

Arq/Diocese

DESCRIÇÃO DA ENTIDADE

A Cáritas Diocesana articula o trabalho da caridade nas paróquias da Diocese de Macapá e em outras instituições filiadas, visando realizar um trabalho integrado e coordenado referente a orientação e a cooperação técnica através de assessoria e treinamentos monitoramento e avaliação. Na Diocese de Macapá, a Cáritas está organizada na Paróquia N. Sra. do Rosário (Cáritas Rosário), na Paróquia N. Sra. de Nazaré (Cáritas Nazaré), na Paróquia Nossa Senhora da Assunção (Cáritas Mazagão), e na Paróquia Jesus de Nazaré (Cáritas Jesus de Nazaré). Considerando o alinhamento existente entre as atividades da Cáritas e atividades desenvolvidas por entidades da Sociedade Civil Organizada, a Cáritas estabelece Acordo de Cooperação com as seguintes entidades: Associação de Moradores da Comunidade Divina Misericórdia, (ADIMI), Associação de Educação e Cidadania, (Educ) e com a Associação da Escola Família Agroextrativista do Maracá (AEFAEXMA).

ABRANGÊNCIA DO PROJETO

Projetos Sociais de âmbito Arq/Diocesano

CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA

EIXO 1: Formação e capacitação

TIPO DE PROJETO

Urbano/Rural

POPULAÇÃO DIRETAMENTE BENEFICIADA

Agentes capacitadores

APRESENTAÇÃO SINTÉTICA DO PROJETO

O Curso de Fé e Cidadania visa à formação que possibilite a aquisição de conhecimentos e habilidades para a atuação no meio social e eclesial. É pretendido que o concluinte detenha conhecimentos humanísticos práticos e teóricos que lhe permitam atuar de maneira assertiva, analisando cenários e, sobretudo, propondo soluções para demandas do meio em que atua. O Curso foi realizado em Macapá, e este Projeto visa a ampliação para dez Paróquias, aumentando o seu poder de alcance, chegando aos locais mais longínquos da Amazônia.

JUSTIFICATIVA

Processos de formação para cidadania são alicerçados no Ensino Social da Igreja, ou Doutrina Social da Igreja Católica. Independente da nomenclatura, as experiências de formação para cidadania têm como objetivo orientar e formar agentes e lideranças para que se empenhem conscientemente na ação política e sócio transformadora, a partir de princípios éticos e evangélicos; capacitar agentes de pastoral e militantes políticos e de movimentos sociais à atuação na política, proporcionando-lhes instrumentos de análise de conjuntura e conscientização conceitual sobre partidos políticos,

movimentos sociais e estratégias participativas na política; capacitar lideranças, leigos e leigas, tendo como referência a Doutrina Social da Igreja, para participar nas decisões que fortaleçam o exercício da cidadania e a melhoria das condições de vida da comunidade.

OBJETIVOS

Geral: Ampliar o Curso de Fé e Cidadania, que é uma iniciativa da Diocese de Macapá que visa a Formação Política dos cristãos leigos e leigas. Tem como objetivo provocar uma reflexão, com base na Doutrina Social da Igreja e nos valores cristãos, a fim de preparar para a vivência e o fortalecimento dos valores democráticos, para a cultura da paz, o cultivo do diálogo, a vivência da fé enraizada na vida.

Específicos: Organizar dez turmas do Curso em parceria com as Paróquias, visando a formação de multiplicadores; Fortalecer as ações pastorais dentro da comunidade; Promover a integração social das paróquias da diocese de Macapá; Melhorar a participação do leigos em movimentos sociais.

GRUPOS A SEREM BENEFICIADOS

Homens: 240

Mulheres: 260

Crianças: 0

Adolescentes: 0

Jovens: 370

METAS

O curso esta dividido em quatro módulos sempre nos finais de semana e terá a duração de quatro meses, na seguinte sequência. I módulo - Ampliação do Potencial Humano II módulo - Sociedade e Política III módulo - Igreja IV módulo - Igreja em saída (Doutrina Social da Igreja, Controle Social)

RESULTADOS

A formação de multiplicadores que possam atuar em suas comunidades organizando juntamente com as paróquias eventos voltados para ações de cidadania. Motivar a participação da comunidade em ações de defesa dos direitos coletivos levando ao desenvolvimento de políticas públicas que possam transformar seu meio social.

METODOLOGIA

A experiência do Curso de Fé e Cidadania da Diocese de Macapá insere-se na categoria de Curso de Aperfeiçoamento e como tal visa a ampliação de conhecimento em matéria específica. Conjuga momentos de teoria e prática, através de Dinâmicas Grupais, Trabalhos em grupo, Exposições dialogadas e debates, uso de textos reflexivos e técnicas ativas de ensino, para aprender como forma de propiciar ao participante um referencial do seu modo de pensar a sua vida, sua fé e sua atuação. Este projeto realizará os Cursos nos espaços físicos das Paróquias dos Vicariatos da Diocese, no meio urbano e rural.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

O projeto será executado e acompanhado pelo Conselho Diocesano de Leigos juntamente com as paróquias envolvidas, faremos a seleção dos assessores e a seleção dos inscritos para o curso, teremos reuniões de avaliação no final de cada módulo para fazer as devidas adequações. O conselho ouvirá também os participantes usando as informações repassadas por eles para aperfeiçoar o curso.

RESULTADOS

Para auxiliar o participante no processo ensino-aprendizagem faz-se a adoção das seguintes estratégias pedagógicas: • Organização de um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida; • Considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade de cada indivíduo; • Utilização de recursos didático/tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas; • Aulas interativas, por meio do desenvolvimento com debates, atividades em grupo, etc.

AVALIAÇÃO

A avaliação é entendida em sua função diagnóstica, que proporciona informações acerca das capacidades dos participantes de apreensão dos conhecimentos e sua função formativa, que permite constatar se os participantes atingiram os objetivos pretendidos. A avaliação leva a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades que o aprendizado proporciona. Neste sentido, os aspectos qualitativos preponderam sobre os quantitativos.

CONTINUIDADE

Plano de Comunicação: O objetivo da Plano de Comunicação é contribuir para o envolvimento dos participantes em ações que mobilizem a realização de outros cursos. A meta é que as 27 paróquias tenham tomado conhecimento da Realização do Curso e que desperte o interesse para participar. As ações de comunicação terão caráter informativo (para fazer conhecer o Curso) e formativo utilizando os meios de comunicação massiva que será realizada através dos serviços especializados que a Diocese tem acesso. Acompanhamento e apoio das paróquias para realização de atividades coordenadas pelos participantes do Curso de fé e cidadania. Organizar um documento que sirva de base para a organização de ações voltadas a cidadania. Motivar os ex-alunos do curso estar sempre presentes nos movimentos sociais levando a doutrina social da igreja.

DEVOLUÇÃO SOLIDÁRIA

A formação de dez turmas com quarenta agentes multiplicadores irá colaborar de forma positiva para a formação de centenas de pessoas em nossas paróquias e comunidades, ampliando com isso nossa participação em conselhos, partidos políticos, associações, sindicatos e cooperativas, teremos também pessoas capazes contribuir com ideias para o desenvolvimento de políticas públicas.

ATIVIDADES

Material Didático, Alimentação, Hospedagem e Assessoria

Compra de máquinas, equipamentos, construção

14/09/2019 a 21/12/2019

Despesa	UN	Qtd	Valor Unitário	Total	Contrapartida FDS	Outras Fontes	SOLICITADO AO FNS
Apostilas	Unidade	50	9,00 €	450,00 €	0,00 €	0,00 €	450,00 €
camisas	Unidade	50	15,00 €	750,00 €	0,00 €	0,00 €	750,00 €
Banner	Unidade	2	130,00 €	260,00 €	0,00 €	0,00 €	260,00 €
				1 460,00 €	0,00 €	0,00 €	1 460,00 €

Assessoria do curso

Formação/capacitação

14/09/2019 a 21/12/2019

Despesa	Especific.	Qtd	Valor Unitário	Total	Contrapartida FDS	Outras Fontes	SOLICITADO AO FNS
Assessoria	hora/aula	240	25,00 €	6 000,00 €	0,00 €	0,00 €	6 000,00 €
Auxiliar da assessoria	hora/aula	240	20,00 €	4 800,00 €	0,00 €	0,00 €	4 800,00 €
				10 800,00 €	0,00 €	0,00 €	10 800,00 €

DETALHAMENTO DAS DESPESAS

ATIVIDADE	VALORES
Material Didático, Alimentação, Hospedagem e Assessoria	1 460,00 €
Assessoria do curso	10 800,00 €
Contrapartida FDS	0,00 €
Contrapartida Outras Fontes	0,00 €
TOTAL SOLICITADO AO FNS	12 260,00 €
TOTAL GERAL DO PROJETO	12 260,00 €

Anexo IV – ESBOÇO DO PLANO DE PASTORAL

ESBOÇO PLANO DE PASTORAL

Situando o Plano

A Diocese como um todo se debruçou durante vários meses sobre a nossa realidade Eclesial, seu ser, sua missão no contexto desafiador da atualidade.

Refletimos com estudos, análise da realidade eclesial e social, propostas e sugestões de caminhos.

Durante a Assembléia Diocesana conhecemos um pouco mais a nossa Realidade e procuramos identificar luzes ou metas a serem perseguidas, caminhos a serem trilhados por todos, e passos concretos a serem dados.

O nosso Bispo nos lembrou que isso é a continuação de uma caminhada, não esgota tudo, mas é passo para juntarmos forças e sermos fieis ao Deus da vida, à pessoa e a realidade.

ALGUNS ASPECTOS DA NOSSA REALIDADE

Segundo alguns dados do IBGE

Para nós olhar a realidade é, olha-la com os olhos de Jesus o Bom pastor que disse ter vindo "para que todos tenham vida e a tenham em abundancia". Olhamos a realidade como lugar onde somos chamados/as a dar continuidade à missão de Jesus: é aqui que queremos caminhar unidos, na comunhão, participação e missão;

Queremos ser uma igreja preparada à altura dos tempos.

Uma Igreja que se renova sempre quando celebra a Páscoa de Jesus e a nossa; uma Igreja comprometida com os pobres na caridade transformadora; uma Igreja viva, fiel, animada e animadora, uma Igreja profética a serviço do Reino que já está entre nós e que cresce!

Durante a Assembléia refletimos sobre: Igreja de Comunhão, participação, missão; Igreja que vive da palavra, da liturgia, da caridade.



PARA UMA IGREJA DE COMUNHÃO APONTAMOS:

METAS

1. Buscar na Palavra de Deus e no Magistério da Igreja as luzes para a unidade e a comunhão, assumindo de comum acordo as Diretrizes da Igreja Diocesana.
2. Viver a comunhão, unidos na oração e na ação em solidariedade com os oprimidos e perseguidos, fortalecendo a nossa espiritualidade, respeitando e aceitando as diversidades entre nós.
3. Aprofundar a eclesiologia de comunhão do Concílio Vaticano II.
4. Promover a espiritualidade de comunhão, na fidelidade ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo e aos pobres de Deus, como centro da vida eclesial e norteados pelos critérios de eclesialidade da Christífideles Laici. (Documento sobre a vida e a missão dos Leigos).
5. Vivenciar a Eucaristia fonte e ápice da vida da Igreja.

CAMINHOS

1. Buscar mais sintonia entre bispo, padres, diáconos, religiosos/as e leigos/as.
2. Valorizar e potencializar os espaços locais de comunhão (diocese, vicariato, paróquia, comunidade) para trocar experiências, espiritualidades e projetos entre todos.
3. Estabelecer estratégias para encontrar e fortalecer meios de divulgação dos acontecimentos e das orientações da vida eclesial.
4. Orientar para a comunhão toda formação, em todos os níveis e em todos os lugares.
5. Trabalhar para que todas as comunidades se tornem "escolas de comunhão", numa conversão cotidiana que se efetiva no encontro com o Senhor Ressuscitado, superando as divisões, as disputas, o ciúme e a sede de poder.
6. Visitas Pastorais do Bispo em todas as paróquias.
7. Unidade da prática pastoral, sobretudo nos sacramentos.

IGREJA, CASA E ESCOLA DE COMUNHÃO!

"Pai que todos sejam UM...a fim de que o mundo creia..."(Jo 17,21).

Na Sagrada Escritura são incontáveis os trechos que falam da Igreja, ser de comunhão:

- * Vós sois o Corpo de Cristo na variedade dos membros (1ª Cor.12,12).
- * "Vós sois a raça eleita, a nação santa, o povo de sua propriedade particular..., agora sois povo de Deus, pois alcançastes misericórdia... (1ª Pd. 2, 9-10)
- * "...a multidão dos fieis era um só coração e uma só alma..." At. 4,32
- * "...há um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só Deus que é Pai de todos, que é sobre todos, por meio de todos e em todos" (Ef. 4,59)

As Diretrizes da Ação Pastoral e Evangelizadora da CNBB (doc 71) no Nº 120, afirmam: "Deus, modelo de comunhão na Trindade, não anula as pessoas, mas as plenifica no amor. Ser imagem e semelhança de Deus é trazer no coração um enorme anseio de ser comunidade.... O amor de Deus que nos dignifica radicalmente se faz necessariamente comunhão de amor com as outras pessoas. De fato ninguém pode amar a Deus a quem não vê, se na ama o irmão a quem vê. (1ª Jo. 4,20).

O Documento de Aparecida nos nºs 150, 161, 163 afirma:

"A Igreja como comunidade de amor é chamada a refletir a glória do amor de Deus que é comunhão...A Igreja atrai quando vive a comunhão, pois os discípulos serão reconhecidos se amarem uns aos outros como Ele nos amou" (Rom,12,4-13; Jo. 13,34)

"A Igreja é comunhão de amor. Esta é sua essência e o sinal através do qual é chamada a ser reconhecida como seguidora de Jesus e servidora da Humanidade"

"No Povo de Deus, a comunhão e a missão estão profundamente unidas entre si. A Comunhão é missionária e a missão é para a comunhão"

A comunhão é dádiva, presente de Deus Trindade e compromisso de construção humana; é acolhida do dom de Deus e esforço humano de respostas.



PASSOS A SEREM DADOS

1. Organizar uma comissão como referência para articular e divulgar eventos de comunhão, ficando claro que todos os participantes devem ser responsáveis na colaboração solidária para o bom êxito do evento.
2. Esta comissão seria a animadora dos eventos comuns que já existem, tais como: Círio, São José, Jornada da Juventude, Semana da Família, Campanha da Fraternidade, Grito dos Excluídos, Corpus Christi, etc, em direta colaboração com as pastorais específicas;
3. Aproveitar para que os organismos de participação (Assembléias, Conselhos, Equipes, Coordenações, Diretorias, etc.) se tomem pequenas escolas de comunhão e instrumentos de articulação e divulgação da caminhada paroquial e diocesana.
4. Utilizar uma rede com lista de e-mails de pessoas e todas as comunidades, reativar o site da diocese para disponibilizar conteúdo e informação e priorizar o uso da rádio nas comunidades.
5. Inserir na Pastoral Familiar casais em segunda união com acompanhamento específico.



IGREJA, LUGAR de PARTICIPAÇÃO!

"Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo.... e todos os membros são um só Corpo em Cristo..." 1ª Cor.12,4.12

Da Sagrada Escritura:

"...exorto-vos a andardes da maneira digna da vocação a que fostes chamados, com toda humildade e mansidão...procurando conservar na unidade do espírito pelo vínculo da paz!.. Ele que concedeu a uns de serem apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas e doutores... para edificação do Corpo de Cristo" (EF. 4, 1-3.11-12)



"...Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos..." (1ª Cor.12,7)

DAS DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA CNBB

Nº 104. " A ação dos leigos e leigas é indispensável para que a Igreja possa ser considerada realmente constituída, viva e operante em todos os setores.

Nº 105 " Entre todos os fieis vigora...uma verdadeira igualdade pela qual todos cooperam na construção do Corpo de Cristo..
105b Estimular a formação de comunidades menores de dimensão humana, de participação mais direta e pessoal.
105d Fazer com que Todos os fieis, homens e mulheres participem não só da execução mas do planejamento e das decisões relativas a vida eclesial e à ação pastoral, bem como da avaliação.

Nº 108 a tarefa de construir "comunhão e participação" deve ser encarada com continuidade e perseverança.

O DOCUMENTO DE APARECIDA APONTA:

Nº 157 *Ao receber a fé e o Batismo...através do sacerdócio comum do povo de Deus, todos/as somos chamados/as a viver e a transmitir a comunhão com a Trindade, pois "a evangelização é um chamado à participação Trinitária".*

Nº 215 *Reconhecemos o valor e a eficácia dos Conselhos paroquiais, conselhos diocesanos e nacionais de Leigos/as porque incentivam a comunhão e a participação na Igreja e sua presença ativa no mundo. A construção da cidadania e da eclesiolgia é um único movimento.*

Nº 368 *Nasce a atitude de abertura, disponibilidade para promover a co-responsabilidade e participação efetiva de todos os fieis na vida das comunidades cristãs.*

Nº371... *Os cristãos leigos devem participar do discernimento, da tomada de decisões, do planejamento e da execução. O projeto diocesano exige acompanhamento constante e atitude flexível que permita manter-se atentos às exigências da realidade, sempre mutável.*

2. A luz da Doutrina Social Cristã, aprimorar a formação Fé, Cidadania e Política, para uma maior consciência das pessoas, sobre tudo para os participantes nos Conselhos Municipais e Estaduais.
3. Cuidar da acolhida tanto nas celebrações litúrgicas quanto na atenção aos recém chegados na área da Comunidade.
4. Fazer um levantamento nas paróquias, nas pastorais e nos movimentos das pessoas que têm algum envolvimento em Conselhos ou Movimentos Sociais (Sindicatos, Associações de Moradores, etc) e Instituições governamentais para favorecer a articulação e a socialização das experiências.
5. Investir parte do dízimo em atividades de conscientização e de caridade libertadora.
6. Que todas as paróquias tenham conselho administrativo e que a prestação de contas seja pública e transparente;
7. Que todas as paróquias tenham pastoral da comunicação;

IGREJA MISSÃO

" Ide, fazeis discípulos, batizai, ensinaí a praticar tudo o que vos ordenei..." (Mt. 28, 19)

"Sejam minhas testemunhas, até os confins da terra." (At.1,8)

"De fato Cristo me enviou para anunciar o evangelho, sem sabedoria de palavras, para não esvaziar a força da cruz de Cristo" (1Cor.1, 17)

"Deus vos chamou também, pela nossa pregação do evangelho para alcançardes a glória de nosso senhor Jesus Cristo. (2ª Tess.2, 14)

"Tu porém vigia em tudo, suporta as provações, faz o trabalho de evangelista, desempenha bem o teu ministério. (2ª Tm 4,5)

"Pela Graça de deus sou o que sou" (1ª or. 15,10)

Nº 372 *É recomendável que promovam a criação de comunidades de famílias que fomentem a colocação em comum da fé cristã e das respostas aos problemas.*

PARA UMA IGREJA DE PARTICIPAÇÃO APONTAMOS:



METAS:

1. Sensibilizarmo-nos que somos corpo vivo de Cristo: ele é a fonte da unidade da Igreja.
2. Acolhermo-nos na diversidade em atitude de discípulos e missionários de Jesus Cristo.
3. Nos envolvermos e cultivarmos o "ser Igreja" atuando na comunidade eclesial e na sociedade, valorizando e respeitando o carisma e competência de cada um;
4. Acreditamos e investimos na criação e no fortalecimento dos Conselhos de Pastoral em todos os níveis.

CAMINHOS

1. Que os Conselhos funcionem em todas as instâncias eclesiais (Diocese, paróquias, comunidades) e, onde não existem, sejam criados.
2. Educar-nos a elaborar, em conjunto, planos de atuação.
3. Implementar na Diocese, em todos os níveis, a formação dos leigos para que atuem no próprio campo específico na Igreja e na sociedade.
4. Valorizar os/as leigos/as, religiosos/as em sintonia com a caminhada da igreja e que já atuam nas diversas instâncias da sociedade (política, administração pública, saúde, educação, justiça, empresas, etc.) convidando-os/as a partilhar a própria experiência e a ajudar na formação de outros leigos/as.

PASSOS A SEREM DADOS

1. Criar a comissão Justiça e Paz



DAS DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA CNBB

Nº 1 A Igreja se compreende com imagem viva da Trindade Santa, povo de Deus, Corpo de Cristo, templo do Espírito Santo. Nela, todos agem coordenadamente com a missão comum da Evangelização. Inserida na História e atenta à realidade, mantendo sua identidade, procura discernir nos desafios os sinais dos tempos.

Nº 9 -10 A Igreja na missão de evangelizar deve viver uma dupla fidelidade: à Cristo, as origens, à tradição recebida desde a primeira geração cristã; à tarefa missionária, de anunciar o Evangelho as novas gerações e enfrentar os novos desafios. São dois esforços em tensão que se alimentam e se estimulam reciprocamente

Nº13 A missão da evangelização foi escrita assim por Paolo VI: " Para a igreja não se trata de pregar o Evangelho a espaços geográficos ..., mas de chegar a atingir e a transformar com a força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam. Os centros de interesse, as linhas do pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade.

DO DOCUMENTO DE APARECIDA

Nº 152 *Os seguidores de Jesus devem deixar-se guiar constantemente pelo Espírito e tornar a paixão pelo Pai e pelo Reino sua própria paixão: Anunciar boa Nova aos pobres, curar os enfermos, consolar os tristes, libertar os cativos e anunciar o ano da graça do Senhor. (Lc.14,18-19)*

Nº 167 *O amadurecimento no seguimento de Jesus e a paixão por anuncia-lo requerem que a Igreja particular se renove constantemente em sua vida e ardor missionário... Em sua realidade social concreta, o discípulo tem experiência do encontro com o Cristo vivo, amadurece sua vocação cristã, descobre a riqueza e a graça de ser missionário e anuncia a Palavra com alegria.*

Nº168 *A Diocese em todas as suas comunidades e estruturas, é chamada a ser "Comunidade missionária". ...Deve sair ao encontro dos que ainda não crêem em Cristo no espaço do seu território, responder adequadamente aos grandes problemas da sociedade na qual está*

inserida. Mas também ...é chamada a sair em busca de todos os que não participam na vida das comunidades.

Nº 347 A Igreja peregrina é missionária por natureza... o impulso missionário é fruto necessário à vida que a Trindade comunica aos discípulos.

Nº 367 a pastoral da Igreja não pode prescindir do contexto histórico onde vivem os seus membros...

Nº 370 A conversão pastoral de nossas comunidades exige...uma pastoral decididamente missionária...

Nº 386 A Igreja tem como missão própria e específica comunicar a vida de Cristo a todas as pessoas, anunciando a Palavra, administrando os sacramentos e praticando a caridade.



PARA O TEMA IGREJA E MISSÃO PROPOMOS

METAS:

1. Anunciar Cristo a todos com entusiasmo apostólico, na realidade de hoje: família, cultura, trabalho, escola, política, universidade, dando primazia aos mais necessitados.
2. Que a Igreja, em sua essência missionária, atue para que cada batizado tome-se um discípulo missionário.
3. Que a abrangência da missão alcance todas as dimensões da vida eclesial: a catequese, a liturgia e a caridade.
4. Que a nossa Igreja cultive o ardor missionário para ser presença junto aos afastados, aos ambientes descristianizados, "ad gentes" e "além fronteiras", as novas situações como drogados, aidéticos, periferias, etc.
5. Um compromisso maior da igreja com a juventude, despertando-os para o discipulado e missionaridade;

CAMINHOS:

"... em verdade vos digo: quem escuta a minha palavra e crê Naquele que me enviou, possui a vida eterna... e passou da morte para a vida" Jo. 5,24

"As palavras que vos disse são Espírito e vida...Senhor a quem iremos? Tu tens palavras de vida eterna e nós cremos e reconhecemos que tu es o santo de Deus!" (Jô. 6, 63-69)

"Aquele que ouve as minhas palavras e as põe em prática..." (Mt. 7,24)
"agradecemos a deus por vós terdes recebido a Palavra...como palavra de Deus que está produzindo frutos" (1Tess. 2, 13)
"Toda escritura é inspirada por Deus e útil para instruir, refutar, corrigir, educar na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito, qualificado por toda boa obra." (2 Tim. 3,16)

DAS DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA CNBB

Nº 20 A escuta e a acolhida da Palavra, desde que traduzida coerentemente em atos, são fundamento da vida e da missão da Igreja...Alimentar-nos da Palavra para sermos "servos da Palavra" é sem dúvida uma prioridade da Igreja.

Nº 21 A proclamação e a escuta da Palavra ocupam um lugar central na liturgia. Nela o Cristo está presente na sua Palavra, pois é Ele quem fala quando se lêem as Sagradas Escrituras.

Nº 22. Seja incentivada e reforçada a prática da leitura pessoal e orante e, especialmente a prática dos "círculos bíblicos" ou das reuniões de grupo.
Nº23 O ministério da Palavra exige o ministério da catequese...Coloca sua prioridade na "catequese adulta com adultos".

Nº 24 Sejam oferecidas oportunidades de formação bíblica, teológica e de uma formação integral...para uma atuação mais consciente na sociedade.

DO DOCUMENTO DE APARECIDA

Nº 25- Damos graças a Deus que nos deu o dom da Palavra com a qual podemos nos comunicar com Ele por meio de seu Filho, que é a sua Palavra...

Nº102-Jesus é o filho de Deus, a Palavra feita carne (Jo.1,14).

1. Que a missiologia esteja profundamente inserida nas escolas de formação – da Palavra, da catequese, da liturgia e da caridade – não apenas como teoria, mas na prática, para que a Igreja preparada e confiante, ciente do seu papel missionário se proponha em ir ao encontro dos afastados, dos excluídos e sofredores, dos superficialmente evangelizados, dos fragilizados.

2. Formar para a missão: conhecer o ambiente, saber ouvir, ser amigo como Jesus (cfr. Lc 24, 13-35) (INCULTURAÇÃO)

3. Organizar e formar pequenas equipes que visitem as famílias, escutem as pessoas, promovam o estudo e a reflexão da Palavra e anunciem Jesus Cristo.(Pastoral de Visitação)

4. Formar consciência para que cada batizado seja missionário no ambiente em que atua e trabalha.



PASSOS A SEREM DADOS:

1. Revitalização missionária das CEBs, valorizar os movimentos e novas comunidades, grupos comunitários, grupos de oração, etc.
2. Curso de Evangelizadores a nível diocesano e /ou de vicariato com a colaboração do COMIDI
3. Criar e fortalecer os COMIPAs, grupos da Infância Missionária e Jovens em Missão em todas as paróquias.
4. Fazer intercâmbio missionário com experiências "ad intra" e "ad extra".
5. Elaborar subsídios de evangelização para públicos específicos: famílias afastadas, excluídos, marginalizados, jovens trabalhadores, jovens rurais, jovens das escolas e das universidades.
6. Valorizar a Pastoral Indigenista e o intercâmbio cultural e religioso com os povos indígenas.



IGREJA DA PALAVRA

DA SAGRADA ESCRITURA

Nº 175- Seguindo o exemplo da primeira comunidade cristã, a comunidade se reúne para partir o Pão da Palavra e da Eucaristia, perseverar na catequese, na vida sacramental e na prática da caridade.

Nº225- Nossos fiéis precisam aprofundar o conhecimento da Palavra de Deus e os conteúdos da fé.

Nº 247 Encontramos Jesus na Sagrada Escritura, lida na Igreja. A Sagrada Escritura,, Palavra de Deus..., é com a Tradição, fonte de vida para a igreja e alma de sua ação evangelizadora. Desconhecer a Escritura é desconhecer Jesus Cristo e renunciar a anunciá-lo.

Nº 249 Existe uma forma privilegiada de se aproximar da Sagrada Escritura, à qual, todos somos chamados: a Lectio divina ou exercício da leitura orante da sagrada Escritura.

Nº 255 O discípulo, alimentado pela Palavra e a Eucaristia, cultiva uma relação de profunda amizade com Cristo e procura assumir a vontade do Pai.

Nº 298 A catequese é um "itinerário catequético permanente"...para que o povo conheça Cristo e o siga deve ser conduzido na leitura e meditação da Palavra de Deus, primeiro fundamento da Catequese.

PARA A PALAVRA, FORMAÇÃO ECATEQUESE NOS PROPOMOS:



LUZES E METAS:

1. Ter a Palavra de Deus como fonte e luz de todo o caminho formativo e da catequese. Ambos favoreçam o cultivo da experiência de Deus em Jesus Cristo na sua Igreja e a alegria pelo seu anúncio.
2. Criar a escola de formação básica dos agentes de pastoral que vise uma formação integral: humana, teológica e espiritual que capacite a atuar tanto nas atividades pastorais, quanto no âmbito sócio-político.
3. Definir um plano de formação integrado e complementar entre os diferentes níveis (Diocese, Vicariato e Paróquia) com programa de formação bíblica, teológico-pastoral, litúrgica e de doutrina social da Igreja.

4. Dar continuidade ao processo básico com uma formação específica para os diáconos e os vários ministérios.

CAMINHOS:

- A comissão diocesana de formação seja integrada por representantes das diferentes pastorais, movimentos, ministérios e novas comunidades a fim de que sejam considerados em conta os anseios de todos.
- Ativar ou reativar os círculos bíblicos, verdadeiras escolas da Palavra e meios privilegiados para a catequese de adultos tanto nos grupos de base quanto nas famílias.
- Valorizar a proclamação da Palavra de Deus, e a homilia na liturgia do domingo, como fonte de formação e vivência cristã.

PASSOS



- Promover encontros formativos em nível diocesano com a participação dos Agentes das Pastorais, Padres, diáconos, religiosas, para estudo e planejamento conjunto;
- Ter períodos formativos diferenciados para as cidades de Macapá e Santana e o interior, obedecendo critérios estabelecidos pela Comissão Diocesana de Formação que considere as especificidades dos lugares (urbano e rurais).
- Intensificar a preparação dos Jovens para a Crisma, envolvendo-os também com estágios nas atividades e serviços paroquiais e nas diversas pastorais;
- Aproveitar a Instituto de Pastoral Regional (IPAR) e outros Institutos afins para que assessorem alguns cursos ou seja constitua aqui uma extensão do mesmo.

IGREJA DA LITURGIA

Nº 158 ... Na Eucaristia, nutrem-se as novas relações evangélicas que surgem do fato de sermos filhos e filhas do Pai e irmãos e irmãs em Cristo.

Nº 175 Na celebração a Paróquia renova sua vida em Cristo. A Eucaristia na qual se fortalece a comunidade dos discípulos, é para a paróquia uma escola de vida cristã.

Nº 250 Encontramos Jesus Cristo, de modo admirável, Na sagrada Liturgia. Ao vive-la, celebrando o mistério pascal, os discípulos de Cristo, penetram mais nos mistérios do reino e expressam de modo sacramental sua vocação de discípulos e missionários.

Nº 354 Em sua palavra e em todos os sacramentos, Jesus nos oferece um alimento para o caminho... Todos os dons de Deus requerem disposição para que possam produzir fruto de mudanças.



PARA A LITURGIA NOS PROPOMOS:

METAS:

1. Toda assembléia do povo de Deus seja uma assembléia celebrante, viva, participante, que revele a centralidade litúrgica do Mistério Pascal de Cristo e a ação de Deus na nossa vida e na nossa realidade;
2. Compor uma Equipe Diocesana de Pastoral Litúrgica para orientar e articular as Equipes de Pastoral Litúrgicas paroquiais e comunitárias.

CAMINHOS:

- Empenhar-se para que todas as paróquias e comunidades, movimentos sigam o GUIA LITÚRGICO da CNBB.
- Os integrantes das Equipes de Pastoral Litúrgica, de Animação Litúrgica e/ou de Celebração (músicos, cantores, leitores,...) participem da Escola de Formação.
- As celebrações litúrgicas sejam preparadas, os cantos sejam ensaiados com o povo, as pessoas sejam acolhidas pela equipe de acolhida.

"...Desejei ardentemente comer esta Páscoa... Façam isto em memória de mim..." (Lc. 22,14. 19)

"...Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim..." (Jo. 13,1)

" Jesus tomou o Pão, pronunciou a bênção, partiu e lhe deu dizendo : tomai e comei.." Mc. 14,22

"De fato , eu recebi do Senhor o que também vos transmiti: Na noite me que ia ser entregue,...,Isto é o meu corpo entregue por vós" 1º Cor. 11,23

DAS DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA CNBB

Nº 26 " A celebração litúrgica é o momento mais visível da comunidade eclesial... ela reúne convocada pelo Espírito de Deus e pela Palavra, para louvar o senhor, alimentar a sua fé e celebrar a vida. Liturgia é fonte e vértice da vida da Igreja...A Eucaristia edifica a Igreja, e a igreja faz a Eucaristia.

Nº 27 Pela graça do Batismo os cristãos participam de forma plena, consciente e ativa das celebrações litúrgicas... nas ações litúrgicas não se esqueça a centralidade do mistério pascal de Cristo e o caráter celebrativo da liturgia. Deve-se realizar uma sábia "mistagogia" isto é uma introdução ao mistério celebrado, um itinerário de fé que conduza: ao encontro com Deus, à plena vivência eclesial e ao testemunho da justiça e da caridade na sociedade.

Nº 31 Os sacramentos são sinais de comunhão com Deus em Cristo e marcam com a graça momentos fortes da vida.

DO DOCUMENTO DE APARECIDA

Nº 25 A ação de graças a Deus culmina com a celebração central da Igreja, que é a Eucaristia, alimento substancial dos discípulos e missionários.

Nº 99 b) A renovação litúrgica acentuou a dimensão celebrativa e festiva da fé cristã centrada no mistério pascal de Cristo Salvador, em particular na Eucaristia.



PASSOS A SEREM DADOS:

1. Promover mais cursos de formação litúrgica adotando nas paróquias o Guia Litúrgico, envolvendo padres, diáconos, religiosos/as, leigos, numa formação conjunta, para chegar a uma visão comum, real e adequada sobre a liturgia, valorizando os diferentes dons e evidenciando a participação comunitária.
2. Criação de uma Equipe Diocesana de Pastoral Litúrgica que oriente e ajude as diversas paróquias na celebração da liturgia e na música sacra.
3. Valorizar os músicos com uma formação litúrgica, promovendo eventos de música religiosa e litúrgica, para incentivar a criatividade e a inculturação.
4. A Equipe Diocesana da Pastoral Litúrgica deve assessorar a liturgia dos eventos diocesanos (S. José, Cirio, Corpus Christi, e outros).
5. Cuidar da formação de Ministros da Palavra preparados para a animação e a pregação nas Celebrações litúrgicas da Palavra.
6. Continuar a formação litúrgica para os Animadores da Pastoral Litúrgica da Diocese com encontros e seminários com especialistas em Liturgia.



IGREJA DA CARIDADE

"Dei-vos o exemplo, para que como eu vos ,também vós o façais." (Jo. 13,15)

"... do mesmo modo que o corpo sem espírito é cadáver, assim também a fé: sem as obras ela é cadáver..." (Tg. 2,26)

" Todas as vezes que fizestes uma destas coisas ao menor dos meus irmãos, foi a mim que o fizestes" (Mt. 25, 40)

"Quem não ama o seu irmão a quem vê, não poderá amar a Deus a quem não vê. É este o mandamento que Dele recebemos: aquele que ama a Deus, ame também o seu irmão" (1º Jo, 4, 20-21)

"Daí-lhes vós mesmos de comer..." (Mt. 14,16; Mc 6,37)

DAS DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA CNBB

Nº 156. Participar da construção de uma sociedade justa e solidária, constitui um dos objetivos da ação pastoral e evangelizadora da Igreja no Brasil.

A amplitude dos desafios a enfrentar nos impõe três linhas de ação:

- ♦ iniciativas e práticas solidárias,
- ♦ reivindicação de políticas públicas,
- ♦ participação política e reflexões prospectivas.

DO DOCUMENTO DE APARECIDA

Nº 98 *A Igreja Católica tem dado testemunho de Cristo, anunciando o evangelho e oferecendo seu serviço da caridade aos pobres, no esforço de promover sua dignidade e também, no empenho da promoção humana nos vários campos...*

Nº 121 *O discípulo e o missionário promovem a dignidade do trabalho e do trabalhador, o justo reconhecimento de seus direitos e de seus deveres, desenvolvem a cultura do trabalho e denunciam toda injustiça...*

Nº 146 *Essa tarefa essencial à evangelização inclui a opção preferencial pelos pobres, a promoção humana integral e a autêntica libertação cristã.*

Nº 384 *O amor de misericórdia exige que socorramos as necessidades urgentes, ao mesmo tempo que colaboremos para organizar estruturas mais justas nos âmbitos nacionais e internacionais.*

Nº 394 *De nossa fé em Cristo nasce a solidariedade... que fia de se manifestar em gestos e opções na defesa da vida e dos direitos dos mais vulneráveis... e no acompanhamento permanente para que os excluídos tornem-se sujeitos de mudanças e de transformação de sua situação.*



1. Formar uma equipe organizada e informatizada, entre paróquias e entidades de caridade atuantes na Diocese para fazer um cadastro das pessoas carentes e articular melhor o nosso serviço;
2. Formação específica para agentes da caridade, inspirada na Doutrina Social da Igreja.
3. Nos serviços da caridade, favorecer a colaboração com os órgãos públicos, disponíveis a fazer parcerias.
4. Criar a Comissão Diocesana de Justiça e Paz que promova encontros de formação sobre Fé e Cidadania inspirado na Doutrina Social da Igreja, capacitando para a ocupação qualificada dos espaços e instrumentos de participação.

PARA A CARIDADE NOS PROPOMOS:

METAS:

1. Ter como modelo a experiência das primeiras comunidades cristã onde "não tinha necessitados entre eles" (Atos 4,34a)
2. Vivenciar a caridade cristã nas três dimensões (assistencial, promocional e libertadora) à luz do Evangelho e do projeto do Reino: vida em abundância para todos.
3. Organizar a caridade de forma criativa, competente e qualificada, respeitosa e promotora da dignidade humana, especialmente do pobre.
4. Entender a caridade como um intercâmbio gratuito no dar e no receber (ninguém é tão pobre que não tenha nada para dar e ninguém é tão rico que não tenha nada para receber).
5. Acreditar e trabalhar para que a prática política seja entendida como administração dos bens públicos para o bem de todos, é verdadeira caridade.

CAMINHOS:

1. Reorganizar a Cáritas, articulada na Diocese, nos vicariatos, nas paróquias e nas comunidades, conforme a necessidade e a possibilidade e que articule os serviços de caridade e forme seus agentes na linha da evangélica opção pelos pobres e excluídos;
2. Iniciar um trabalho de promoção social, conhecendo as necessidades de cada família, visitando as mesmas.
3. Cuidar para que os serviços caritativos da Igreja não substituam os serviços públicos que são um direito dos cidadãos.
4. Exercitar o nosso papel evangélico de denunciar o que é contrário ao bem comum, o mau uso dos bens públicos, a corrupção, o desrespeito à vida e à natureza, casa de todos.



PASSOS A SEREM DADOS

5. Os diáconos permanentes sejam preparados para assumirem mais os serviços da caridade, conforme o próprio ministério específico.
6. Fortalecer as pastorais do dízimo, saúde, a nível paroquial e diocesano;
7. Que a CEBs resgatem os serviços da caridade;

Anexo V – Conclusões e orientações da XXI Assembleia Diocesana

Através de nós, Jesus precisa ir a outros locais para anunciar e estabelecer o Reino, a graça, a justiça e a reconciliação. Ele se preocupa com as ovelhas que não fazem parte do rebanho (5).

Entretanto, seu desejo de salvação não é simplesmente aguardar os que O buscam. É contínuo o convite aos discípulos missionários a fim de que, por meio deles, toda a humanidade seja evangelizada e pronta para segui-lo (7).

A missão, antes de ser um dever, **é um dom**. À semelhança de Jesus, é sair de si, **é ir ao encontro dos outros**, sem esperar nada em troca (9). **É gratuidade**, pois a vida só se ganha na entrega, na doação, superando toda atitude mercantilista. Consequentemente, a missão não tem destinatários, mas *interlocutores*. Só é autêntica em uma relação de *alteridade*, na acolhida das diferenças, no respeito mútuo, no encontro, no diálogo, na partilha, no intercâmbio de vida e na solidariedade (8).

O seguimento de Jesus e a missão só se dão no seio de uma comunidade de fé, na Igreja, novo Povo de Deus. Ali, o discípulo missionário é continuamente conclamado a reunir-se na fraternidade, a acolher a Palavra, a celebrar os sacramentos e sair em missão. No mistério do Deus-comunhão, o discípulo missionário é sempre um irmão entre irmãos. Não há verdadeiro cristão sem Igreja, pois é a Igreja que é missionária e envia missionários. (13)

Para ser uma Igreja discípula, missionária e profética a Igreja de Macapá assume as cinco urgências das diretrizes da CNBB. São elas:

1. Igreja em estado permanente de missão
2. Igreja: casa da iniciação à vida cristã
3. Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral
4. Igreja: comunidade de comunidades
5. Igreja a serviço da vida plena para todos

As novas DGAE insistem para que as cinco “urgências” sejam vividas e concretizadas com DUAS ATITUDES: a **alteridade** e a **gratuidade** e, em TRÊS ÂMBITOS: **da pessoa, da comunidade e da sociedade** (cfr. DGAE 8 e 9; 130)

A **alteridade** refere-se ao outro, ao próximo. Fechar-se no isolamento, no individualismo e em atitudes que transformam as pessoas em mercadorias é cair no pecado da idolatria e semear infelicidade. A vida só se ganha na entrega, na doação. “Quem quiser perder a sua vida por causa de mim a encontrará (Mt. 10,39). (cfr. DGAE 8).

A **Gratuidade** significa amar, em Jesus Cristo, o irmão e a irmã, respondendo através de atitudes fraternas e solidárias, a grande proposta a Jesus: “quem é o próximo?..., vai e faz o mesmo” (Lc 10,29), querendo e fazendo bem ao outro sem esperar nada em troca. Significa cortar a raiz mais profunda da violência, da exclusão, da exploração e de toda discórdia. (cfr. DGAE 9).

Os três “âmbitos” constituem o espaço e a realidade em que o Evangelho precisa ser encarnado: “**Pessoas evangelizadas**, ao se fazerem dom, **transbordam na comunidade eclesial**, que está a serviço do **Reino de Deus na sociedade.**” (cfr. DGAE 130).

1ª urgência:

A IGREJA EM ESTADO PERMANENTE DE MISSÃO.

Princípios: A nossa Igreja precisa se engajar e explicitar melhor a missão envolvendo-se na construção do Reino de Deus. Esta é a Boa Notícia, o Evangelho, que deve ser anunciada a todas as comunidades e a todos os povos. Cada discípulo, animado pelo Espírito Santo, deve encontrar-se em estado permanente de missão pessoal e comunitária, buscando compreender a realidade de cada comunidade e povo.

O processo de evangelização precisa alcançar algumas classes e locais carentes da Palavra de Deus e incentivar práticas cidadãs que façam a diferença na sociedade.

Observações: talvez esta seja a maior novidade e o maior desafio: toda a Igreja-comunidade amadurecer na consciência, responsabilidade, animação e no jeito missionário.

O ser missionário não pode reduzir-se à criação de um ou outro “grupo” de visitação às famílias e nos ambientes específicos. O compromisso missionário e a preocupação com os afastados, os ainda não

evangelizados, os mal-evangelizados deve ser DE TODOS, de toda a pastoral e de todas as pastorais.

Nós ainda estamos acostumados a dividir tarefas para cada grupo, onde cada um cuida bem do seu serviço. Isso pode até continuar, mas devemos dar passos para que a preocupação seja de todos.

Com certeza o Divino Espírito Santo vai nos ajudar a encontrar as formas e caminhos para a aproximação, o diálogo, o anúncio para com todos aqueles e aquelas que ainda não tiveram a graça de encontrar Jesus Cristo Caminho Verdade e Vida!

Sugestões de ação:

- Permeiar de espiritualidade missionária os grupos, movimentos e pastorais, a fim de que saiam de si mesmos e busquem o engajamento em função do Reino e da vida do rebanho de Jesus. Também no meio de nós há grupos, categorias de pessoas, situações que precisam de uma ação missionária mais ardorosa. Entre tantos destacamos: os favelados, os dependentes químicos, os presidiários e suas famílias, as crianças e adolescentes em risco social.
- Assumir com mais determinação a própria fé, e ser testemunhas de comunhão Eclesial;
- Instituir o ministério da Palavra e da Pregação, a fim de que o anúncio do Evangelho, nas mais variadas formas, alcance o maior número de pessoas e de ambientes.
- Organizar a Pastoral da Visitação e dar atenção ao acolhimento das pessoas, a fim de sermos uma Igreja acolhedora.
- A equipe do COMIDI (*Comissão Missionária Diocesana*) anime missionariamente a nossa Igreja oferecendo material e capacitação.
- Se for necessário, seja criado um Centro de Animação Missionária.
- Aprofundar o conhecimento da Palavra de Deus e o envolvimento com a construção do Reino de Deus.
- Para a missão além do âmbito interno, a Igreja marque presença junto a grupos humanos, inclusive indígenas, afro-brasileiros e as vítimas do tráfico de drogas e da exploração sexual.
- Mantenha viva a ação missionária indo ao encontro das pessoas, sobretudo as que se afastaram da prática eclesial e não somente nas residências, mas também nos ambientes de trabalho, nas instituições de saúde, nos assentamentos e nas ruas com seus moradores.

- Atenção particular seja dada às periferias, aos jovens, às crianças, às pessoas idosas.

Foi indicado o uso dos Meios de Comunicação Social.

2ª Urgência:

IGREJA: CASA DE INICIAÇÃO À VIDA CRISTÃ

Princípios: “Não se começa a ser cristão por uma decisão ética, mas pelo encontro com um acontecimento, com a pessoa de Jesus Cristo”, que é sempre mediado por pessoas de fé, ou pela ação da Igreja (37).

* Em outros tempos, a família, a escola e a sociedade, ajudavam a pessoa a se inserir na cultura, e ao mesmo tempo contribuíam para que a mesma se inserisse na comunidade eclesial (38). Hoje, essas instituições já não cumprem este papel, o que exige uma radical transformação no modo de concretizar a ação evangelizadora.

O anúncio de Jesus Cristo não pode ser encarado como algo já acontecido. Exige por parte da comunidade eclesial um efetivo processo de iniciação à vida cristã de todos/as os/as batizando/as (39).

* *A iniciação cristã*, entretanto, não se esgota na preparação aos sacramentos do Batismo, Crisma e Eucaristia (41). É um processo permanente de conversão a Jesus Cristo e à sua mensagem, que exige maior familiaridade com a Palavra de Deus e a vida em comunidade. No processo de iniciação têm papel importante os “introdutores” e os catequistas. Eles são a ponte entre Jesus e a comunidade dos irmãos (42).

Observações: A Equipe Diocesana chegou a propor um esquema para a Catequese dos Sacramentos da Iniciação Cristã: Batismo, Eucaristia e Crisma. Nesse esquema se sugere que aos poucos se saia da preocupação restrita do “receber” os sacramentos, ou na linguagem comum, “fazer” a preparação. Propõe também não deixar a celebração dos sacramentos para o final do ano como se fosse uma formatura ou uma meta alcançada, mas assumir a preparação e a celebração dos sacramentos como ETAPAS de uma caminhada maior: a vida em Cristo. Este é o sentido das palavras: **iniciação à vida cristã**.

A Equipe Diocesana de Catequese e as Equipes Paroquiais colaborem no amadurecimento “dos passos” a serem dados, a fim de que este objetivo

se torne realidade. Sabemos que isso vai exigir bastante tempo pelo costume muito enraizado e a mentalidade comum que considera suficiente a recepção dos sacramentos e ignora, muitas vezes, o acompanhamento e a importância do testemunho na vivência cristã.

Processo de iniciação à vida cristã nesses termos diz respeito, portanto, a toda a comunidade eclesial.

Essa é uma conversão pastoral urgente! A Assembléia assumiu. Vamos caminhar!

Sugestões de ação:

- * Formação de leigos e leigas: se garanta uma formação integral envolvendo todas as realidades nas quais o laicato vive e está inserido; seja um processo ascendente desde a comunidade, à paróquia, à diocese. O processo formativo ajude a se inserir na Comunidade/Igreja, e como Igreja ser fermento na sociedade, com o compromisso da construção do Reino. Para esse fim, dar continuidade ao Curso Teologia Viva; Escola de Fé e Política; aos Círculos Bíblicos, à formação específica de cada pastoral.
- * Que toda formação seja integral e atinja os aspectos: humano, espiritual, bíblico, teológico, cristológico, eclesial e pastoral,
- * Insistir para que as Paróquias assumam o processo de iniciação à vida cristã e não se preocupem somente em fazer uma preparação rápida para a administração dos sacramentos da iniciação: Batismo, primeira Eucaristia e Crisma.
- * Que entre as Paróquias haja critérios comuns para a realização dos Sacramentos de Iniciação à vida crista, em particular do Batismo.
- * Todas as pastorais e movimentos concentrem esforços na implantação e na sustentação do processo à Iniciação da Vida Cristã e favoreçam uma verdadeira experiência de encontro com a pessoa de Jesus e com a sua proposta de vida, que gera ardor e entusiasmo missionário. Toda ação evangelizadora faça síntese entre a Palavra, a Vida Litúrgica e o exercício/prática da Caridade, nos três níveis: solidariedade, promoção, construção de direitos.
- * Maior compromisso com a formação dos catequistas, proporcionando recursos pedagógicos e didáticos e doutrinários. Todo/a catequista entenda que seu ministério se baseia numa

experiência de vida de fé, eclesial e comunitária, moldada pelo evangelho.

- * Implementar o uso do subsídio/projeto de iniciação à vida cristã, já elaborado em nível diocesano.
- * Um planejamento pastoral centrado em Cristo;
- * Seja criado o Ministério do Catequista, e que haja critérios para tal serviço.
- * Seja valorizada a religiosidade popular.
- * Se promovam visitas nas casas das famílias nos bairros, com atenção às pessoas que estão no processo de iniciação à vida cristã, sejam elas pais ou padrinhos ou adultos diretamente envolvidos no processo catequético.
- * Promover atendimento personalizado.

3ª Urgência:

IGREJA: LUGAR DE ANIMAÇÃO BÍBLICA DA VIDA E DA PASTORAL.

Princípios: Esta urgência é de fundamental importância, pois, sem o conhecimento e a experiência de Jesus é impossível levar a sério a vida cristã, a vida de comunidade e qualquer atividade pastoral.

Deus se dá a conhecer no diálogo que estabelece conosco pela sua Palavra (44). Um contato profundo e vivencial com as Escrituras é condição indispensável para encontrar a pessoa e a mensagem de Jesus Cristo e aderir ao Reino de Deus (46). Daí a importância do contato pessoal e comunitário com a Palavra de Deus, lugar privilegiado de encontro com Jesus Cristo (45).

O discípulo é um ouvinte, que acolhe na gratuidade a Palavra, deixando-se interpelar por ela (50). O contato com a Palavra e a sua acolhida não se dá isoladamente, mas em comunidade. É importante reconhecer quanto bem têm feito os Círculos Bíblicos, os Grupos de Reflexão, etc. (51).

Entre os diversos modos de se aproximar da Palavra de Deus, tem especial importância a *Leitura Orante* (52) e a Liturgia, lugar privilegiado onde Deus fala à comunidade (54).

A animação bíblica de toda a pastoral vai além de uma pastoral bíblica, e conduz a uma animação bíblica de toda a vida cristã (53).

Observações: Três anos atrás, iniciamos a experiência dos Círculos Bíblicos nas casas e, no ano passado, lançamos o Projeto “A PALAVRA DE DEUS CRESCIA”, com novos Círculos Bíblicos na modalidade de Leitura Orante e com o compromisso de “ter” uma visão da Bíblia toda, no prazo de 10 anos.

O Sínodo dos Bispos, a carta do papa “Verbum Domini” e o Projeto “UM milhão de Bíblias” nos motivaram nisso; agora é preciso CONTINUAR sem parar. Precisamos aumentar o número dos Círculos Bíblicos, e primar para o seu funcionamento.

Vale a pena lembrar os objetivos que são os de ajudar as pessoas a se familiarizarem com a Palavra de Deus, a saírem das suas casas, a se encontrarem com os vizinhos e, em nome do Senhor e por causa da sua Palavra, se tornarem-se mais irmãs e irmãos que confiam e se ajudam a viver do jeito que Deus quer.

Seria bom promover na paróquia, no vicariato, nas comunidades vizinhas, momentos de partilha da experiência dos Círculos Bíblicos assim como “estudos, explicações e aprofundamentos” sobre os Livros bíblicos que serão lidos ao longo dos anos.

Ultimo lembrete: a animação bíblica é uma urgência *da vida*; começa em cada um de nós e nos capacita a animar a vida “dos outros”.

Sugestões de ação:

- Favorecer que a Palavra de Deus chegue às mãos e ao coração de todos, também através de distribuição de Bíblias com preço acessível aos carentes;
- Fortalecer os círculos bíblicos com algumas atenções: evitar grupos grandes, fixar no local a faixa “aqui Círculo Bíblico”, colocar no quadro de avisos da Igreja os endereços das casas onde acontecem os diversos círculos; continuar com as formações diocesanas, envolver todos os agentes de pastoral e movimentos nos Círculos Bíblicos.
- Incentivar momentos de reflexão bíblica no local de trabalho e em outros locais que não sejam somente os do círculo bíblico.
- O cultivo pessoal da Palavra de Deus exige experiência de fé, portanto nas comunidades, paróquias e Diocese se estimulem iniciativas que permitam o encontro com a Palavra e favoreçam meios para o correto entendimento da Bíblia.

- Oferecer aos padres e diáconos cursos de atualização em bíblia; ter uma formação específica para os que fazem os programas de Rádio.
- Atenção ao Programa “Estudo Bíblico” transmitido pela TV Nazaré.
- Se crie Escola Bíblica Diocesana Itinerante; ou Escola da Palavra em nível paroquial, e equipe de animação bíblica, e os leigos que participaram da Teologia Viva, possam ajudar na assessoria da mesma.

4ª Urgência:

IGREJA: COMUNIDADE DE COMUNIDADES

Princípios: A fé cristã é eclesial, comunitária, pois se funda no mistério da Trindade e na utopia do Reino de Deus, que é uma realidade coletiva. Por sua vez, a forma de viver em comunidade está sujeita às condições de cada tempo e lugar. Hoje, além de comunidades territoriais, *entre vizinhos*, surgem comunidades ambientais ou afetivas, por eleição (56).

Entretanto mais importante do que o modo de ser comunidade é o imperativo da Igreja, inclusive da Paróquia, “ser uma rede de comunidades”, (58), pois a vivência cristã em comunidade implica convívio, vínculos profundos, afeto, buscas comuns, solidariedade (59).

Nesse particular, as CEBs, hoje, são sinal de vitalidade da Igreja, presença eclesial junto aos mais pobres, comprometidas com uma sociedade justa e solidária, mesmo se, no contexto atual, elas precisam ser repensadas e adequadas (60).

O essencial é que as pequenas comunidades estejam alicerçadas na Palavra de Deus, celebrem e vivam os sacramentos, manifestem seu compromisso missionário, principalmente com os afastados, sejam solidárias com os mais pobres e promovam ações de promoção da vida e estruturas sociais justas (61).

Para que a Paróquia se torne verdadeiramente uma comunidade de comunidades, é indispensável sua setorização em unidades menores (62).

Para comunidades vivas e missionárias, é importante a multiplicação e diversificação de ministérios confiados aos leigos. Estes precisam ter uma efetiva participação nos processos de planejamento, na tomada de decisões, na execução das atividades, assim como a avaliação das mesmas (63).

Observações: Faz anos que estamos falando de paróquias em “rede” de comunidades, não “centralizadoras”, tudo na matriz! E agora as Diretrizes da CNBB nos dão novo sentido: *paróquia comunidade de comunidades*. Isso nos desafia a fortalecer e organizar as diversas comunidades, no interior, nas periferias e nos diversos bairros, a partir de suas especificidades.

Portanto mãos na massa: temos como sugestões:

- A organização dos Conselhos Comunitários,
- A formação de animadores e animadoras capazes de trabalhar em equipe,
- A articulação de lideranças interligadas entre si, com a comunidade paroquial e com a Diocese.
- A promoção da colaboração e não do individualismo, da fraternidade e não do isolamento.

Como não pode existir um cristão isolado (cfr. DAp 278), *não pode existir vida cristã fora da comunidade*; também não pode existir uma comunidade que não esteja em comunhão com as outras.

O rosto da nossa Igreja deve ser um rosto de participação, comunhão e missão!

Sugestões de ação:

- ♦ Consideramos a urgência: “Igreja Comunidade de Comunidades” de fundamental importância, pois ela favorece:
 - ❖ A pastoral orgânica e de conjunto.
 - ❖ A renovação paroquial
 - ❖ O planejamento pastoral.
- Que haja planejamento e articulação entre movimentos, pastorais e novas comunidades; que tudo seja alicerçado na Palavra de Deus, nas orientações diocesanas, a fim de que se torne mais evidente a comunhão, a solidariedade, a promoção e o protagonismo dos mais

pobres. Para que isso aconteça, é de fundamental importância a participação ativa nas assembleias e conselhos que nos ajudam a pensar a ação eclesial em conjunto e a superar a autoafirmação e o individualismo pessoal e/ou de grupo.

- Que os trabalhos comunitários sejam descentralizados, com mais participação de grupos e pessoas, menos centralização nos padres. Sejam superadas as competições, a fim de darmos testemunho da alegria de viver a comunhão fraterna e, assim, atrairmos mais pessoas.
- Sejam preparadas novas lideranças que se revezem nos exercício dos vários ministérios; as mudanças aconteçam quando necessário, no respeito ao que já está sendo feito, e através do diálogo.
- Todos nós sejamos promotores da evangelização, sem delegar a ação a uma pastoral ou movimento, e ajudemo-nos a superar preconceitos pastorais X movimentos e seguir com maior fidelidade as orientações diocesanas.
- Que os padres dêem suporte aos coordenadores e assessores das pastorais e dos grupos, a fim de que haja continuidade nos projetos já existentes. As mudanças aconteçam quando necessário e dentro de um processo participativo.
- Que a Diocese publique um informativo com os nomes dos responsáveis das equipes diocesanas de serviço.
- Haja maior espírito de adaptação dos e com os padres, Bispos, que chegam novos numa paróquia/ Diocese.
- ♦ Seja favorecido o projeto igrejas-irmãs, em união com Guiana Francesa e Suriname.
- ♦ Seja dada atenção ao serviço de animação vocacional- SAV e à pastoral vocacional.

5ª Urgência

IGREJA A SERVIÇO DA VIDA PLENA PARA TODOS

Princípios: O Evangelho da vida está no centro da mensagem de Jesus. Consequentemente, a missão dos discípulos missionários é o serviço à vida plena (65).

Como afirmou *Aparecida*, “as condições de vida de muitos abandonados, excluídos e ignorados em sua miséria e dor, contradizem o projeto do Pai e desafiam os discípulos missionários a um maior compromisso a favor da cultura da vida” (66). É através da promoção da cultura da vida que os discípulos missionários de Jesus Cristo testemunham verdadeiramente sua fé (68).

Em consequência, urge uma Igreja samaritana e profética diante de tantos rostos sofredores, da legalização do aborto, dos famintos, sem teto e sem terra, sem trabalho, educação, saúde, lazer, liberdade, esperança e fé. Daí a importância de ratificar e potencializar a *opção preferencial pelos pobres*, implícita na fé cristológica. A opção pelos pobres precisa “atravessar todas as estruturas e prioridades pastorais, e traduzir-se em opções e gestos concretos” (69).

Opção pelos pobres não é fazer deles um objeto de caridade, mas *sujeitos* de um mundo justo e fraterno. Para isso, a atuação no mundo da política é indispensável (71).

No cuidado e promoção da vida, está a preocupação com a *ecologia*, num planeta degradado, ameaça à viabilidade da vida humana e de seus ecossistemas (70).

Observações: Entendemos que é cada vez mais urgente melhorar as nossas ações de caridade. O amor que Jesus nos ensinou e deixou como maior mandamento será sempre superior e mais exigente do que toda organização e estrutura. Sempre teremos a possibilidade de amar e fazer o bem aos nossos irmãos necessitados. Contudo, como católicos, precisamos ter uma preparação mais adequada para os novos tempos: na política, na participação da vida pública, nas decisões que o povo é chamado a tomar.

Além disso, precisamos ser criativos frente às condições da pobreza, que muitas vezes, apresenta-se como falta de condições de trabalho, de possibilidades. Nesse sentido, torna-se desafio para todos nós criar fontes de renda que sejam, ao mesmo tempo, respeitadas da natureza, dos

direitos das pessoas e capazes de promover os “talentos” de cada um. Tudo isso deixa a nossa consciência inquieta e nos desafia a não ficarmos satisfeitos somente com uma simples esmola.

Fundamos a “Cáritas Diocesana”, vamos agora trabalhar para organizar mais grupos “Cáritas”: nas comunidades, nas paróquias, nos vicariatos, onde tiver “voluntários” disponíveis para ajudar outros a sair da miséria, da dependência, da esmola.

Sugestões de ação:

A urgência da Igreja a serviço da vida plena **ao encontro da** nossa realidade, que apresenta muitos rostos sofridos: pobres, famílias, jovens e crianças, mundo do trabalho, migrantes, questão ecológica, etc...;

♦ Superar a compreensão do serviço da caridade reduzida à solidariedade, que nos desafia a alcançar melhores condições de vida para todos. Isso se torna possível investindo na reflexão sobre a nossa realidade social, capacitação bíblico-teológica e formação para a cidadania, sabendo que política também é assunto da Igreja. O papa Paulo VI afirmou que: “*a política é a forma mais sublime de viver a caridade!*” Os leigos, portanto, interessem-se pela formação de Fé e Política e pela atuação no mundo da cultura, dos meios de comunicação social, nas universidades, na economia e na política.

• Transpor os muros que nos dividem; investir na união, participação, conhecimento e utilização das redes sociais (organizações e associações) que com seu saber e compromisso defendem a vida e chegam a quem necessita.

♦ Abrir o espaço físico da Igreja/comunidades para que sejam realizadas atividades que promovam a educação (cursinhos para o Vestibular, Concursos e Exame de massa) e ofereçam oportunidades para pessoas carentes. A Igreja aceite, promova e divulgue essas atividades.

♦ Os conteúdos sociais e a preocupação com o meio ambiente permeiem toda a formação dos agentes de pastorais, especialmente na Catequese. Seja dada atenção aos conteúdos da Doutrina Social da Igreja.

Anexo VI – DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO PASTORAL DA DIOCESE DE MACAPÁ para 2017- 2019

CRITÉRIOS NORTEADORES DAS DIRETRIZES PASTORAIS DIOCESANAS 2016-2019

Apresentamos três critérios que nortearam tanto os trabalhos da Assembleia Diocesana quanto a elaboração do documento final e que ajudarão melhor na leitura e atuação das Diretrizes Pastorais Diocesanas 2016-2019 (DPD).

1. Critério metodológico.

As DPD se estruturam a partir das cinco urgências presentes nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da CNBB 2015-2019 (DGAE). A Assembleia Diocesana optou por ter uma “urgência nucleadora” que, por um lado, sirva de horizonte rumo ao qual deve caminhar como Igreja particular e, por outro lado, sirva de base sobre a qual devem ser alicerçar as demais urgências. Dessa forma, fica evidente que há uma interligação imprescindível entre as urgências. Enfim, cada urgência aponta passos concretos a serem dados em três dimensões:

- Dimensão mística: princípios inspiradores e práticas motivadoras para o nosso ser discípulos missionários de Jesus Cristo.
- Dimensão formativa: processos de crescimento pessoal e comunitário através do estudo e da experiência.
- Dimensão pastoral: atividades evangelizadoras, como desdobramentos pastorais das dimensões mística e formativa.

2. Critério eclesiológico.

Nas DPD, elaboradas em comunhão com o Magistério do Papa Francisco e à luz das DGAE, emerge o perfil missionário que a Igreja de Macapá, como “Igreja: comunidade de comunidades”, assume para os próximos quatro anos. Nossa Igreja particular, visível

institucionalmente, dentro de um determinado espaço geográfico, é o prolongamento do Mistério Pascal de Cristo, manifestado nos ritos sacramentais e vivenciado no compromisso com a história. Ela é chamada a ser “Igreja em saída”, conforme a célebre expressão do Papa Francisco.

Nesse sentido, faz suas as palavras do Concílio Vaticano II: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao género humano e à sua história” (*Gaudium et Spes* 1).

3. Critério histórico-contextual.

É impossível fazer planejamento pastoral sem um olhar crítico sobre o contexto histórico e cultural no qual ele se insere. As DPD levam em conta os desafios atuais da Amazônia em geral e do território amapaense em particular. Quanto à realidade agrária e fluvial, destacam-se, entre outros, os grandes projetos de exploração que visam abastecer o capital nacional e internacional e o aumento de injustiças que ameaçam a vida das famílias de pequenos agricultores e pescadores. Quanto à realidade urbana, constata-se, sobretudo, o crescimento desordenado do espaço com enorme precariedade de saneamento básico e progressiva desigualdade social, o aumento da violência, além de fenômenos de forte individualismo, consumismo e isolamento social.

DECISÕES TOMADAS NA ASSEMBLEIA A RESPEITO DAS URGÊNCIAS

URGÊNCIA NUCLEADORA

IGREJA: COMUNIDADE DE COMUNIDADES

Iluminação bíblica: *“Sois uma raça escolhida, um sacerdócio régio, uma nação santa, um povo adquirido para Deus (1Pd 2,9).*

Das DIRETRIZES GERAIS DA CNBB: “O discípulo missionário de Jesus Cristo, necessariamente, *vive sua fé em comunidade* (1Pd 2,9-10)¹⁰³, em “íntima união ou comunhão das pessoas entre si e delas com Deus Trindade”.¹⁰⁴ Sem vida em comunidade, não há como efetivamente viver a proposta cristã. Comunidade *implica* convívio, vínculos profundos, afetividade, interesses comuns, estabilidade e solidariedade nos sonhos, nas alegrias e nas dores. A comunidade eclesial acolhe, forma e transforma, envia em missão, restaura, celebra, adverte e sustenta. Ao mesmo tempo em que hoje se constata uma forte tendência ao individualismo, percebe-se igualmente a busca por vida comunitária. Esta busca nos recorda como é importante a vida em fraternidade. Mostra também que o Espírito Santo acompanha a humanidade suscitando, em meio às transformações da história, a sede por união e solidariedade.” (DGAE 2015-2019 – n. 55)

“As *paróquias* têm importante papel na vivência da fé. Para a maioria das pessoas a relação com a Igreja se dá através das paróquias. Em vista da *conversão pastoral* que a missão hoje exige, elas precisam tornar-se cada vez mais comunidades vivas e dinâmicas, capazes de propiciar a seus membros uma real experiência “de discípulos e missionários de Jesus Cristo, em comunhão”. Assim haverão de se tornar mais próximas das pessoas sendo âmbitos de viva comunhão, participação e missão. (DGAE 2015-2019 – n. 56)

DECISÕES DA DIOCESE

A Igreja é essencialmente comunidade de fé em Jesus Cristo para tornar eficaz o seu amor no mundo (*Dei Verbum*, n. 8). Não comunica a si mesma, mas o Evangelho, a palavra e a presença transformadora de Jesus Cristo, na realidade em que se encontra, pelo testemunho de seus discípulos e discípulas.

Nossa Igreja de Macapá, como ícone do mistério da Trindade, acolhe o dom da unidade e da missão, constituindo-se como comunidade de comunidades.

Nesse sentido ela é:

- Comunidade de fé aberta para o Pai, que cria, liberta e reúne. Povo de Deus peregrino, a Igreja refletirá sobre sua vida, suas formas de organização, sua palavra, seu silêncio e suas omissões diante de Deus.
- Comunidade, em Cristo, aberta para o mundo e para os seres humanos, “é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (*Lumen Gentium*, n. 1).
- Comunidade missionária, animada pelo Espírito Santo, sob o signo da cruz de Jesus Cristo e solidária com as cruzes das vítimas da injustiça e do pecado, é aberta para o futuro do Reino de Deus, presente na história sob a forma da esperança.

URGÊNCIA: IGREJA EM ESTADO PERMANENTE DE MISSÃO.

ILUMINAÇÃO BÍBLICA: “*Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Nova a toda criatura! Quem crer e for batizado será salvo!*”(Mc 16,15)

Das DIRETRIZES DA CNBB: Jesus Cristo, missionário do Pai, envia, pela força do Espírito, seus discípulos em constante atitude de missão (Mc 16,15), por meio do testemunho e do anúncio explícito de sua pessoa e mensagem. *A Igreja é missionária por natureza.*⁶⁶ Existe para anunciar, por gestos e palavras, a pessoa e a mensagem de Jesus Cristo. Fechar-se à dimensão missionária implica

fechar-se ao Espírito Santo, sempre presente, atuante, impulsionador e defensor (Jo 14,16; Mt 10,19-20). Em toda a sua história, a Igreja nunca deixou de ser missionária. Em cada tempo e lugar, esta missão assume perspectivas distintas, nunca, porém, deixa de acontecer. Se hoje partilhamos a experiência cristã, é porque alguém nos transmitiu a beleza da fé, apresentou-nos Jesus Cristo, acolheu-nos na comunidade eclesial e nos fascinou pelo serviço ao Reino de Deus.” (DGAE 2015-2019 –n.35)

“Surge também a urgência de pensar *estruturas pastorais* que favoreçam a realização da atual consciência missionária. Esta “deve impregnar todas as estruturas eclesiais e todos os planos pastorais”, a ponto de deixar para trás práticas, costumes e estruturas que, por corresponderem a outros momentos históricos, atualmente não favorecem a transmissão da fé. “O que derruba as estruturas caducas, o que leva a mudar os corações dos cristãos é justamente a *missionariedade*”. Continua a nos interpelar a convocação da Conferência de Aparecida à *conversão pastoral*, através da qual se ultrapassam os limites de uma “pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária...”. (DGAE 2015-2019 – n.40)

DECISÕES DA DIOCESE

Dimensão mística

- Despertar e cultivar a vida de oração, em vista de uma conversão pessoal e pastoral, a partir do encontro com Jesus Cristo.
- Alimentar a mística de uma “igreja em saída”, que vá ao encontro das pessoas através de visitas, em vista do reconhecimento e valorização do outro.

Dimensão formativa

- Oferecer formação para fortalecer o espírito missionário das comunidades, de modo que a Igreja possa se enxergar a partir das “alegrias e esperanças, das tristezas e angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e daqueles que sofrem” (GS 1), nas várias instâncias, em níveis diocesano, de vicariato e paroquial, envolvendo os membros de organismos, pastorais e movimentos e líderes comunitários em geral.
- Fortalecer a presença do COMIDI e COMIPAs para a animação missionária das comunidades.

Dimensão pastoral

- Promover o conhecimento detalhado da realidade social, cultural, econômica e ambiental, com foco sobretudo nas “periferias existenciais”, para maior inserção social, buscando caminhos de evangelização na dimensão humanizadora.
- Incentivar a atuação e articulação do Serviço de Animação Vocacional nas paróquias.

URGÊNCIA: IGREJA: CASA DA INICIAÇÃO À VIDA CRISTÃ

Iluminação bíblica: *“Paulo e Silas anunciaram a Palavra do Senhor ao carcereiro e a todos os da sua casa. E, imediatamente, foi batizado, junto com todos os seus familiares”*(At 16,32s)

Das DIRETRIZES DA CNBB: “O estado permanente de missão implica uma efetiva iniciação à vida cristã. Cada tempo e lugar têm um modo característico para *apresentar Jesus Cristo* e suscitar nos corações o seguimento apaixonado à sua pessoa, que a todos convida para com Ele vincular-se intimamente”. “A admiração pela pessoa de Jesus, seu chamado e seu olhar de amor despertam uma resposta consciente e livre desde o mais íntimo do coração do discípulo”. A mudança de época exige que o anúncio de Jesus

Cristo não seja mais pressuposto, porém explicitado continuamente. (DGAE 2015-2019 – n. 41)

“É preciso *ajudar as pessoas a conhecer Jesus Cristo*, fascinar-se por Ele e optar por segui-lo. “Anunciar Cristo significa mostrar que crer nele e segui-lo não é algo apenas verdadeiro e justo, mas também belo, capaz de cumular a vida dum novo esplendor e duma alegria profunda, mesmo no meio das provações”. (DGAE 2015-2019 – n.42)

“A catequese de inspiração *catecumenal* traz consigo importantes consequências para a ação evangelizadora. Requer uma série de *atitudes*: acolhida, diálogo, partilha, escuta da Palavra de Deus e adesão à vida comunitária. Implica *estruturas* eclesiais apropriadas, nos mais diversos lugares e ambientes, sempre disponíveis a acolher, apresentar Jesus Cristo e dar as razões da nossa esperança (1Pd 3,15). Pressupõe, por fim, um *perfil de catequista/evangelizador*, ponte entre o coração que busca descobrir ou redescobrir Jesus Cristo e Seu seguimento na comunidade de irmãos, em atitudes coerentes e na missão de colaborar na edificação do Reino de Deus.” (DGAE 2015-2019 – n.45)

DECISÕES DA DIOCESE

Dimensão mística

- Tornar a Igreja um espaço de acolhimento e escuta de todos, dando atenção também às pessoas com necessidades especiais, de modo que todos possam vivenciar o encontro com Jesus, e fortalecer a experiência catecumenal da vida cristã.

Dimensão formativa

- Considerando que a iniciação à vida cristã não se reduz à preparação imediata para os sacramentos, mas é processo permanente de crescimento na fé, deve-se incentivar a formação cristã integral protagonizada pela comunidade e animada pela Pastoral Catequética.

Dimensão pastoral

- Dar atenção especial à família de modo que a iniciação à vida cristã comece no lar.
- Conhecer e seguir as orientações do Diretório Sacramental Diocesano.

URGÊNCIA: IGREJA: LUGAR DE ANIMAÇÃO BÍBLICA DA VIDA E DA PASTORAL

Iluminação Bíblica: *“Toda Escritura é inspirada por Deus e é útil para ensinar, para argumentar, para corrigir, para educar conforme a justiça”*(2Tm 3,16).

DAS DIRETRIZES DA CNBB *“Iniciação à vida cristã e Palavra de Deus* estão intimamente ligadas. Uma não pode acontecer sem a outra. “Ignorar as Escrituras é ignorar o próprio Cristo”.⁹¹ Este é um tempo muito rico para que cada pessoa seja iniciada na contemplação da vida, à luz da Palavra e no empenho para que ela seja efetivamente colocada em prática (Tg 1,22-25).” (DGAE 2016-2019 – n.47)

“A animação bíblica de toda a pastoral, indo além de uma pastoral bíblica especializada, é um caminho de conhecimento e interpretação da Palavra, um caminho de comunhão e oração com a Palavra e um caminho de evangelização e proclamação da Palavra. O contato interpretativo, orante e vivencial com a Palavra de Deus não forma, doutores, forma santos.” (DGAE 2016-2019 – n. 54)

DECISÕES DA DIOCESE

Dimensão mística

- Cultivar a oração pessoal e comunitária pelo método da leitura orante da Bíblia, que nos ajuda a perceber a presença de Deus na vida e na história.

Dimensão formativa

- Ampliar as equipes de animação bíblica nos diferentes níveis, para que se faça mais presente nas bases, fortalecendo a animação bíblica da vida e da pastoral e que promova escola e cursos bíblicos.

Dimensão pastoral

- Fortalecer os círculos bíblicos e tornar mais acessível a linguagem dos roteiros, a fim de que se favoreça maior conhecimento da Palavra de Deus, e o encontro com Jesus Cristo leve ao compromisso com o seu projeto.

URGÊNCIA: IGREJA A SERVIÇO DA VIDA PLENA PARA TODOS

Iluminação bíblica: “*Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância*”(Jo 10,10)

Das DIRETRIZES DA CNBB: “A vida é dom de Deus! “O *Evangelho da vida* está no centro da mensagem de Jesus”. É missão dos discípulos o serviço à vida plena. Por isso, a Igreja no Brasil proclama com vigor que “as condições de vida de muitos abandonados, excluídos e ignorados em sua miséria e dor, contradizem o projeto do Pai e desafiam os discípulos missionários a maior compromisso a favor da cultura da vida”. (DGAE 2015-2019 – n.62)

“Para a Igreja, a caridade não é uma espécie de atividade de assistência social que poderia mesmo deixar para outros, mas pertence à sua natureza, é expressão irrenunciável de sua própria essência”. Daí “ratificar e potencializar a *opção preferencial pelos pobres*”, “implícita à fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza” e que deverá “atravessar todas as suas estruturas e prioridades pastorais” manifestando-se “em opções e gestos concretos”. Devemos evitar “a tentação de ser cristãos, mantendo uma prudente distância das chagas do Senhor. Mas Jesus quer que toquemos a miséria humana, que toquemos a

carne sofredora dos outros. Espera que renunciemos a procurar aqueles abrigos pessoais ou comunitários que permitem manter-nos à distância do nó do drama humano, afim de aceitarmos verdadeiramente de entrar em contato com a vida concreta dos outros e conhecermos a força da ternura”. (DGAE 2015-2019 –n.66)

DECISÕES DA DIOCESE:

Dimensão mística

- Ser Igreja em saída através do envolvimento direto nas situações de sofrimento e exclusão do povo no campo político, social, econômico e cultural, dando atenção às questões agrárias e promover a fraternidade no seio da comunidade, como forma de testemunho da vida cristã em vista do Reino definitivo.

Dimensão formativa

- Retomar a Escola de Fé, Política/Cidadania, a fim de formar cristãos conscientes diante dos desafios políticos da sociedade.
- Promover o estudo da Doutrina Social da Igreja e, entre outros documentos eclesiais, com destaque ao documento 105 da CNBB, sobre os leigos e leigas.

Dimensão pastoral

- Participar dos conselhos paritários estaduais emunicipais, em vista de uma ação transformadora da realidade.
- Fortalecer a Comissão Justiça e Paz diocesana.
- Confiar às pastorais sociais e ao Conselho Diocesano de Leigos a missão de propor, acompanhar, avaliar e divulgar projetos de lei que viabilizem políticas de desenvolvimento humano, social, econômico e ambiental, em parceria com a sociedade civil e com o setor público.
- Apoiar a criação de cooperativas e associações de trabalho, com a ajuda da Cáritas, no modelo da economia solidária e sustentável.
- Revitalizar a ação pastoral junto à juventude.
- Atuar na problemática da violência e extermínio dos jovens e do narcotráfico, em vista de um processo de superação.

- Implantar as Cáritas em todas as paróquias.
- Dar atenção à realidade dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e demais populações tradicionais no âmbito do diálogo, do acolhimento da diversidade cultural e na defesa dos seus direitos.

Observação importante:

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) da Igreja no Brasil nos apresentam também, como anexo, algumas indicações de operacionalização. São oito passos sugeridos para nós também elaborarmos os nossos planos de ação e, assim, colocar em prática as Diretrizes Pastorais propostas pela Assembleia Diocesana.

INDICAÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO

É preciso *encontrar caminhos* para as urgências serem colocadas em prática. Por isso, sugere-se os passos necessários para que cada Paróquia, pastoral, movimento, organismo eclesial transforme as grandes metas em Planos de Atuação e, com isso, a evangelização seja mais eficaz.

Os Planos são o conjunto de atividades articuladas entre si para se chegar a um objetivo, no caso, as Decisões Diocesanas. Sem um plano, as decisões e os caminhos apontados não alcançam o chão da realidade.

As Diretrizes respondem à questão: **aonde queremos chegar?**

Os planos respondem a outras questões: **como** (passos ou etapas), **quem** (responsáveis), **com o quê**(recursos) e **quando**(prazos).

É a partir da articulação entre estes itens que surgem os planos. Sem respostas adequadas a estes itens, os planos não saem do papel. A experiência eclesial aponta para a necessidade de alguns passos de operacionalização dos planos.

O primeiro passo implica a constituição dos organismos que vão diretamente trabalhar na elaboração do plano de pastoral. Será o trabalho explicitado nas assembleias paróquias e/ou das coordenações

Anexo VII – ASSEMBLEIA DIOCESANA – DECISÕES TOMADAS

DIOCESE DE MACAPÁ
ASSEMBLEIA DIOCESANA
DECISÕES TOMADAS



COMUNIDADES ECLESIAIS

- Sermos comunidades acolhedoras, sem exclusões, atendendo as necessidades desafiadoras das famílias e da sociedade.
- Revitalizar as pequenas comunidades nas bases.
- Que as pastorais, grupos, movimentos eclesiais, novas comunidades e organismos trabalhem em conjunto, fortalecendo os organismos de participação.

SER COMUNIDADES ECLESIAIS MISSIONÁRIAS

- Oferecer serviços formativos descentralizados diocesanos, paroquiais e comunitários através de multiplicadores com atenção as especificidades.
- Visitar, conversar e conhecer as mais variadas realidades extremas de exclusão, especialmente as famílias.
- Realizar censo paroquial.

MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO NAS INSTÂNCIAS ECLESIAIS

- Criação e fortalecimento de assembleias e conselhos comunitários, paroquiais, de vicariatos e diocesano, favorecendo a formação das lideranças, fomentando a sinodalidade para atuação no processo evangelizador-missionário.
- Criar mecanismos para a participação mais efetiva do povo, melhorando a atenção e a escuta criando possibilidades para decisões coletivas.
- Favorecer a rotatividade dos coordenadores de grupos, comunidades, movimentos e pastorais, que são os representantes nos conselhos.

EIXO CENTRAL: A MISSÃO

- Despertar e fortalecer a identidade missionária do batizado e da comunidade, na sua relação com a Trindade Santa, que amadurece na

celebração semanal da Eucaristia e da Palavra) que gera envolvimento com os desafios da vida real, com a dignidade das pessoas, na compaixão com seus sofrimentos e na defesa dos seus direitos políticos, econômicos e sociais, com atenção na missão *ad gentes* e o cuidado com a casa comum.

PILAR DA PALAVRA

- Incentivar e acompanhar os Círculos Bíblicos nas casas e em outros ambientes possíveis e implantá-los onde não existem com ênfase na participação da juventude, em vista de novos animadores.
- Fortalecer a catequese centralizada na pessoa de Jesus Cristo, com estilo catecumenal, em todas as etapas, envolvendo as famílias, incentivando com atividades dinâmicas e acolhedoras.
- Motivar as pessoas adultas a participarem do processo de iniciação a vida cristã valorizando o Catecismo da Igreja Católica.
- Realizar o processo de iniciação à vida cristã nas casas, nas famílias, nas comunidades.

PILAR DO PÃO

- Valorizar o domingo, Dia do Senhor, e da comunidade, início da semana, tendo a Eucaristia como ponto de chegada e de partida de toda espiritualidade em vista da missão e do serviço aos irmãos.
- Respeitar a ritualidade nas celebrações com atenção aos momentos de silêncio e valorização dos elementos culturais locais;
- Zelar para que os cantos e as Homilias tenham ligação com a palavra proclamada e o Mistério celebrado.
- Motivar para que as devoções populares (terços, novenas, festividades, bem como outros eventos religiosos) tenham a sua centralidade na pessoa de Jesus Cristo.

PILAR DA CARIDADE

- Fortalecer a formação de Fé e Política nos vicariatos e na Diocese motivando e preparando a participação dos leigos e leigas para atuação nos conselhos sociais e o engajamento da comunidade em ações de políticas públicas, como expressão própria da vocação cristã;

- Incentivar ações de promoção políticas, econômicas e sociais como creches, reforço escolar, grupos de atendimentos psicológicos, cursos capacitação, terapias ocupacionais, cooperativas e outras..., fruto da escuta dos apelos do povo sofredor, **com atenção a atuação das pastorais sociais;**

- Promover e manter diálogo com os movimentos sociais (fóruns, entidades sociais e outras instâncias políticas) .

- Instituir e fortalecer o trabalho Cáritas nas Paróquias e comunidades;

- Promover e capacitar para ações participativas solidárias e projetos sociais de geração de trabalho e renda com pessoas carentes que vivem a margem da sociedade e o cuidado com as questões ambientais.

- **Apoio aos grupos étnico-raciais;**

PILAR DA AÇÃO MISSIONÁRIA

- Revitalização e fortalecimento do COMIDI...

- Criação do COMIPA – Conselho Missionário Paroquial – com o apoio dos padres e lideranças para animar, incentivar e acompanhar projetos missionários favorecendo o “ser Igreja em saída” dentro de cada realidade, com atenção as periferias existenciais e conjuntos habitacionais.

- Planejar, organizar e executar projetos missionários, sendo presença permanente junto às famílias, especialmente as mais afastadas.

DESAFIO DA FORMAÇÃO

- Formar multiplicadores das diversas áreas valorizando o papel do leigo.

- Priorizar uma formação a iniciação da vida cristã (adicionar texto da síntese) que incentive a vivenciar a Pastoral de Conjunto.

- As equipes que promovem os cursos de formação na Diocese articulem e planejem em conjunto

- Capacitação de leigos para atendimento e inclusão de pessoas com deficiências.

- Valorizar o Curso de Teologia e Pastoral

PARA O DESAFIO DA ANIMAÇÃO VOCACIONAL NA DIOCESE

- Assumir o serviço de animação vocacional e equipes vocacionais nas paróquias envolvendo as famílias e a juventude, com atenção aos/as crismandos/as para o “despertar vocacional”.
- Apoiar espiritualmente e materialmente a promoção do serviço vocacional, lembrando a contribuição do 4º domingo.

O DESAFIO DA COMUNICAÇÃO E DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

- As paróquias que recebem o sinal dos meios de comunicação se tornem parceiras e mantenedoras dos meios (tv, rádio, redes sociais, jornais impressos e digitais).
- Interligar todas as plataformas (de pastorais, movimentos e novas comunidades), no site da diocese para facilitar a troca de informações, notícias e atualizar o mesmo.
- Promover cursos teóricos e práticos para trabalhar os meios de comunicação social nas paróquias do interior e da cidade e criar a pastoral da comunicação nas paróquias das cidades do interior da diocese.
- Implementar os mecanismos legais que ajudem na sustentabilidade dos meios de comunicação da diocese.

SUSTENTABILIDADE (DIZIMO)

- Dar maior apoio para a pastoral do dízimo; desenvolver ações incentivando as lideranças a assumir a causa dentro da comunidade, destacando sua importância para a vida da Igreja, percebendo-o como parte da evangelização e resgatando o seu sentido batismal.
- Tornar pública e transparente a prestação de contas da aplicação do dízimo.
- Favorecer a comunhão eclesial entre nas paróquias através da partilha do dízimo.
- Despertar o dízimo mirim no processo.